



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UFBA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON  
SANTOS-IHAC-PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS

BETO INFANDE

**A POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA PARA A  
REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DA COOPERAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE INVESTIMENTOS EM  
INFRAESTRUTURA**

Salvador-BA

2021

**Beto Infande**

**AS RELAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E COMERCIAIS PARA  
O DESENVOLVIMENTO ENTRE A REPÚBLICA DA GUINÉ-  
BISSAU E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: UMA ANÁLISE A  
PARTIR DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia. Área de concentração: Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo António de Freitas Balanco

Salvador-BA

2021

### Dados internacionais de catalogação-na-publicação

I43

Infande, Beto

A política externa da república popular da China para a República da Guiné-Bissau: uma análise da cooperação para o desenvolvimento a partir de investimentos em infraestrutura / por Beto Infande. – 2021.  
134 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo António de Freitas Balanco.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2021.

1. Relações internacionais – Guiné-Bissau. 2. Relações internacionais – China. 3. Infraestrutura (Economia) – Guiné-Bissau. 4. Desenvolvimento econômico – Guiné-Bissau. 5. Relações econômicas internacionais – Guiné-Bissau. I. Balanco, Paulo António de Freitas. II. Universidade Federal da Bahia - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD – 327

**BETO INFANDE**

**“AS RELAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E COMERCIAIS PARA O  
DESENVOLVIMENTO ENTRE A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A  
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE  
INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA”**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 10 de fevereiro de 2021.

**Banca examinadora**



---

Prof. Dr. Paulo Antonio de Freitas Balanco



---

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata



---

Prof. Dr. Acácio Sidinei Almeida Santos

## **DEDICATÓRIA**

Dedico a presente dissertação, em especialmente ao meu querido filho Blessing Beto Infande e à sua mãe Teresa Joaquim Quimatcha. À minha querida mãe, Sra. Maria Afonso, ao meu querido falecido pai, Sr. António Infande. Aos meus irmãos: Ivo Infande, Odete Infande, Bruno Infande e Marucas Infande. Aos meus primos e amigos.

## AGRADECIMENTOS

Muito grato a Deus pela vida, saúde e coragem durante o percurso deste trabalho. Agradeço muito meus pais pela educação de base que me deram. Meus agradecimentos ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos – IHAC da Universidade Federal da Bahia-UFBA, aos excelentes professores, colegas e funcionários em especial a incrível Ivana, secretária do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais-PPGRI pela sua maneira educada e carinhosa de atendimento.

Meus especiais agradecimentos ao meu admirável orientador, professor doutor Paulo António de Freitas Balanco. O êxito deste projeto acadêmico deve muito a ele. Os seus ensinamentos, motivações e correções, de modo geral, ajudaram muito para meu crescimento acadêmico como estudante e pesquisador.

Não podia esquecer de agradecer ao ilustre professor doutor Renildo Souza pelo incentivo em submeter o meu projeto no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia.

Minha especial gratidão vai endereçada à minha admirável amiga Helenoildes Souza pelo apoio material, intelectual e espiritual que me proporcionou desde que nos conhecemos. O êxito desta dissertação deve muito a esta incrível pessoa.

Meu muito obrigado à querida Sirlene Souza e ao irmão João Imbatene pelo grande apoio dado na correção ortográfica deste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer à comunidade africana da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira –UNILAB, em São Francisco do Conde/BA, pela força que sempre me deu e à Associação de Estudantes e Amigos da África-ASEA, que me ensinou muito sobre liderança e que tive o privilégio de ser o primeiro presidente, sediada em São Francisco do Conde/BA.

## RESUMO

A dissertação aborda as relações políticas, econômicas e comerciais entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China a partir dos investimentos na área de infraestrutura. Desde década de 1970, o país asiático oficializou suas relações diplomáticas com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), visto que estes se tornaram independentes nesse período histórico, a exemplo da Guiné-Bissau, que proclamou sua independência unilateralmente em 24 de setembro de 1973. No dia 15 de março de 1974, seis meses depois da independência unilateral do país africano, foi assinado o acordo oficial sobre relações diplomáticas entre o Governo de Bissau e o Governo do Pequim. O objetivo geral da pesquisa é analisar como as relações políticas, econômicas e comerciais com China contribuem ou não para o desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau. Os objetivos específicos: estudar o processo histórico das relações bilaterais entre a República Popular da China e a República da Guiné-Bissau; abordar os investimentos diretos da China no país africano entre 2000 e 2018, período que mais se fortaleceram as relações econômicas e comerciais das duas repúblicas e por fim, analisar os impactos da cooperação chinesa no setor de infraestrutura para o desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau. A pesquisa mostra que as relações mantidas entre a Guiné-Bissau e a China têm se ampliado e ganhado dinâmicas importantes para o desenvolvimento do país luso-africano.

**Palavras-Chave:** Relações econômicas e comerciais. Infraestruturas. Desenvolvimento. Guiné-Bissau. China.

## **ABSTRACT**

The dissertation addresses the political, economic, and commercial relations between the Republic of Guinea-Bissau and the People's Republic of China in the area of infrastructure. Since the 1970s, the Asian country has made official its diplomatic relations with African Portuguese Speaking Countries (PALOP), since they became independent in this historical period, following the example of Guinea-Bissau that this research matters, proclaimed its independence unilaterally in September 24<sup>th</sup>, 1973. On March 15<sup>th</sup>, 1974, six months after the unilateral independence of the African country, the official agreement on diplomatic relations was signed between the Government of Bissau and the Government of Beijing. The general objective of the research is to analyze how political, economic, and commercial relations with China contribute or not to the economic development of Guinea-Bissau. The specific objectives: to study the historical process of bilateral relations between the People's Republic of China and the Republic of Guinea-Bissau; to address China's direct investments in the African country between 2000 and 2018, period that most strengthened the economic and commercial relations of the two republics and, finally, to analyze the impacts of Chinese cooperation in the infrastructure sector for the economic development of Guinea-Bissau. The research shows that the relations maintained between Guinea-Bissau and China have been expanding and gaining important dynamics for the development of the Portuguese African country.

**Keywords:** Economic and commercial relations. Infrastructures. Development. Guinea-Bissau. China.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa da República da Guiné-Bissau.....	22
Figura 02: Mapa de divisão regional da República da Guiné-Bissau.....	33
Quadro 01: Superfície da Guiné-Bissau.....	33
Quadro 02: Lista de golpes e transições de Estado na Guiné-Bissau (1973-2019) .....	39
Quadro 03: Parceiros econômicos da Guiné-Bissau.....	41
Quadro 04: Principais Indicadores da Economia da Guiné-Bissau (2000-2015) .....	42
Quadro 05: Pontos Principais do Fomento do Modelo Arusha.....	59
Quadro 06: Sete grandes elos econômicos do Abdulrahman Mohamed Babu.....	59
Quadro 07: As 10 premissas gerais do conceito do Sistema-Mundo.....	71
Quadro 08: Aspectos definidores do Sistema-Mundo.....	74
Figura 03: Mapa da África.....	76
Figura 04: Mapa da China.....	77
Quadro 09: Oito princípios da ajuda econômica da China.....	78
Tabela 01: Relação de Empréstimos Chineses para Governos Africanos entre 2000 e 2018.....	93
Tabela 02: Relação de Empréstimos Anuais Chineses para Governos Africanos, por credor, em US\$ milhões.....	95
Tabela 03: Relação de empréstimos chineses para África por setor, em US\$ milhões.....	96
Gráfico 01: Empréstimos chineses para a África, por US\$ bilhões entre 2000 e 2018.....	96
Quadro 10: Importações da África da China.....	98
Quadro 11: Exportações da África para China.....	98

Quadro 12: Balança comercial entre África e China.....	99
Quadro 13: Rivalidade Pequim-Taipei na África até o presente.....	102
Quadro 14: Principais visitas da liderança chinesa à Guiné-Bissau.....	102
Quadro 15: Principais visitas da liderança Guineense à China.....	103
Quadro 16: Importações da Guiné-Bissau da China.....	105
Quadro 17: Exportações da Guiné-Bissau para China .....	106
Quadro 18: Balança Comercial entre Guiné-Bissau e China.....	107
Quadro 19: Três pontos importantes sobre a relação Sino-Africana.....	110
Quadro 20: Relação de Infraestruturas e Obras Realizadas pelo Governo de Pequim na Guiné-Bissau, entre 1987 e 2012.....	112
Quadro 21: Total de produção/Capturas na ZEE da Guiné-Bissau por Espécie/tio em toneladas entre os anos 2010 e 2015 pela China.....	113
Quadro 22: Recursos financeiros públicos chineses na Guiné-Bissau entre anos 2000 e 2014.....	115

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASPA- Cúpula América do Sul-Países Árabes  
BM- Banco Mundial  
CB- Conferência de Bandung  
CEDEAO- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental  
CEPAL- Comissão Económico para a América Latina e o Caribe  
CIA- Central Intelligence Agency  
CID- Cooperação Internacional para Desenvolvimento  
CNS- Cooperação Norte-Sul  
CSS- Cooperação Sul-Sul  
EUA- Estados Unidos da América  
FLING- Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné  
FMI- Fundo Monetário Internacional  
FOCAC- Fórum de Cooperação China-África  
MISSANG- Missão Angolana  
MRE- Ministério das Relações Exteriores do Brasil  
OBORI- One Belt One Road Initiative  
ONG- Organizações Não-Governamentais  
ONU- Organização das Nações Unidas  
OUA- Organização da Unidade Africana  
PAE- Programa de Ajustamento Estrutural  
PAIGC- Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde  
PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
PCC- Partido Comunista Chinês  
PIB- Produto Interno Bruto  
PNB- Produto Nacional Bruto  
PRS- Partido da Renovação Social  
RGB- República da Guiné-Bissau  
RPC- República Popular da China  
SM- Sistema Mundo

TD- Teoria da Dependência

UA- Unidade Africana

UNCTAD- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNTG- União Nacional de Trabalhadores da Guiné

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
▪ CONTEXTUALIZAÇÃO, OBJETO DA PESQUISA, PROBLEMA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	
▪ OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICOS	
▪ METODOLOGIA E CORRENTES TEÓRICAS	
▪ ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	
<b>1. PANORAMA HISTÓRICO E POLÍTICO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU.....</b>	<b>22</b>
1.1 INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU.....	23
1.2 GOLPE MILITAR DE 1980 E SEPARAÇÃO COM CABO VERDE.....	27
1.2.1 Implementação da Democracia Guiné-Bissau .....	30
1.2.2 Organização administrativa da República da Guiné-Bissau.....	32
1.3 GUERRA CIVIL DE 7 DE JUNHO DE 1998.....	33
1.4 GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL DE 2012.....	36
1.5 CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DA GUINÉ-BISSAU.....	38
1.3.1 Contexto político.....	38
1.3.2 Contexto econômico.....	40
1.6 REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E SUA INSERÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	42
<b>2. POLÍTICA EXTERNA DE ESTADO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>46</b>
2.1 NOÇÃO DO CONCEITO DA POLÍTICA EXTERNA.....	46
2.2 NOÇÃO DO CONCEITO DO DESENVOLVIMENTO.....	48
2.2.1 O debate sobre o desenvolvimento autônomo nacional africano.....	55
2.3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO.....	61
2.3.1 Cooperação para o desenvolvimento: norte-sul.....	63
2.3.2 Cooperação para o desenvolvimento: sul-sul .....	66
2.3.3 Teoria da Dependência.....	68
2.3.4 Teoria do Sistema Mundo.....	71

<b>3. RELAÇÕES SINO-AFRICANAS E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AFRICANO.....</b>	<b>76</b>
3.1 RELAÇÕES SINO-AFRICANAS: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO.....	77
3.2 INTERESSE ECONÔMICO CHINÊS NA ÁFRICA.....	84
3.3 ATUAÇÃO CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO: PONTOS DE VISTA DIVERGENTES.....	88
3.4 EMPRÉSTIMOS CHINESES E COMERCIO BILATERAL ENTRE O CONTINENTE ÁFRICANO E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA ENTRE OS ANOS 2000-2018.....	92
<b>4. RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.....</b>	<b>99</b>
4.1 NOÇÃO GERAL ACERCA DA COOPERAÇÃO SINO-GUINEENSE: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	99
4.2 COMERCIO BILATERAL ENTRE GUINÉ-BISSU E CHINA: IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES E BALANÇA COMERCIAL.....	102
4.3 INVESTIMENTO CHINÊS NO SETOR DE INFRAESTURA, OBRAS NA GUINÉ-BISSAU E OS IMPACTOS DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS LUSO-AFRICANO.....	106

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## **REFERÊNCIAS**

## INTRODUÇÃO

A República Popular da China (RPC) mantém relações amistosas de longo tempo com o continente africano, que se iniciaram por meio de apoio bélico e militar, entre os anos 1950 e 1960, aos movimentos independentistas no continente africano. Em 1955, com a realização da conferência de Bandung pelo movimento intitulado terceiro-mundista, as relações entre a China e as lideranças africanas ficaram mais próximas ainda. O gigante asiático expandiu a sua relação de amizade com várias nações e as lideranças políticas do continente africano entre os principais, Costa do Ouro (atual Gana), Etiópia, Egito, Líbia, Libéria e Sudão) . Como nos ensina M´bunde (2018), entre a revolução comunista de 1949 e o ano de 1978, ou, da Proclamação da República à abertura econômica (1949-1978), a política externa chinesa para o continente africano foi claramente orientada por questões ideológicas e políticas, cujo objetivo se constituía na luta contra o colonialismo e o imperialismo ocidental.

Em dezembro de 1953, dois anos antes da conferência de Bandung, a China, através do seu primeiro ministro do exterior, Zhou Enlai, conforme M´bunde (2018) adotou como diretriz para a política externa alguns princípios a saber: o respeito mútuo da soberania e da integridade territorial, a não agressão mútua, a não ingerência nos assuntos internos dos países, a igualdade e vantagens recíprocas e, por fim, a coexistência pacífica.

As primeiras três décadas da política externa chinesa para o continente africano, considerada a primeira fase das relações sino-africanas (1949-1978), não se caracterizaram somente pela ajuda política e ideológica, mas, também, por iniciativas de cooperação em outras áreas, entre elas, infraestrutura, finanças, agricultura e saúde. Segundo M´bunde (2018), em 1963, “o valor total de apoio econômico chinês ao continente africano foi de 50 milhões de libras esterlinas, que hoje corresponderia a pouco mais de 78 milhões de dólares americanos.”

No dia 15 de março de 1974, seis meses depois da independência unilateral do país africano, foi oficializado o acordo diplomático entre o Governo de Bissau e o Governo do Pequim. Mas vale ressaltar que, o Partido Comunista Chinês (PCC) e a liderança política do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), partido que liderara a luta pela independência contra os portugueses,

realizaram seus primeiros encontros nos anos de 1960. Os primeiros encontros tinham como foco a ajuda política visando expulsar os portugueses no território guineense.

Com a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, marcou o início histórico do processo de revitalização e fortalecimento da relação sino-africana, tendo como objetivo principal, relações econômicas e comerciais para o desenvolvimento. Segundo Lopes et al. (2013), o primeiro encontro do Fórum pautou-se nos esforços para a formação de um novo tipo e nível de parceria, caracterizando o FOCAC como a principal plataforma ao diálogo e coordenação das relações China-África. Os discursos e documentos oficiais destacam que esse fortalecimento de relações representava a base para o desenvolvimento de uma renovada aliança estratégica Sul-Sul, fundamentada na igualdade política, na confiança recíproca, na cooperação econômica *win-win* (ganho-ganho) e no intercâmbio cultural.

Com isso, pode-se afirmar que o processo de reaproximação do continente africano com a RPC, por meio do FOCAC, baseou-se em expansão da corrente comercial, na elevação dos investimentos e na provisão de recursos de ajuda por parte da China. Deste modo, segundo Lopes et al. (2013), devidos aos ganhos econômicos, às oportunidades oferecidas e ao tratamento diplomático não intervencionista, a parceria com o gigante asiático tornou-se cada vez mais importante para muitos líderes dos países africanos.

Ao longo de todo o processo histórico da cooperação com Guiné-Bissau, a China tem priorizado a área de obras e infraestruturas na sua agenda, porque o país africano está carente de infraestruturas para administração. Por conseguinte, nota-se que a construção de infraestruturas para o desenvolvimento é a chave motor desse país asiático na República da Guiné-Bissau. Desde a década de 1980, período este que pode ser entendido como o segundo momento histórico (momento pós-independência) da política externa chinesa para a Guiné-Bissau, durante o qual a China construiu o Hospital Regional de Canchungo e o Estádio Nacional 24 de. Assim, o gigante asiático tem dado mais atenção ao setor de obras e infraestruturas nas suas relações com a Guiné-Bissau.

A princípio, é possível afirmar que agenda guineense em receber as ações chinesas no setor de obras e infraestruturas têm contribuído para o desenvolvimento econômico desse país africano. Nesse sentido, convém lembrar que depois da

independência desse país lusófono, tornou-se premente a necessidade de construção de edifícios e habitações para fazer funcionar suas instituições, especialmente centros hospitalares e educacionais.

Apesar do notável avanço do investimento chinês no setor de obras e infraestruturas na Guiné-Bissau, é importante esclarecer que este investimento não representa uma ação altruísta chinesa, pois, o gigante asiático, em troca, recebe concessões para explorar recursos naturais e pesqueiros. Portanto, segundo Timóteo Saba M'bunde, os discursos proferidos pelos líderes chineses em ajudar o continente africano, no que tange ao caso concreto da República da Guiné-Bissau, devem ser reavaliados tendo em conta as barganhas que a República Popular da China recebe deste país lusófono.

Nesta mesma linha do argumento, é sabido que a China usa a política de *oil for infrastructure* como uma das estratégias na cooperação com países produtores do petróleo, entre eles, Sudão, Nigéria e Angola, seus maiores fornecedores de petróleo no continente africano. Isso faz entender que a cooperação chinesa com esses países se baseia nos interesses mútuos; isto é, a China construindo as infraestruturas em troca de exploração de blocos de petróleo e para com os países não exploradores do petróleo, situação da Guiné-Bissau, a estratégia é *infrastructures for* madeira ou peixe.

O gigante crescimento econômico da China nos últimos 40 anos evidencia a capacidade desse grande país asiático de se estabelecer como um fundamental player no mundo contemporâneo ao marchar em direção à posição de um país com expressivo segmento social de renda média alta. Tal crescimento econômico, segundo Lima et al. (2016), possibilitou a China a aumentar a sua influência não apenas na Ásia, mas, também, em escala mundial.

Por outro lado, um dos principais projetos da política externa chinesa na atualidade é a construção de uma Nova Rota da Seda (chamada de One Belt, One Road), que ligará a China à Europa e à África por vias terrestres e marítimas, passando, conseqüentemente, por vários países da Ásia Central e Oriente Médio (LIMA et al. 2016). Com isso, percebe-se que um dos motivos do governo de Pequim em criar tal projeto objetiva controlar o comércio internacional. Para materialização da estratégia, o gigante asiático pretende lidar com os outros atores na implementação e realização do

ambicioso projeto, se diferenciando bastante da maneira como o atual *hegemon*, os Estados Unidos da América, lida com a referida questão.

Dessa maneira, nossas hipóteses partem do pressuposto de que a RPC se autoafirma como país em desenvolvimento com o intuito de promover parcerias comerciais com os países africanos em pé de igualdade. A relação sino-guineense tem contribuído para o avanço do desenvolvimento econômico da República da Guiné-Bissau, principalmente na área de infraestrutura. Porém, não se pode ignorar os interesses da China no âmbito político para refrear a expansão do Taiwan na arena internacional e no âmbito econômico para exploração de matérias primas desse país africano, como, entre elas, a madeira e o pescado.

À vista disso, agora abordando esta pesquisa sob outra perspectiva, ao delimitarmos o tema, esclarecemos que a mesma, aqui enunciada, tem como finalidade a análise das políticas econômicas e comerciais chinesas para a Guiné-Bissau no sentido de seus impactos para o desenvolvimento econômico daquele país. Nesse sentido, o estudo se debruça sobre as relações econômicas e comerciais entre os dois países entre anos 2000 e 2018.

Quanto à problemática, questionamos se as relações políticas, econômicas e comerciais com a China contribuem ou não para o desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa visa analisar como as relações políticas, econômicas e comerciais com a China contribuem ou não para o desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau. Por sua vez, os objetivos específicos têm as seguintes finalidades: 1) estudar o processo histórico das relações bilaterais entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China; 2) abordar sobre os investimentos diretos da China no país africano entre 2000 e 2018 e, 3) analisar os impactos da cooperação chinesa no setor de infraestrutura para o desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau.

Como diretriz metodológica para o desenvolvimento da pesquisa aqui proposta, como bem nos asseguram Vieira e Hossne (2015), pode-se dizer que a pesquisa é um procedimento usado para alcançar ou dar uma possível resposta para uma determinada inquietação. Neste contexto, fica claro que possibilita investigar a realidade de novos conhecimentos. O mais preocupante, contudo, é constatar que a organização de uma

investigação pode ser difícil e sofrida. Ainda, a pesquisa "Estuda um problema relativo ao conhecimento científico ou à sua aplicabilidade." (LAKATOS, 2003, p. 160). Devido aos fins para ampliar uma área de conhecimento, essa pesquisa se enquadra na natureza base.

Conforme citado acima, trata-se aqui de uma pesquisa exploratória devido ao envolvimento profundo da investigação em literatura. A base da pesquisa foi constituída de livros, artigos, sites para complementar a ideia central. Para Severino (2016), pode-se dizer que a pesquisa exploratória é um procedimento usado para levantar dados sobre um determinado objeto. Neste contexto, fica claro que possibilita fazer a delimitação do campo de trabalho e mapear as conjunturas de comportamento do objeto.

Conforme verificado por Gil (2008), a forma de abordagem qualitativa tem como base a interpretação do pesquisador. Trata-se inegavelmente de uma pesquisa mais aceitável; seria um erro, porém, atribuir todo esse crédito apenas a essa forma de abordagem. Assim, reveste-se de particular importância a abordagem quantitativa que faz uso de métricas estatísticas como instrumento de medida.

É interessante, aliás, dizer que a pesquisa contempla a abordagem qualitativa devido a sua capacidade de usar diversas referências epistemológicas. Nesse sentido, devido a base da pesquisa ser um problema, utiliza-se o raciocínio hipotético-dedutivo para que, a partir de uma hipótese, se possa chegar a uma base de solução viável para o problema.

Em termos práticos, utilizou-se resumos elaborados através de fichamentos como instrumento para coleta de dados. Os livros serviram como a base para maior relevância do assunto, com a intenção de conseguir a melhor apreciação apresentado no trabalho. Esse tipo de resumo permite levantar as informações importantes sobre o tema que servirá de fonte de dados para a revisão da literatura.

Esta pesquisa, tendo em conta o seu interesse, fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, fazendo uso de uma abordagem interdisciplinar, recorrendo aos autores das áreas de Economia, Sociologia, Ciências Políticas, Relações Internacionais e História. Assim, também incorpora o que se chama de pesquisa descritivo-exploratória, uma vez que se propõe a compreender vários aspectos sobre as relações econômicas e comerciais para o desenvolvimento entre a China e a Guiné-Bissau.

Portanto, para execução desta pesquisa foi necessário elaborar um roteiro de

leitura e de fazer os resumos em forma de fichamento visando alcançar os objetivos pretendidos. De forma geral, o objetivo dos fichamentos era analisar, entre outros aspectos, como se apresentam as relações econômicas e comerciais entre a China e a Guiné-Bissau, visando o desenvolvimento desta última, entre os anos 2000 e 2018.

Com relação ao referencial teórico, a pesquisa pautou-se por revisão da literatura produzida por alguns teóricos críticos ao modelo do desenvolvimento econômico capitalista, quais sejam, os teóricos da Teoria Marxista da Dependência e da Teoria do Sistema Mundo (SM). A Teoria da Dependência (TD) é uma formulação teórica desenvolvida por alguns intelectuais da América Latina, também conhecidos como críticos do pensamento cepalino (CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Baseia-se na leitura crítica e marxista de métodos de reprodução de subdesenvolvimento observados na periferia do capitalismo mundial, destacando-se entre seus autores André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Vania Bambirra. Quanto à abordagem do Sistema-Mundo, refere-se a uma teoria pós-marxista de relações internacionais, de geoeconomia e economia política internacional, que tem como estudo o sistema social e suas interrelações com o avanço do capitalismo mundial como forças determinantes entre os diferentes países; entre seus autores fundadores encontra-se o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein. O desdobramento do debate e das interpretações contou o com recurso a outros autores, a saber, Wallerstein (2006); Harvey (2004); Arrighi (1996); Fiori (1994); Rodríguez, (1988); Martins (2011) e Sen (2002).

Isto posto, no que diz respeito à estruturação da presente dissertação, além desta introdução, que aborda os propósitos gerais e específicos da pesquisa, contextualizando a sua elaboração, e apresentando os marcos teórico e metodológico, no capítulo 1 descreve o processo histórico e político e a inserção internacional da República da Guiné-Bissau, apresentando uma abordagem histórica e política do país desde a sua independência até a data presente, expondo a trajetória política da Guiné-Bissau em busca da consolidação como uma República democrática multipartidária.

O capítulo 2 faz uma abordagem teórico-conceitual a propósito da política externa e da cooperação internacional para o desenvolvimento. Aqui, o texto tenta trazer a noção geral destes conceitos como forma de facilitar a compreensão do/a leitor/a sobre o tema discutido na pesquisa. O capítulo traz ainda uma leitura a respeito da cooperação norte-sul e a cooperação sul-sul.

No capítulo 3 fazemos uma apresentação geral a respeito das relações sino-africanas; ao discutir seu impacto no desenvolvimento do continente africano, o texto fala do interesse da China por este continente. Também aborda os fluxos econômicos e financeiros, tais como, exportações, importações, investimentos direto, externo e empréstimos da China para o continente africano, destacando as posições críticas a favor e contra esta iniciativa chinesa.

O capítulo 4 apresenta uma abordagem contextualizando as relações bilaterais entre a China e a Guiné-Bissau. O capítulo fala do investimento chinês no setor de Infraestrutura e Obras na Guiné-Bissau, analisando o seu impacto no desenvolvimento econômico do país africano. O texto apresenta um estudo sobre protocolos de acordos assinados entre os dois países em questão concretamente na área de infraestrutura e obras. Por fim, faz uma leitura, em termos empíricos e qualitativos, acerca do resultado da cooperação entre o gigante asiático e o país africano. Na da dissertação, autor apresenta suas considerações finais a respeito da pesquisa.

## CAPÍTULO 1

### 1. PANORAMA HISTÓRIO E POLÍTICO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Este capítulo tem como objetivo trazer uma visão geral ao leitor ou à leitora sobre a República da Guiné-Bissau. Para isso, traz o capítulo, os dados históricos, políticos, geográficos, econômicos e outros acontecimentos importantes que marcaram a história deste país africano.

**Figura 01:** Mapa da República da Guiné-Bissau



Fonte: GOOGLE.

A Guiné-Bissau é um país africano localizado na costa ocidental da África, tendo limite fronteiro o Norte com a República do Senegal, ao Sul e ao Leste com a República da Guiné-Conacri e ao Oeste com oceano Atlântico. Segundo M'bunde (2018), este país foi colônia de Portugal desde a chegada do primeiro navegador e explorador português Nuno Tristão concretamente em 1446. Para o mesmo autor, o país que hoje é conhecido como República da Guiné-Bissau era conhecido como Guiné Portuguesa uma província ultramarina de Portugal. A expansão geográfica da Guiné-Bissau corresponde ao total de 36.125 km<sup>2</sup>, isto significa que, 28.120 km<sup>2</sup> é ocupado pela terra e 8.005 km<sup>2</sup> é ocupado pela água. A Costa do Oceano Atlântico da Guiné-Bissau é composta por um arquipélago, Bijagós, de mais de 100 ilhas<sup>1</sup>. De acordo com dados da CIA (2020), a República da Guiné-Bissau tem um número de população estimada em 1.927.104 habitantes.

### 1.1 INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Guiné-Bissau<sup>2</sup>, ex-colônia portuguesa também conhecida como Guiné-Portuguesa, foi a primeira das colônias portuguesas do continente africano a conquistar a sua independência unilateralmente, em 24 de setembro de 1973 através duma luta armada sangrenta que durou 11 anos, liderada pela guerrilha do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado em 19 de setembro de 1956 por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin<sup>3</sup>. Segundo Maria Aparecida Dos Reis (2018), a luta de libertação

---

<sup>1</sup> Dados tirados no: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview#1>

<sup>2</sup> Dados tirados no: <https://www.paigc.net/historia.html>

<sup>3</sup> **Fonte:** Site oficial do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

**Amílcar Lopes Cabral** nasceu em Bafatá, Guiné-Bissau, 12 de setembro de 1924 — Morreu em Conacri, 20 de janeiro de 1973. Filho de Juvenal Lopes Cabral (cabo-verdiano) e de Iva Pinhel Évora (guineense), aos oito anos de idade, sua família mudou-se para Cabo Verde, estabelecendo-se em Santa Catarina (ilha de Santiago), que passou a ser a cidade de sua infância, onde completou o ensino primário. Em seguida mudou com a mãe os irmãos para Mindelo, São Vicente, onde veio a terminar o curso liceal em 1943. No ano seguinte, mudou-se para a cidade de Praia, na Ilha de Santiago, e começou a trabalhar na Imprensa Nacional, mas só por um ano pois, tendo conseguido uma bolsa de estudos, no ano de 1945 ingressou no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa. Após graduar-se em 1950, trabalhou por dois anos na Estação Agronómica de Santarém.

Contratado pelo Ministério do Ultramar como adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné, regressou a Bissau em 1952. Iniciou seu trabalho na granja experimental de Pessube percorrendo

nacional na Guiné-Bissau foi um dos mais longos conflitos políticos armados na Costa Ocidental da África, fazendo desse país a primeira colônia portuguesa a conquistar a sua independência. Entre 1960 e 1962, o PAIGC começa a articular em busca dos parceiros para formação militar e fornecimento de munições de guerra, portanto, a República Popular da China e o Reino de Marrocos foram os primeiros em receber o líder do partido, Amílcar Cabral e mais outros militantes, dando-lhes preparações e formações militar e ideológica para expulsar os colonizadores e racistas portugueses naquele país.

O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) era um movimento que em primeiros momentos optava por uma atuação pacífica, tendo o diálogo como a melhor forma de exigir a retirada dos portugueses, mas essa estratégia não deu certo, visto que os portugueses não aceitaram a proposta do movimento nacionalista, isso levou o grupo nacionalista a optar pela luta armada, mesmo sabendo de consequências, pois o maior objetivo era libertar dos colonizadores por qualquer meio necessário. O Massacre de Pidjiguiti em 3 de agosto de 1959, resultado duma

---

grande parte do país, de porta em porta, durante o Recenseamento Agrícola de 1953 adquirindo um conhecimento profundo da realidade social vigente. Suas atividades políticas, iniciadas já em Portugal, reservam-lhe a antipatia do Governador da colônia, Melo e Alvim, que o obriga a emigrar para Angola. Nesse país, une-se ao MPLA.

Em 1959, Amílcar Cabral, juntamente com Aristides Pereira, seu irmão Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio de Almeida e Elisée Turpin, funda o partido clandestino Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Quatro anos mais tarde, o PAIGC sai da clandestinidade ao estabelecer uma delegação na cidade de Conacri, capital da República de Guiné-Conacri.

Em 23 de janeiro de 1963 tem início a luta armada contra a metrópole colonialista, com o ataque ao quartel de Tite, no sul da Guiné-Bissau, a partir de bases na Guiné-Conacri.

Em 1970, Amílcar Cabral, fazendo-se acompanhar de Agostinho Neto e Marcelino dos Santos, é recebido pelo Papa Paulo VI em audiência privada. Em 21 de novembro do mesmo ano, o Governador português da Guiné-Bissau determina o início da Operação Mar Verde, com a finalidade de capturar ou mesmo eliminar os líderes do PAIGC, então aquartelados em Conacri. A operação não teve sucesso.

Em 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral é assassinado em Conacri, por dois membros de seu próprio partido. Amílcar Cabral profetizara seu fim, ao afirmar: "Se alguém me há de fazer mal, é quem está aqui entre nós. Ninguém mais pode estragar o PAIGC, só nós próprios." Aristides Pereira, substituiu-o na chefia do PAIGC.

Após a morte de Cabral a luta armada se intensifica e a independência de Guiné-Bissau é proclamada unilateralmente em 24 de setembro de 1973. Seu meio-irmão, Luís de Almeida Cabral, é nomeado o primeiro presidente do país.

"A nossa luta é para o nosso povo, porque o seu objetivo, o seu fim é satisfazer as aspirações, os sonhos, os desejos do nosso povo: ter uma vida digna, decente, como todos os povos do mundo desejam, ter a paz para construir o progresso na sua terra, para construir a felicidade para os seus filhos" Amílcar Cabral.

brutal violência policial portuguesa contra os marinheiros e estivadores do Porto de Bissau que exigiam melhores condições de trabalho à Casa Gouveia. Este ocorrido deixou várias mortes e feridos. Então, foi isso que motivou ainda mais o PAIGC a fazer troca do meio pacífico para o de arma. Como explica Maria Aparecida Dos Reis (2018, p.190):

Com essa onda de protestos realizados pela população local, o governo colonial reagiu de forma violenta para conter os manifestantes acabando assim, assassinando mais de 140 pessoas e dezenas ficaram feridas, o que deu início à primeira luta armada pela libertação. O partido PAIGC decidiu organizar a luta na clandestinidade utilizando a tática de guerrilha, e mais tarde foi apoiado, pela OUA (Organização da Unidade Africana), pela Guiné-Francesa, Gana, Senegal e mais tarde por países comunistas, como a China, Rússia e em especial o Movimento dos Países Não Alinhados, de tendência Marxista-Leninista.

O dia 23 de janeiro de 1963 foi a data oficial do início da luta armada para independência dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde contra o regime português. A fortaleza portuguesa de Tite, sul do país, foi a primeira atacada com artilharias pesadas de Guerrilheiros do PAIGC e, assim continuaram os ataques contra fortalezas portuguesas de Fulacunda, Buba e no norte do país com apoio da Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING). O Movimento da libertação recebia o apoio da União Soviética, de Cuba e da China, porque a sua política de luta tinha como base a ideologia comunista e, é importante ressaltar que a guerra da libertação encontrou com a Guerra Fria, isto é, a rivalidade entre o bloco comunista-União Soviética e o capitalista-Os Estados Unidos.

Com grande número de ataques a quartéis e acampamentos do Exército Português que em 1967 totalizou em 147 ataques, conseqüentemente 2/3 do território do país era efetivamente controlado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, isso motivou a mudança na estratégia por parte do Exército Português com a Chegada do novo governador, António de Spínola. O novo governador não acreditava mais em armas como meio para continuar o seu domínio naquele país africano, para isso, segundo dados do Site Oficial do PAIGC, António Spínola começou com propaganda de construção de escolas, hospitais novas unidades habitacionais, melhorias das telecomunicações e de um sistema de estradas, isto, como forma de ganhar favor público na Guiné. Para John Woollacott (2016, p. 1135),

[...] a estratégia de Spínola, a única realista nas circunstâncias, foi dupla: 1) reforçar o moral e a eficácia do exército colonial, na tentativa de estabelecer um “equilíbrio militar” com as guerrilhas; 2) lançar uma campanha que visava angariar a “simpatia e o empenhamento” do povo guineense, procurando enfrentar as suas principais carências, minando, por essa via, a base política do PAIGC.

O governo de Spínola esforçou muito em elaborar políticas para acalmar os guerrilheiros do PAIGC, isso servia como estratégia para continuar a dominar os guineenses, mas por meios menos violentos. O António Spínola tentou negociar, mas não surtiu efeito, porque o PAIGC não queria outra proposta, senão a independência total da República da Guiné-Bissau. Como explica Woollacott (2016), o PAIGC insistia em duas conclusões para o início das negociações com o novo Governo da metrópole “1. Reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito à autodeterminação e à independência do povo da Guiné-Bissau e de Cabo Verde; 2. Reconhecimento dos mesmos direitos aos povos dos outros territórios portugueses em África”.

No que diz respeito às estratégias imprimidas na luta pela independência da Guiné-Bissau, pode-se dizer que foi uma das mais bem desenhada em todas as ex-colônias portuguesas. Posto que a derrota da metrópole neste país africano fez com que as outras colônias portuguesas em África alcançassem-se as suas independências. Não é exagero ressaltar que a derrota sofrida na Guiné-Bissau foi fundamental para a libertação do próprio Portugal do regime fascista que massacrou o povo português durante cinco décadas. A revolta do 25 de abril de 1974, em Portugal contra o regime fascista iniciou na Guiné-Bissau com um grupo de descontentes militares da ala socialista que entendeu que guerra provocada pelo governo português na antiga colônia era para beneficiar uma elite fascista, como nos ensina John Woollacott,

a derrota do plano neocolonial de Spínola na Guiné, no seu «território natural», revestiu-se de um enorme significado: não só abriu um claro precedente para a natureza do tipo de descolonização a ser adaptado no resto do Império, como agudizou e forçou a rápida resolução das contradições do poder inerentes ao novo regime de Lisboa, fazendo avançar o processo revolucionário na metrópole e conduzindo, a breve trecho, à queda de Spínola e a uma mais profunda radicalização do Estado Português, (WOOLLACOTT, 2016, p. 1153).

Para concluir, vale ressaltar que a independência da Guiné-Bissau tem um enorme significado e não somente para os guineenses, mas para todo o continente e em especial para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), assim como, para o próprio Portugal em poder se libertar do antigo regime fascista para o democrático. Para John Woollacott, o mérito dessa grande vitória, sem dúvidas, foi do Eng. Amílcar Lopes Cabral que dum forma sábia desenhou uma luta sem ódio e sem racismo contra o povo português, para o Cabral, a luta não era contra o povo português, mas sim, contra um regime. Com esse grande projeto realizado, fica claro que Amílcar Lopes Cabral além de ser pai da luta da libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, até certo ponto, pode ser reconhecido como um dos importantes ator pela independência de Portugal.

É muito importante ressaltar que, apesar de haver uma boa liderança do projeto da luta da libertação nacional, essa luta tirou milhares de vidas dos guineenses. Segundo Igor Castellano da Silva (2012), de 1963 a 1974, o período que decorreu a luta pela independência da Guiné-Bissau contra os colonizadores portugueses, houve aproximadamente ou mais de 15 mil mortos.

## **1.2 Golpe Militar de 1980 e a separação com Cabo Verde**

O golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 contrariou os objetivos do projeto da unidade entre os povos da República da Guiné-Bissau e a República de Cabo Verde. O projeto da unidade entre as duas nações idealizado por Amílcar Lopes Cabral, fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), teve como objetivos principais, unir os dois povos na luta contra os colonialistas portugueses e construir uma supranacionalidade.

O ambicioso projeto conseguiu realizar um dos seus maiores objetivos que era expulsar os colonizadores, contudo, não conseguiu manter a unidade entre as duas nações, devido as rivalidades existentes logo cedo antes da independência. Como nos ensina Antero da Conceição Monteiro Fernandes (2007), apesar dos dirigentes políticos fazerem tudo para mostrar às populações de que o projeto da unidade estava indo bem, a verdade é que o PAIGC, partido responsável pela unidade das duas nações, estava cheio de problemas não resolvidos.

A rivalidade entre os guineenses e os caboverdianos, como dito anteriormente, começou logo no início da luta. Havia ala que não se concordava com o projeto da unidade, mesmo assim, foi esforçado a sua implementação. Os guineenses viam os caboverdianos como os privilegiados que iam querer continuar com o projeto de dominação, porque estes aproximavam mais dos colonizadores e tiveram oportunidades de estudos enquanto os guineenses lutavam.

A morte do idealizador do projeto da unidade e fundador do PAIGC em 20 de janeiro de 1973, Amílcar Lopes Cabral de pais caboverdianos e nascido na Guiné-Bissau, deu mais força à ala que defendia a separação entre os dois países irmãos da luta, acusando o então veterano da guerra, o general João Bernardo Vieira Nino de ser o ator do assassinato. Apesar do assassinato de Amílcar Lopes Cabral ter trazido o mal convívio dentro do PAIGC, entre os dirigentes guineenses e caboverdianos, o projeto da unidade teve a sua continuidade.

Apesar de tantas tentativas da parte do PAIGC em esconder da população o mal-entendido vivido dentro do partido, não se conseguiu mais aguentar as divergências internas. Então, foi efetuada o golpe militar intitulado de Movimento Reajustador de 14 de novembro de 1980 liderado pelo general João Bernardo Vieira Nino guineense, derrubando o primeiro presidente da república da Guiné-Bissau, Luiz Cabral também da origem caboverdiana, primo do Amílcar Lopes Cabral. O golpe contra o Luiz Cabral foi o ponto mais alto que resultou na separação entre as duas nacionalidades, mas, apesar do golpe de 1980 tiver um papel simbólico na separação entre os dois povos irmãos da luta, segundo Monteiro (2019), alguns dirigentes da ala caboverdiana confessaram que o golpe era previsível e que a unidade da Guiné-Bissau e Cabo Verde estava mal equacionada.

Como explicado anteriormente, o clima de tensa desconfiança vivido no seio do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) entre a ala guineense e a caboverdiana e que resultou no golpe de 14 de novembro de 1980 foi motivado por vários motivos, como nos explica Antero da Conceição Monteiro Fernandes:

Sobre as razões que levaram a esta ação militar, intitulado de Movimento Reajustador e negando o epíteto de golpe afirma João Bernardo Vieira que: “O recurso às armas não foi porem, a via mais fácil para nós. Nos últimos tempos houve várias tentativas de, no quadro dos princípios básicos do nosso Partido o P.A.I.G.C, solucionarmos os graves problemas nacionais.

Infelizmente, mercê de uma política antidemocrática, de flagrante desvio à linha do Partido, foi sendo bloqueada todas as possibilidades de discussão e de diálogo. Como causas fundamentais que originaram a nossa ação do passado dia 14 de novembro, realçamos a degradante situação económico-social do país, o desvio da linha ideológica do Partido, consubstanciado na progressiva eliminação dos princípios do centralismo democrático, no combate duro à aplicação do princípio de crítica e autocrítica, na deturpação do Princípio da Unidade Guiné-Cabo Verde, e na introdução do divisionismo no seio dos militantes, responsáveis e dirigentes”. Aparentemente, não havia qualquer descontinuidade ideológica a justificar o golpe. Na mesma comunicação telegráfica endereçada a Aristides Pereira, Vieira reafirmava ao “Camarada Secretário-geral que os acontecimentos de 14 de novembro nada tem contra linhas e pensamentos do saudoso Amílcar Cabral e os fundamentos do partido”. Os novos poderes em Bissau, nomeadamente o Conselho da Revolução, eram formados por “verdadeiros militantes”, estavam” prontos e abertos para discussões” e como tal “não houve nenhum desvio às linhas do partido”. [...] É tido como detonador da ação militar, a revisão constitucional que segundo João Bernardo Vieira objetivou-se” na personalização do poder e na negação ao povo guineense da sua Identidade Nacional”. É que também segundo os golpistas, enquanto em Cabo Verde a Constituição não permite a um guineense ser Presidente, o texto do da Guiné foi elaborado de forma a permitir que um cabo-verdiano seja presidente e permitia a pena de morte na Guiné e não em Cabo Verde. Os guineenses reclamavam a Unidade na Igualdade, (FERNANDES, 2007, p. 92-93).

#### Adeilson Nogueira aponta os motivos do golpe,

Dentre as razões alegadas para o golpe de Estado, foram apontados: crise política interna do PAIGC e cerceamento de diálogo no interior do partido, crise económico e social no país, com escassez de alimentos básicos, como arroz, batata, óleo e açúcar; prisões e fuzilamentos de ex-comandos africanos, ex-milicianos e de alguns civis, acusados de terem pertencido ou apoiado o exército colonial português, (NOQUEIRA, 2000?, p.9).

Portanto, percebe-se que a direção do PAIGC vivia o clima de muita intensidade e de desconfiança, portanto, o ambiente era propício para que pudesse ser efetuado o golpe. Os pontos citados por líder do golpe, João Bernardo Nino Vieira, justificaram o levante militar. Existia a desigualdade na constituição dos dois países, posto que um guineense não podia ser candidato à presidência de Cabo Verde, mas um caboverdiano podia nos dois países, além da aplicação da pena de morte que vigorava na Guiné-Bissau. Assim, são pontos muito fortes para justificar a revolta militar. O general João Bernardo Vieira Nino, segundo Fernandes (2007), teve desconhecimento de alguns

acontecimentos praticados no governo de Luís Cabral, citando o caso de Farim onde cerca de cem pessoas morreram asfixiadas, mas que foi descoberto só depois do golpe.

Embora houvesse grande choque por parte dos caboverdianos com o golpe, o movimento golpista tentou a partir do seu líder general Nino Vieira convencer a ala caboverdiana que o golpe não era um ato racial ou anti-caboverdiano e que os princípios da unidade deixado por Amílcar Lopes Cabral continuariam a dirigir o PAIGC, como explicado por Fernandes:

Se para as autoridades de Bissau o golpe não punha em risco o pensamento de Cabral e os fundamentos do partido, discursos como “correr com os colonos que ainda estavam na Guiné-Bissau”, “devolver a identidade nacional aos guineenses”, “segunda libertação nacional”, proferidos pelos membros do Conselho da Revolução chocaram profundamente os camaradas cabo-verdianos. Facto que levou muito cedo, o Concelho da Revolução, a empenhar-se em afirmar que o Movimento Reajustador não foi e nem podia ser racista e anti-caboverdiano e que por isso os cabo-verdianos não tinham nada a temer, (FERNANDES, 2007, p. 93-94).

Percebe-se, portanto, com argumentos dos autores discutidos no texto que o golpe de 14 de novembro de 1980, embora tenha acontecido nessa data, não podia ser diferente, porque a própria conjuntura já estava tendo momentos tensos entre os guineenses e os caboverdianos devido a desconfiança existente no seio do partido. Contudo, não se pode ignorar o fato de que o golpe de 14 de novembro de 1980 foi simbólico em pôr fim ao projeto de unidade entre as duas nações.

### 1.2.1 Implementação Democrática na Guiné-Bissau

Os anos oitenta podem ser caracterizados como a década da revolução dos sistemas políticos e econômicos de quase todos os territórios ou países, em especial os países do Leste Europeu e da África. O continente africano como o último a libertar-se do colonialismo europeu, encontrava-se numa situação econômica profunda, então, a Guiné-Bissau não era uma exceção.

Como é sabido, a luta da libertação dos países africanos acontecia simultaneamente com a Guerra Fria, muitos países africanos receberam o apoio dos países socialistas para expulsar os colonizadores europeus, acabaram por adotar o sistema socialista do partido único, o exemplo concreto da Guiné-Bissau que recebeu

muita ajuda da antiga União Soviética, Cuba e China. Contudo, com a queda do Muro de Berlim em 1989 que simboliza o fim da Guerra Fria, os países com sistema socialista começaram a enfraquecer e ao mesmo tempo a receber muitas pressões do sistema econômico neoliberal defendido, principalmente, pelos Estados Unidos e pelas organizações econômicas internacionais, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial.

Com a profunda crise econômica visto nos países que adotavam o socialismo, muitos líderes africanos além de pressões do capitalismo liberal, também havia levantes internas que exigiam a mudança do socialismo do partido único para o modelo democrático respeitando os direitos humanos, principalmente os civis e políticos.

A Guiné-Bissau, sendo um dos países mais pobres do mundo, tendo praticado ao longo dos primeiros quinze anos da sua independência uma política econômica desastrosa, tendo tido um regime autoritário de partido único e tendo por diversas vezes violado os direitos elementares da pessoa humana, não podia escapar à regra. Também aqui estavam reunidas as condições internas e externas para se iniciar um processo de mudanças profundas a todos os níveis da sociedade, mormente nos domínios político e econômico. (CARDOSO, 2019, p. 260)

Na mesma linha do pensamento, Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (2008, p.62) afirma que:

Todas essas estratégias de controle das iniciativas autônomas da sociedade civil pelo governo, nesse processo inicial de “abertura”, inserem-se na luta pela restrição de direitos sociais e políticos a diversos grupos da sociedade civil, como observa o Coordenador dos Franciscanos da Igreja Católica, João Dias Vicente: “O PAIGC proibiu a prática do escotismo porque só podia sê-lo a Juventude Africana Amílcar Cabral”.

Percebe-se com os argumentos de autores que o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) com o socialismo do partido único não permitia as iniciativas privadas e nem criação de outros partidos políticos. Muitos políticos foram perseguidos e violados seus direitos fundamentais. O sindicato de trabalhadores (União nacional de trabalhadores da Guiné-UNTG), fundado em 1956, era monopolizado pelo PAIGC, em que esse passou a servir os próprios interesses do partido, não mais dos trabalhadores: Segundo Teixeira (2008):

A ideia da democracia revolucionária e da construção da unidade nacional, como condição para o desenvolvimento (entendido como modernização) por parte do governo do PAIGC, o movimento sindical UNTG não era mais do que uma continuação das ações do partido junto às bases populares. Como consequência dessa estratégia, desenvolveu-se um modelo sindical que, ignorando as contradições e visões adversárias, buscou a sua legitimidade na

submissão ao regime do partido único do qual recebe desde demandas internas até recursos para o seu funcionamento. É nesse contexto que vários líderes dirigentes sindicais, das organizações das mulheres e de jovens, impulsionados pela ideologia da democracia popular revolucionária, foram indicados pelo PAIGC para liderarem as organizações sociais de massa ou para assumirem mandatos políticos nos ministérios a fim de defender o programa do governo.

Vê-se, portanto, que, a implementação democrática na Guiné-Bissau não foi um processo fácil, ou melhor, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde tanto no governo de Luís Cabral como no do João Bernardo Vieira Nino não se olhava com um bom olho a democracia. Todavia, o partido não conseguiu resistir. Como já explicado anteriormente, as forças internas e, principalmente, as pressões externas do FMI e do Banco Mundial obrigaram-lhe a aceitar a democracia, por conseguinte, sair do socialismo para o sistema democrático em 1991, tendo, portanto, as primeiras eleições multipartidárias em 1994, vencidas pelo PAIGC com o João Bernardo Vieira Nino como candidato.

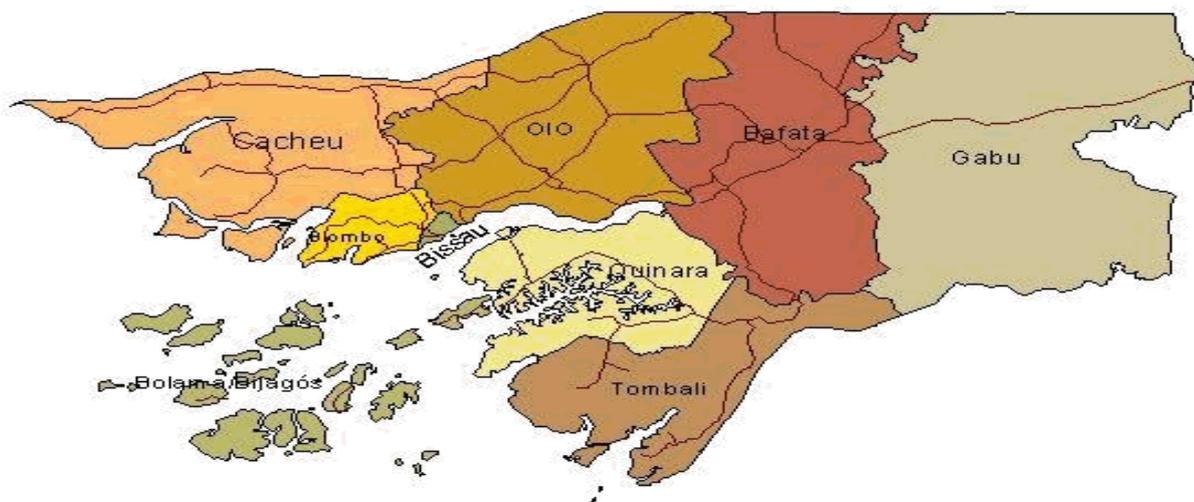
Com a aceitação da democracia, o país não se livrou dos conflitos políticos e militares. Os golpes de 1998, de 2003 e de 2012 são exemplos claros disso. Em 7 de junho de 1998 foi derrubado o regime do presidente João Bernardo Vieira Nino do PAIGC por um levantamento militar, fato que condicionou a realização das eleições de 2000 e, conseqüentemente, a transição do poder para o Partido da Renovação Social (PRS) cujo candidato era Dr. Kumba Yala, o vencedor das presidenciais. No seu terceiro ano de mandato (em 2003), Yala foi deposto do cargo pelos militares. Nove anos depois, isto é, em 2012, houve um outro golpe militar, desta vez derrubando o regime do então primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior. Estes acontecimentos são detalhados nos próximos subcapítulos.

Todavia, vale ressaltar que desde 2012 não houve mais outro conflito militar no país, em 2014 o José Mario Vaz foi eleito presidente pelo o PAIGC e conseguiu terminar o seu mandato e agora nas eleições de 2019 foi eleito o novo presidente, General Umaro Sissico Embaló, de certa forma, isto dá um pouco de esperança ao povo guineense sobre o desenvolvimento.

### 1.2.2 Organização administrativa da Guiné-Bissau

Administrativamente<sup>4</sup> a Guiné-Bissau está dividido em 8 (oito) regiões e 1 (um) sector autónomo a saber: Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara, Tombali e Sector Autónomo de Bissau, a capital. As regiões estão, por suas vezes, divididas em sectores (36 no total) e estes em secções compostas por tabancas (aldeias). As regiões e sectores são dirigidos por Comités de Estado, encabeçados por um Presidente. As administrações regionais e setoriais dispõem de escassos recursos para o seu financiamento, sobretudo, materiais e humanos. A perspectiva das eleições autárquicas poderá eventualmente conduzir à implantação de verdadeiros órgãos autónomos com meios e poderes para promover a desejada planificação regional e local e respectiva execução com vista ao real desenvolvimento económico e social das regiões. A figura 02, portanto, mostra como está dividida por regiões a República da Guiné-Bissau, e no quadro 01 descreve a superfície de cada região.

**Figura 02:** Mapa de divisão regional da República da Guiné-Bissau



**Fonte:** stat-guinebissau

**Quadro 01:** superfície da Guiné-Bissau

<i>Superfície da Guiné-Bissau</i>	
<i>Região</i>	<i>Km2</i>
<i>Bafatá</i>	5.981,1 Km2
<i>Biombo</i>	838,8 Km2
<i>Bolama / Bijagós</i>	2.624,4 Km2
<i>Cacheu</i>	5.174,9 Km2

<sup>4</sup>Ver: [http://www.stat-guinebissau.com/pais/organizacao\\_administrativa.htm](http://www.stat-guinebissau.com/pais/organizacao_administrativa.htm)

<i>Gabú</i>	9.150,0 Km2
<i>Oio</i>	5.403,4 Km2
<i>Quinara</i>	3.138,4 Km2
<i>SAB (Sector Autónomo de Bissau)</i>	77,5 Km2
<i>Tombali</i>	3.736,5 Km2
<b><i>TOTAL</i></b>	<b>36.125Km2</b>

Fonte: stat-guinebissau

### 1.3 GUERRA CIVIL DE 7 DE JUNHO DE 1998

A Guerra Civil conhecida como 17 de junho de 1998, com a duração de 11 meses, foi provocada pela insatisfação de uma parte de pessoas que não concordavam com algumas atitudes do governo liderado por João Bernardo Vieira Nino, veterano da Guerra da Independência e líder do golpe de 1980 contra o Luís Cabral. De 1980 a 1998, período direto que o General Nino Vieira ficou à frente do Estado da Guiné-Bissau, permitindo as primeiras eleições democráticas só em 1994 que o próprio ganhou. Antes dessas eleições, Vieira proporcionou momentos de muitas perseguições e assassinatos de seus adversários políticos, o exemplo do inesquecível caso de 17 de outubro de 1985 que aprisouou e matou dezenas de oficiais, maioria do grupo étnico balanta. Essa insatisfação resultou no conflito de 7 de junho de 1998 que colocou o governo do presidente João Bernardo Vieira Nino, tendo apoio do Senegal, da Guiné Conakry e contou ainda com grande apoio do seu grupo étnico (papal) contra o movimento insatisfeito conhecido como Ajunta Militar liderado por então General das Forças Armadas Ansumanane Mané. Como nos ensina, o Amado (2013):

Enquanto estadista, é indubitável que Nino Vieira tem máculas de que dificilmente se eximirá. Sintomaticamente, o "Parecer" assinalou isso, desde logo, entre outros, os fuzilamentos de adversários ou opositores políticos, a permissão da invasão da Guiné-Bissau por tropas do Senegal e da Guiné Conakry e ainda o recrutamento (maioritariamente) étnico dos "Aguentas", reportando-se estes dois últimos à guerra civil de 1998-1999. Admitir isso tudo, por um lado e, por outro, a eventualidade contributiva de Nino Vieira na atual situação, não deve e nem pode ser entendido como tentativa de o ilibar do que quer que seja. (AMADO, 2013, p.154).

Pode-se dizer que o Presidente João Bernardo Vieira Nino, os seus 18 anos direto no poder foram de muita perseguição e assassinatos. Desde 1980 que o Vieira assumiu o poder com o golpe militar derrubando o primeiro presidente Luís Cabral, ele (Nino) liderou o país com braço de ferro, não tolerava qualquer oposição. Esse fato, só

mudou em 1991 com abertura democrática que resultou nas realizações das primeiras eleições democráticas em 1994. É importante ressaltar que a abertura democrática na Guiné-Bissau não foi a boa-vontade do então presidente, mas sim, pelas pressões internas do movimento civil e pressões internacionais iniciadas com a queda do Muro de Berlim que cessou o poderio socialista liderada por antiga União Soviética e Cuba, países que mais apoiavam o regime do presidente Vieira. Já os Estados Unidos como líder da política econômica mundial capitalista e através instituições econômicas internacionais, Banco Mundial e FMI elaboram um modelo de desenvolvimento econômico que tinha como elemento fundamental para sua implementação a "democracia", ou melhor, essas instituições obrigaram os países a abandonar o sistema socialista para o sistema capitalista democrático, onde o João Bernardo Vieira Nino acabou não resistindo como muitos outros líderes africanos. Como confirmado por Nogueira:

Depois da independência, a Guiné-Bissau seria governada com um sistema político comunista de partido único intimamente aliado a países comunistas como Cuba e a União Soviética. Com o colapso da União Soviética, a mudança também chegou à Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau tornou-se uma democracia multipartidária em 1991- as primeiras eleições multipartidárias e serem realizadas em 1994. A democracia ainda não teve a chance de se estabelecer na Guiné-Bissau. O país tem um historial de eleições seguidas de golpes de estado militar, em 1998/1999 que se transformaram em Guerra civil, (NOGUEIRA, 200-? p. 11).

Portanto, percebe-se que a mudança do regime político do sistema socialista do partido único para o sistema político multipartidário só aconteceu na Guiné-Bissau em especialmente na década 1990 graças à intervenção, ou melhor, pressões de organizações internacionais capitalistas, sem minimizar as lutas internas dos movimentos sociais. Contudo, só com as lutas de movimentos sociais, o sistema democrático ia demorar mais. Conforme citado acima, vale ressaltar que mesmo com a democracia, o país ainda se encontra numa frágil situação política e econômica. "A instabilidade política recorrente que remonta ao fim da guerra civil de 1998 continua a prejudicar severamente as perspectivas econômicas no país", (OECD, AFRICAN DEVELOPMENT BANK, et al., 2013, p. 104).

Com argumentos antecedentes discutidos, nota-se que apesar da Guiné-Bissau ser considerado um país democrático, a sua democracia ainda não está consolidada,

porque até o momento do escrito desta dissertação, as instituições de poderes da Guiné-Bissau não são autônomas, situação quase idêntica com a China. Também, percebe-se na leitura dos autores que, a guerra civil de 1998 foi o levante contra um regime opressor que perseguia e assassinava os oponentes políticos que terminou com a queda do próprio regime, o então presidente exilado no estrangeiro, deixando a Junta Militar na frente do país. "Após alguns "incidentes militares" as duas partes beligerantes voltaram definitivamente às hostilidades, tendo a Junta Militar finalmente ocupado a capital Bissau, em 7 de maio de 1999, após ter derrubado o regime liderado por presidente João Bernardo Nino Vieira" (M´Bunde, 2018, p. 84). Vale ressaltar que a questão de comércio de droga foi outro elemento compositor da guerra civil de 7 de 1998, como explicado na citação que se segue:

[...] na Guiné-Bissau, João Vieira fez da democracia um benefício para si em uma eleição em que os partidos de oposição eram tão numerosos que nenhum deles tinha chances de vitória. Uma revolta, em 1998, evoluiu para guerra civil na qual ambos os lados recebiam apoio do Senegal. Guiné-Bissau se tornou um importante escala no tráfico de drogas entre o Novo e o Velho Mundo. (CALVOCORESSI, 2009, p.529).

Com a citação anterior, entende-se, portanto, que, a revolta ao regime do João Bernardo Vieira Nino também envolvia questões de tráfico de droga onde a Guiné-Bissau serviu como o palco principal do negócio com a Europa. Conforme explicado acima, é importante ressaltar que, a guerra civil de 1998, apesar de destruir o regime do Nino Vieira, não foi o primeiro e nem o último conflito militar naquele país africano, como exemplo, citamos o golpe militar de 12 de abril de 2012 que derrubou o governo do então primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior, este assunto terá destaque nas linhas que se prosseguem.

#### 1.4 GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL DE 2012

A República da Guiné-Bissau como vem sendo descrito neste trabalho, desde sua independência vem vivendo momentos perturbados e com muita dificuldade para consolidação da sua jovem democracia. O golpe de 12 de abril de 2012 foi apenas a continuidade de golpes que tiveram lugar naquele país africano ocidental. Contudo, o golpe militar de 12 de abril de 2012 que resultou na queda do então governo do ex-

primeiro-ministro, Carlos Gomes Junior, foi diferente em relação aos demais, porque nesse, apesar de conseguir derrubar o governo, não houve o registro de mortes. Como explica Infante (2016), o último golpe de 12 de abril de 2012 foi diferente dos anteriores porque não houve derramamento de sangue.

Em 2012 a relação entre o primeiro ministro Carlos Gomes Júnior e uma parte militar não cheirava bem, isto porque estava em Bissau uma equipe militar angolana designada da MISSANG que estava lá para cuidar da segurança do primeiro ministro o que não deixou contente os militares guineenses, estes olhavam para a MISSANG como ameaça e também como forma de menosprezar a força militar do país e também foi nas vésperas da 2ª volta das eleições presidenciais na qual o Carlos Gomes Junior saiu como vencedor da 1ª volta, entretanto, o candidato Kumba Iala do Partido da Renovação Social (PRS), segundo maior partido na altura, contestou essa derrota. Segundo Abdou Jarju (2019), foi este o alibi usado pelos militares, de que Carlos Gomes teria assinado um acordo secreto com Angola que tencionava acabar com os militares guineenses.

Além do descontentamento dos militares, também alguns políticos guineenses e dos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental viam a missão militar angolana como uma intervenção nos assuntos internos daquele país e como ameaça angolana na África Ocidental. É óbvio que outros interesses forjaram o golpe de 12 de abril. Segundo Jarju (2019), “alguns países da CEDEAO consideram o espaço que ocupa esta Organização sub-regional como sendo sua propriedade ou zona exclusiva de influência. Esta é a visão da Nigéria, a grande potência da zona, do Senegal e da Costa de Marfim”.

Portanto, percebe-se que o conflito militar de 2012 teve apoio tanto interno como externo. No âmbito interno, segundo Infante (2016), os golpistas tiveram apoio do segundo maior partido do país, o Partido da Renovação Social (PRS) e outros pequenos partidos afastados do poder, bem como alguns membros do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) do próprio Carlos Gomes Júnior, aliado descontente com a sua administração. E o apoio internacional recebido da sub-região veio da Nigéria, o gigante da África Ocidental, do Senegal e da Costa de Marfim.

Com isso, vale ressaltar a importância da geopolítica no conflito de 2012, como nos ensina Abdou Jarju:

É importante notar que tanto o Senegal como a Nigéria tinham nutrido o sentimento de vingança contra Carlos Gomes Júnior, por ter proibido a entrada de combustível por via terrestre a partir de Dakar e ter recusado à

Nigéria uma empresa de fabricação de cerveja a favor de Marrocos. A Costa do Marfim nutria um sentimento de rancor contra Eduardo dos Santos por este ter apoiado Laurent Bagbou aquando do impasse eleitoral. De facto, o golpe poderia ser chamado de golpe de interesses dos países vizinhos da Guiné-Bissau. São estas rivalidades externas, circunscritas dentro da CEDEAO, que impulsionaram e favoreceram o sucesso do golpe de Estado de 12 de abril. (JARJU, 2019, p. 59).

Portanto, de acordo com a citação acima, fica explícito que as questões geopolíticas e económicas foram fundamentais para materialização e apoio ao sucesso de golpe de 2012. É necessário ressaltar que a Guiné-Bissau é rico em minério, por exemplo em bauxita que foi um dos principais elemento que motivou a presença angolana naquela país. Segundo dados do site macauhub (2014):

A empresa Bauxite Angola projeta vir a aplicar mais de 500 milhões de dólares na Guiné-Bissau, com o reinício da exploração das minas de bauxite de Madina de Boé, região de Gabu, leste do país, afirmou quarta-feira em Bissau o presidente da empresa. A empresa suspendeu os trabalhos devido ao golpe de Estado de 12 de abril de 2012, que depôs o governo, na altura liderado por Carlos Gomes Júnior. O presidente da Bauxita Angola disse pretender-se ainda viabilizar outros projetos mineiros próximos das minas de bauxita, nomeadamente junto à fronteira com a República da Guiné-Conacri, com um empreendimento à escala regional<sup>5</sup>.

Sobre o impacto do golpe na exportação da castanha de caju, o principal produto exportado guineense. Sobre este assunto, o site macauhub (2012) mostra que:

A previsão feita pelo governo deposto pelo golpe de Estado de 12 de abril passado era que o país iria exportar este ano entre 220 a 230 mil toneladas de caju, mas o governo de transição teve de rever em baixa estes números fixando-os agora em 180 mil a 190 mil toneladas. [...] De acordo com o presidente do Comissão Nacional do Caju, André Nanque, a Guiné-Bissau exportou 174 mil toneladas de caju em 2011, o que foi um recorde, e fez entrar nos cofres públicos 226 milhões de dólares<sup>6</sup>.

Portanto, nota-se que as instabilidades políticas desde a independência do referido país em 1973 têm contribuído negativamente no desenvolvimento económico e social do país. Como explicado logo no início do subcapítulo que o conflito de militar de 2012 foi o último golpe até o momento, entretanto, o país ainda enfrenta grandes dificuldades em quase todos os setores.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://macauhub.com.mo/pt/2014/09/04/bauxite-angola-plans-to-resume-mining-in-guinea-bissau/>. Acessado em: 24 jul. 2020

<sup>6</sup> Disponível em: <https://macauhub.com.mo/pt/2012/08/21/portugues-guine-bissau-com-dificuldades-para-escoar-producao-de-castanha-de-caju/>. Acessado em: 24 jul. 2020

## 1.5 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA GUINÉ-BISSAU

### 1.5.1 Contexto político

A Guiné-Bissau desde a sua independência unilateral em 24 de setembro de 1973, tem tido uma história de fragilidade política e institucional. O país africano é politicamente instável devido golpes frequentes, isso o colocou na fila dos países mais frágeis do mundo. De acordo com dados do Banco Mundial, a Guiné-Bissau registrou quatro golpes de Estado bem-sucedidos e mais outras 16 tentativas de golpes de Estado, planejados ou suspeitos.

Outro fator importante de fragilidade política guineense, reside nas mudanças frequentes dos governos. Segundo Monteiro (2019), ao longo da história democrática da Guiné-Bissau nenhum governo eleito terminou o mandato, por motivos de sucessivos golpes de Estado. A mesma interrupção é vista nos presidentes eleitos, desde o nascimento da democracia guineense em 1993 até 2019, só conseguiu terminar o mandato, o presidente José Mário Vaz (2014-2019), com exceção do presidente Malam Bacai Sanha que morreu por motivo de doença em 2012 interrompendo o seu mandato.

Também é importante ressaltar que uma das causas principais que gera conflitos sociais nesse país africano, segundo Monteiro (2019), é a interferência dos partidos políticos nas questões militares. Timóteo Saba M'Bunde ressalta que,

é fato que a Constituição da República demarca inequivocamente a esfera de atuação dos militares, separada à dos civis, todavia em termos práticos não há limites fronteiriços claros entre o domínio civil e militar, entre a classe política e castrense. Muitas vezes a luta pelo poder seduziu os agentes militares e atores políticos à mesma arena, sendo que estes últimos, na maioria das vezes, sempre incitaram os primeiros às disputas políticas (2018, p. 50).

Portanto, percebe-se que a Constituição da República da Guiné-Bissau também é um outro fator de instabilidade política, por não deixar claro às responsabilidades civis e militares, ou melhor, os políticos não distinguem as diferenças entre questões políticas e militares e, isso acaba por resultar em conflitos terminados em golpes. O quadro abaixo, de forma sucinta, descreve os golpes que marcaram a história da Guiné-Bissau.

Quadro 02: Lista de golpes e transições de Estado na Guiné-Bissau (1973-2019)

<i>Golpes de Estado</i>	<i>Motivações</i>	<i>Presidentes que assumiram a presidência após os golpes</i>	<i>Ano</i>
<i>Assassinato de Amílcar Cabral. Para muitos foi o primeiro golpe na história política da Guiné-Bissau</i>	Continua desconhecida. Mas já havia rivalidade entre as elites da Guiné-Bissau e Cabo Verde	Luís Cabral	1973
<i>14 de novembro. João Bernardo Vieira depôs Luís Cabral</i>	Os revoltosos alegaram que Luís Cabral privilegiava os cabo-verdianos e marginalizava os guineenses	João Bernardo Vieira	1980
<i>Queda de João Bernardo Vieira, em consequência do conflito político-militar</i>	Tráfico de armas aos independentistas Casamança	Malam Bacai Sanha (interino). Depois Kumba Yalá (eleito democraticamente)	1999
<i>Derrubada de Kumba Yalá</i>	Crises político-institucionais e socioeconômicas	Henrique Rosa (transição). Depois João Bernardo Vieira (eleito democraticamente)	2003
<i>Assassinato de João Bernardo Vieira</i>	Continua desconhecida. Mas há quem diga que foi uma reação ao assassinato do chefe das Forças Armadas, General Batista Tagme Na Wai	Raimundo Pereira (interino). Depois Malam Bacai Sanha (eleito democraticamente)	2009
<i>Morte natural de Malam Bacai Sanha</i>	Doença prolongada	Raimundo Pereira (transição)	Janeiro 2012
<i>Deposição do governo do PAIGC e presidente interino Raimundo Pereira</i>	Crise entre militares angolanos e guineenses no contexto da missão militar angolana no país	Manuel Serifo Nhamadjo (transição)	Abrial 2012

Elaboração própria. Fonte: M'Bunde, 2018 apud: Cardoso, 1995; Ampagatubó, 2008; Carvalho, 2010; Mendes, L., 2010.

### 1.5.2 Contexto econômico

Apesar das instabilidades políticas que a Guiné-Bissau tem vivido, a sua economia passou por momentos altos e baixos. Segundo os dados de 2018 do Banco Mundial, em 2017 devido uma boa produção e elevado preço internacional da castanha de caju, o maior produto exportado do país, a economia cresceu para 5,9%. Este fato, infelizmente, não durou, sendo que em 2018 saiu ao contrário devido as condições climáticas desfavoráveis e o baixo preço do caju. A flutuação internacional nos preços do caju é outro fator que dificulta o crescimento econômico do país, como pode ver na citação a seguir.

As flutuações nos preços internacionais do caju continuam a ter implicações significativas no crescimento e no orçamento, dada a elevada concentração nas exportações de caju. A inflação deverá aumentar gradualmente com o ritmo das atividades económicas, o aumento das despesas de capital e a subida dos preços mundiais do petróleo devendo, contudo, permanecer bem abaixo de 3%. A situação orçamental continua afetada pela instabilidade política e a suspensão do apoio orçamental. As informações existentes apontam para uma consolidação continuada das operações do governo central

em resposta à suspensão do apoio ao orçamento pelos doadores (aproximadamente 2% do produto interno bruto (PIB). A melhoria da mobilização de recursos e um controlo mais apertado das despesas ajudaram a reduzir o défice orçamental para 1,5% em 2017 face a 4,3% do PIB em 2016. A despesa total caiu de 21% do PIB em 2016 para cerca de 20% em 2017, traduzindo sobretudo a diminuição das transferências para as empresas estatais. As subvenções para projetos aumentaram 46% em 2017, enquanto o apoio orçamental permaneceu limitado. As operações do governo foram financiadas sobretudo com recursos regionais, (WORLDBANK, 2018).

A flutuação do preço internacional do caju e as instabilidades políticas fizeram com que os empresários tenham dificuldades, isto é, o medo de investir. Também a questão orçamentária tem sido afetada devido as mesmas instabilidades políticas. Não é exagero, ressaltar que, as insuficiências econômicas fizeram com que as operações do governo guineense sejam financiadas com recursos regionais, de outras organizações internacionais e de alguns países parceiros. Para ter a noção geral dos parceiros econômicos e indicadores geográficos e econômicos da Guiné-Bissau, segue-se abaixo os quadros 3 e 4.

**Quadro 03: Parceiros econômicos da Guiné-Bissau.**

<b>Parceiros econômicos</b>	<b>Sigla</b>
<b>União Europeia</b>	<b>EU</b>
<b>Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental</b>	<b>CEDEAO</b>
<b>União Económica e Monetária da África Ocidental</b>	<b>UEMOA</b>
<b>Banco de Desenvolvimento da África Ocidental</b>	<b>BDAO</b>
<b>Banco Africano de Desenvolvimento</b>	<b>BAfD</b>
<b>Banco Mundial</b>	<b>BM</b>
<b>Fundo Monetário Internacional</b>	<b>FMI</b>
<b>Doadores emergentes não tradicionais importantes</b>	<b>Angola</b>
	<b>China</b>
	<b>Irão</b>

Fonte: worldbank

**Quadro 04: Principais Indicadores de Desenvolvimento Econômico da Guiné-Bissau (2000-2018)**

Ano	Número da População	Crescimento da população %	PIB (bilhões US\$)	PIB per capita (US\$)	Taxa de Inflação %	Importação (Bilhões US \$)	Exportação (Bilhões \$)	Dívida Externa (bilhões US\$)
2000	1,285,715	2,4	1,1	850	3	0,06	0,08	0,92
2001	1,315,822	2,23	1,2	900	5	----	----	0,96
2002	1,345,479	2,23	1,1	800	4	0,06	0,08	0,93
2003	1,360,827	2,02	1,06	800	----	0,06	0,07	0,94
2004	1,388,363	1,99	1,01	700	----	0,1	0,05	0,94
2005	1,416,027	1,96	1,17	800	----	0,1	0,05	0,94
2006	1,442,029	2,07	1,25	900	----	0,2	0,13	0,94
2007	1,472,780	2,05	0,83	600	3,8	0,18	0,12	0,94
2008	1,503,182	2,04	0,9	600	----	0,2	0,13	0,94
2009	1,533,964	2,02	1,71	1.100	----	----	----	0,94
2010	1,565,126	2,03	1,78	1.100	----	----	----	0,94
2011	1,596,677	1,99	1,95	1.200	5	0,33	0,24	0,94
2012	1,628,603	1,97	1,96	1.200	2,4	0,24	0,14	1,1
2013	1,660,870	1,95	2,01	1.200	1,9	0,21	0,15	1,1
2014	1,693,398	1,93	----	----	----	----	----	1,1
2015	----	----	2,68	1.500	1,5	0,22	0,2	
2016	1,759,159	1,88	2,85	1.600	1,5	0,2	0,16	1,1
2017	----	----	3,17	1.900	----	----	----	1,1
2018	1,833,247	2,48	----	----	1,1	0,28	0,33	1,1

Fonte: Index Mundi (2018)

## 1.6 A INSERÇÃO DA GUINÉ-BISSAU NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Após a independência, a Guiné-Bissau começou a procurar novos cominhos para sua integração nos âmbitos regional e internacional. No plano regional, integrou-se à Organização da Unidade Africana (OUA), atual Unidade Africana (UA) e no âmbito internacional à Organização das Nações Unidas (ONU). O PAIGC, partido líder da luta da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde como dito anteriormente, depois da

emancipação do colonialismo viu a necessidade de integrar-se regionalmente e internacionalmente como forma de se legitimar e abraçar os novos desafios para o seu desenvolvimento. Segundo M´bunde (2018), os eventos da globalização caracterizaram o contexto da inserção internacional da Guiné-Bissau às instituições multilaterais, tanto no plano global quanto nos fóruns regionais.

A Guiné-Bissau libertada dos colonizadores após 11 anos de luta armada, ainda frágil politicamente e economicamente, inseriu-se logo no sistema econômico neoliberal imposto pelas agências financeiras internacionais, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Este processo, ao invés de ajudar crescer a economia, conduziu o país africano para grandes dificuldades econômicas deixando-o com elevado número de dívidas. De acordo a explicação de Teixeira e Tavares,

A exemplo do resto do mundo, na década de 1980, a Guiné-Bissau também teve que se submeter aos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) propostos pelo Banco Mundial e pelo FMI. Em tese, o objetivo era reduzir despesas internas para poder pagar as dívidas. Contudo, a dívida externa que era 473 milhões de dólares “entre 1987 e 1992, aumentou para 631 milhões, graças aos diversos reescalamentos por falta de pagamento”. [...] No período de 1986/93 a inflação atingiu uma média anual de 64%, enquanto a desvalorização da moeda foi de 80%. A implementação do PAE foi marcada pela degradação da qualidade administrativa, sendo os salários dos funcionários públicos rebaixados em 20%, (2013, p.872).

Com a citação anterior, pode-se dizer que, o sistema neoliberal não foi bom para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. As autoras deixam claro que O projeto econômico capitalista elaborado pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, através do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), deixou a economia da Guiné-Bissau mais pior que era. Conforme citado acima, percebe-se que o sistema capitalista neoliberal promove o modelo do desenvolvimento desigual, beneficiando o Ocidente, este processo foi explicado com mais profundidade no capítulo dois deste texto.

A intervenção das agências financeiras internacionais, no caso concreto do FMI, mexeu muito com as estruturas sociais e econômicas da República da Guiné-Bissau. Pois, houve grande desvalorização da moeda guineense (o Peso) que motivou muitos

trabalhadores em especial no setor da educação a abandonarem os seus empregos no país, um bom número de professores abandonou os seus serviços de professorado na Guiné-Bissau para buscar melhores condições de vida em outros países, por exemplo, Cabo Verde, conforme explicado embaixo:

A certa altura, sobretudo depois da intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), aconteceu um fenómeno estranho no setor da Educação da Guiné-Bissau [...]. Conforme o parecer de alguns analistas, uma das causas principais foi o abandono dos professores em busca de melhores condições de trabalho no estrangeiro (especialmente em Cabo Verde e Portugal) e nas organizações não-governamentais. O FMI tinha imposto duas condições para enviar os empréstimos em dinheiro: congelamento dos salários e redução dos funcionários públicos. Com o aumento dos preços dos géneros de primeira necessidade devido à liberalização do comércio e à alta taxa de inflação (em 1987 a desvalorização da moeda guineense, o Peso, foi de 250%, 1 US\$ = 789 Pesos, quando, em 1985, era 1 US\$ = 180 Pesos), o salário dos professores foi reduzido cerca de 50 por cento, (BARRETO & COSTA, 2013, p.102).

Portanto, com os argumentos acima discutidos, pode-se afirmar que o modelo económico do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional é uma nova forma de neocolonização Ocidental. Pois, conforme Barreto & Costa (2013), este sistema financeiro criou mais dificuldades nos países em desenvolvimento, como é o caso deste país africano lusófono que foi colocado nas situações piores. Segundo Mendes (2013), é importante, ressaltar que, o FMI e o Banco Mundial surgiram em julho de 1944 nos Estados Unidos, na Conferência de Bretton Woods, com o objetivo maior de auxiliar os países europeus sofridos com a II Guerra Mundial e alinhados com o pensamento capitalista.

É importante afirmar segundo dados do VIII V. da História Geral da África, que a Organização da Unidade Africana (OUA), atual Unidade Africana (UA) através do seu Comitê Africano de Libertação desempenhou um papel fundamental para ajudar a libertar os países africanos, especialmente as antigas colônias portuguesas, o Comitê Africano de Libertação, além do apoio político, contribuiu bastante na reorganização económica e social nesses países. Não é exagero, afirmar que na Guiné-Bissau, apesar de existir outros movimentos que lutavam para a independência, exemplo do FLING, o PAIGC foi o único a conseguir a legitimidade internacional. Como explica Martingo

(2009, p.72), o PAIGC visava o reconhecimento internacional, quer por parte da Organização das Unidas (ONU), quer por parte da Organização de Unidade Africana (OUA), como o único e legítimo representante do povo da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, na luta pela autonomia.

Em vista disso, também vale dizer que, apesar do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde obtiver o reconhecimento internacional como o único e legítimo movimento da luta da libertação nacional, também é o fator de instabilidade vivida no país ao longo dos tempos, devido as lutas internas dentro do próprio partido, entre a Guiné-Bissau e cabo Verde que começou com a morte de Amílcar Lopes Cabral em 1973 e depois em 1980, com o golpe contra Luís Cabral, ambos de origem cabo-verdiana resultando na separação dos irmãos da luta e continua acontecendo outros golpes como, de 1998, de 2003 e o último de 2012, isso faz a Guiné-Bissau não encontrar, até nos dias atuais, o caminho para o seu desenvolvimento. Como nos ensina a citação a seguir:

A instabilidade interna, a dependência econômica e financeira, a debilidade das instituições são fatores que explicam a pobreza local, ao mesmo tempo em que dela se alimentam. Sabe-se que o desenvolvimento requer ordem, democracia, estado de direito, características que não se verificam na Guiné-Bissau, onde a oposição ao poder político tem sido sistematicamente efetuada pelo poder militar, através de golpes de Estado, assassinatos e toda ordem de violência, (TEIXEIRA& TAVARES, 2013, p.873).

Portanto, conforme explicado acima, nota-se com a leitura dos autores discutidos no texto, a importância de a Guiné-Bissau optar para meios pacíficos como forma de prevenir danos maiores como tem vindo a acontecer. Não se pode de alguma forma tirar a culpa das agencias financeiras internacionais no que diz respeito ao atraso no desenvolvimento econômico desse país, todavia os próprios líderes políticos e a sociedade em geral da Guiné-Bissau devem ser os primeiros a acreditarem e a buscarem caminhos pacíficos e credíveis para a melhoria de condições do seu povo e do seu país.

## CAPÍTULO 2

### **2. POLÍTICA EXTERNA DE ESTADO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO**

O presente capítulo tem como objetivo a apresentação do referencial teórico e a esclarecimento dos conceitos utilizados relativamente ao objeto de pesquisa por nós estabelecido. De antemão, apresentamos, a seguir, mediante uma visão geral de seus significados, os conceitos principais que serão considerados na interpretação dos fenômenos aqui abordados: a política externa, o desenvolvimento econômico, a cooperação internacional para o desenvolvimento, as concepções de Cooperação Norte-Sul (CNS) e Cooperação Sul-Sul (CSS) trazendo uma visão geral dos seus significados.

#### 2.1 NOÇÃO DO CONCEITO DA POLÍTICA EXTERNA

Pode-se dizer que a política externa é um ramo de estudo da Teoria das Relações Internacionais que aborda vários assuntos internacionais. Portanto, visa compreender as grandes agendas da política mundial, desde segurança, economia, direitos humanos, meio ambiente e outros. Neste contexto, para Freire (2015), pode-se dizer que a importância da política externa é facilitar o Estado a compartilhar os seus interesses com os outros, o que acaba resultando em alguma forma de cooperação, cujo propósito é a promoção do desenvolvimento mútuo. Contudo, o mais preocupante é constatar que a política externa exige muita capacidade e estratégia da parte do Estado, ou melhor, o Estado precisa dispor de uma boa equipe na elaboração da sua agenda internacional, caso contrário estará sujeito a grandes perdas, que muitas das vezes acontecem com os países menos preparados neste assunto.

É importante ressaltar que o conceito da política externa não é tão fácil de se entender, como muitas vezes pode-se imaginar. Existe muita confusão em torno da função da política externa e uma boa parcela dos líderes políticos não conseguem encontrar a diferença entre política externa e relações internacionais. Como bem nos ensina Oliveira (2005), as relações internacionais é a área que, por excelência, tem o papel de representar os interesses do Estado na esfera internacional como forma de alcançar as satisfações para a sobrevivência dos seus membros.

De acordo com os autores, percebe-se que tanto a política externa como as relações internacionais são aplicadas pelo Estado como meio para fazer chegar seus

interesses na esfera internacional. Contudo, Freire chama a atenção para a necessidade de não confundir política externa com relações internacionais, como se fossem termos sinônimos; segundo a autora, trata-se de duas coisas diferentes. Conforme explicado nas linhas anteriores, nota-se nos argumentos dos dois autores, que a política doméstica é o fator influenciador da agenda externa do Estado, isto é, a busca de efetivação dos meios necessários para contentar os seus membros.

Conforme Westmann (2017), a política externa desempenha o papel fundamental no que diz respeito à sobrevivência de longa duração de qualquer que seja o Estado. Em outras palavras, pode-se afirmar que no mundo que se vive hoje não se pode falar do desenvolvimento sem se pensar na política externa, uma vez que a globalização torna o mundo cada vez menor e dependente. O autor deixa claro que no mundo atual não há como um Estado se isolar dos outros, sob pena de sofrer grandes consequências futuras, porque o desenvolvimento, hoje, não é uma questão isolada, mas sim compartilhada, isto é, um assunto de todos.

Nota-se, portanto, a diferença na explicação do conceito da política externa no argumento de Oliveira e Westmann. Tanto a explicação de Oliveira como de Westmann sobre o conceito da política externa facilitaram a compreensão do conceito, ou melhor, o conceito da política externa ficou mais fácil de entender.

Seguindo a mesma linha do pensamento, pode-se dizer que a política Externa serve para legitimar os regimes políticos e vender a imagem do Estado, para, com isso, ganhar a credibilidade internacional. Sabe-se que, até a década de 1950, muitos países não eram independentes, ou melhor, exibiam a condição subordinada de colônias, como, por exemplo, o caso concreto de muitos países africanos, que, até os anos 1970, ainda lutavam por suas independências, destacando-se, entre eles, os países africanos de língua portuguesa, a saber, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Angola. Conforme explicado acima, para esses países serem aceitos como independentes pela sociedade internacional, a política externa assumiu o papel fundamental para legitimação das suas fronteiras e serem livres para caminharem por si mesmos, é neste sentido o estudo de Resende quando defende:

[...] temos dificuldade em perceber como a "política externa" é constantemente mobilizada para produzir diferença, assegurar ao Estado soberano papel privilegiado para produzir diferença, assegurar a exclusão de

subjetividades alternativas que não se ajustem ao regime dominante. Percebendo como a pós-modernidade colocou as identidades nacionais em xeque, e com elas os próprios Estados, posto que suas fronteiras não são mais definidas tão facilmente, Campbell entendeu como Estados recorrem à política externa como autodefesa a fim de enfatizar a necessidade de sua própria existência e assegurar a identidade nacional. Assim, as práticas de política externa passaram a ser utilizadas para marcar fronteiras e disciplinar os corpos contidos no interior do espaço reclamado como exclusivo da soberania do Estado, com o intuito de preservar o próprio. (RESENDE, 2012 p. 85).

O autor deixa claro na citação que a política externa desempenha o papel importantíssimo na legitimação da soberania do Estado. Esse é o motivo pelo qual, é importante frisar esse ponto, uma vez que, um pequeno desprezo à política externa pode trazer grandes dificuldade no que diz respeito à concessão de soberania nacional, levando à perda da credibilidade internacional. Conforme citado acima, a única forma de não cair em situação como esta é selecionar uma equipe experiente para dirigir a política externa.

Para Resende (2012, p. 20), "o Estado, por meio de sua política externa, articula e constrói identidades específicas a outros Estados, regiões, povos e instituições, ao mesmo tempo em que constrói para si uma identidade" [...]. Portanto, com o argumento do autor, percebe-se que a política externa é de grande relevância no que concerne a consolidação da soberania e dos interesses do Estado. Contudo, é de extrema importância ressaltar que, apesar de todos os países, de uma forma ou outra, adotarem uma política externa, há muitos que não conseguem conquistar credibilidade na política internacional, devido a vários fatores, dentre os quais se destacam uma fraca economia, o espaço geográfico, uma diminuta população e uma péssima infraestrutura.

## 2.2 NOÇÃO DO CONCEITO DO DESENVOLVIMENTO

Pode-se dizer que o desenvolvimento econômico é um assunto de grande relevância na política doméstica e internacional. Com isso, fica claro que o desenvolvimento econômico possibilita em ter mais opções ou diversidades nos serviços e variedades nos mercados. O mais preocupante, contudo, é constatar que o desenvolvimento econômico tem como objetivo expandir as possibilidades no que diz respeito a sobrevivência da sociedade humana, e vale afirmar que o desenvolvimento econômico tem importância na criação de uma sociedade com mais meios para solucionar ou minimizar os problemas. Neste contexto, para Cardoso (2019), percebe-se

que o desenvolvimento econômico é um assunto micro e macroeconômico, isto é, não depende somente da política doméstica do Estado, mas também corresponde a um assunto internacional, que deve ser colocado na agenda da política externa de qualquer Estado.

Como bem nos assegura Cardoso (2019), pode-se dizer que o desenvolvimento econômico é a mudança radical, isto é, superando os limites anteriores de qualquer que seja sociedade. Neste contexto, fica claro que o desenvolvimento econômico serve para as nações conseguirem alcançar um nível mais avançado, isto é, quebrar os muros que as dificultam alcançar os objetivos almejados. O mais preocupante, contudo, é constatar que o desenvolvimento econômico tem como objetivo promover melhorias nos Estados e para as populações em geral. Assim, não é exagero afirmar que o desenvolvimento econômico é uma das maiores preocupações de qualquer sociedade desde o surgimento da raça humana. Contudo, vale ressaltar ainda que o desenvolvimento exige uma transformação, ou melhor, uma mudança em diferentes setores produtores como forma de multiplicar os benefícios para toda a sociedade.

Conforme explicado acima, é interessante, aliás, afirmar que o desenvolvimento econômico é um conceito usado como forma de justificar, ou melhor, de diferenciar a história humana. Com isso, pode-se afirmar que este conceito sempre existiu, existe e existirá nos discursos dos políticos, acadêmicos e da sociedade em geral, isto porque, sempre vai existir a necessidade.

Conforme Rover (2019), qualquer processo que se refere ao desenvolvimento deve servir para trazer transformações positivas e concretas na vida das pessoas, isto é, criar meios onde todos ou a grande parte terá condições mínimas pelo menos para o atendimento das necessidades básicas. Portanto, o autor deixa claro que o desenvolvimento deve ser traduzido em uma boa qualidade de vida, mais e melhores empregos, melhores condições de alimentação, vestuário e habitação, dentre outras.

Como argumentado pelos autores, parece ficar claro que o desenvolvimento econômico é sinônimo de mudança para uma nova estrutura social que permite maiores acessos da população aos requisitos de atendimento das necessidades básicas. Conforme mencionado pelo autor (ROVER et al., 2019, p. 284), o processo relacionado ao desenvolvimento deverá resultar em transformações na sociedade e na economia, ou

melhor, em elevação da capacidade financeira aquisitiva, ou, pelo menos, para suprir as necessidades básicas.

Em conformidade com Immanuel Wallerstein (2006), durante três décadas o desenvolvimento econômico passou a ser a prioridade dos governantes, isto é, o Estado buscou meios para acumulação das riquezas com o intuito de minimizar as desigualdades sociais e econômicas de seus cidadãos. Para este autor, o desenvolvimento econômico constituiu, talvez, o único objetivo social capaz de encontrar hoje, uma aceitação quase unânime dos Estados, conforme

[...] em todos esses resmungos, praticamente ninguém, na China, na União Soviética, na África ou nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, questionou quer a desejabilidade ou a viabilidade do desenvolvimento como objetivo. Os críticos, os reformadores ou como quer que denominem a si mesmos apenas alegaram que tinham de ser adotadas políticas novas e diferentes para substituir aquelas que afirmam ter fracassado. [...] consideramos o desenvolvimento econômico um conceito pós-1945, e com certeza boa parte de nossa linguagem, tal como usada por políticos e intelectuais, é um produto da geopolítica da era pós-1945 no sistema-mundo. E sem dúvida, a partir de 1945, esse conceito como doutrina tem sido mais amplamente aplicado, e com maior grau de legitimação social, do que em qualquer momento anterior, (WALLERSTEIN, p. 124, 2006).

Assim, o autor esclarece que em relação à temática sobre o desenvolvimento quase não existe discordância entre os Estados, ou melhor, todos concordam que o desenvolvimento tem a ver com uma mudança no sistema político. Também aponta que o conceito do desenvolvimento teve a sua maior visibilidade depois da segunda Guerra Mundial, era da nova geopolítica mundial.

Isto posto, o desenvolvimento econômico constitui o objetivo social com uma aceitação quase unânime. Como afirma Wallerstein (2006), devido ao objetivo relativo ao desenvolvimento, os governantes optam por políticas que entendem melhores ou mais adequadas para seus países. Deste modo, a elaboração de políticas de desenvolvimento desses Estados é baseada em ideologia socialista e capitalista. Assim, para os países socialistas, o socialismo e a planificação da economia constituem o caminho para o desenvolvimento. Entretanto, para os países capitalistas, o *laissez-faire* e a propriedade privada, isto é, o livre comércio e a economia de mercado, são vistos como meios adequados para o desenvolvimento.

Na verdade, os países desenvolvidos e não desenvolvidos, na visão Wallerstein, nunca foram perguntados acerca do desejo ou da viabilidade do desenvolvimento como objetivo, apenas lhes foi alegado que tinham de ser adotadas políticas novas e diferentes para substituir aquelas que afirmam terem fracassadas. Nesta linha, é importante ressaltar que o desenvolvimento econômico é um produto da geopolítica da era pós-segunda guerra mundial, momento em que o termo teve o seu maior grau de legitimação social do que qualquer outro momento anterior.

A economia-mundo capitalista deu-se início no século XVI, tendo como centro o continente europeu. Desde o começo, isso envolveu o estabelecimento de processos de produção integrados que, para Wallerstein (2006), foram chamados de cadeias de mercadorias. E essas cadeias de mercadorias tendem, quase todas, a transpor as fronteiras políticas existentes.

De modo, a distinção entre centro e periferia foi possível numa duração de um mero século através de três critérios: acumulação do capital, a organização social dos processos de produção locais e a organização política das estruturas estatais em criação. Para obter uma maior proporção da mais-valia, segundo o autor, introduzia-se uma relativa monopolização de algum segmento da cadeia de mercadorias. Quer dizer, a monopolização pôde ocorrer por causa de alguma vantagem tecnológica ou organizacional de algum segmento dos produtores ou devido a alguma restrição imposta politicamente ao mercado.

Portanto, a preocupação do século XVIII que tinha como objetivo a “riqueza das nações” não passava de uma expressão ideológica de interesse dos produtores em manter ou criar suas próprias vantagens monopolistas e solapar às dos outros. Neste sentido, para Wallerstein (2006), o problema recorrente da superprodução em todo mercado existente, que levava regularmente a estagnação na economia-mundo, também resultava da entrada de novos produtores numa ciranda de bens altamente lucrativos e no solapamento da vantagem monopolista mediante a expansão da produção total. Wallerstein continua mostrando que, as fronteiras dessa economia-mundo capitalista situada originalmente na Europa se expandiram nos três séculos subsequentes e a explicação dos motivos da expansão das fronteiras está nos processos internos de sua estrutura mutável.

Percebe-se, portanto, que a economia-mundo capitalista beneficia das vantagens de seus mecanismos internos. Em concordância com Wallerstein (2006), a constante recompensa à inovação teve como efeito, entre outras coisas, avanços tecnológicos no campo dos armamentos e, portanto, uma disparidade sempre crescente no controle da força militar entre os Estados do centro da economia-mundo capitalista e as estruturas políticas que se achavam fora da economia-mundo. Immanuel Wallerstein afirma que a transformação da economia-mundo capitalista a partir de 1945 tem sido notável em dois aspectos: a expansão absoluta da economia-mundo em termos de população, de valor produzido e de riqueza acumulada que, provavelmente, alcançou o mesmo montante de todo o período entre 1500 e 1945. O poder político das forças anti-sistêmicas, por sua vez, tem sido incrivelmente maior depois de 1945 do que antes desse período. Com isso, segundo autor, esses dois fatos, tomados em conjunto, oferecem a explicação de porque o “desenvolvimento” se tornou um tema ideológico e um campo de combate tão central a partir desse ano.

Houve várias tentativas contra o capitalismo no período pós-1945 e, segundo Immanuel Wallerstein (2006), tinha sido a notável série de triunfos de todos os ramos da família mundial de movimentos anti-sistêmicos, entre eles o triunfo dos movimentos de libertação nacional em alguns países do Terceiro Mundo. Uma outra manifestação contra o capitalismo foi a chegada ao poder, dos partidos trabalhistas ou social-democráticos no mundo ocidental e a institucionalização de um “Estado do bem-estar social” na maioria desses países. Portanto, percebe-se que os movimentos anti-sistêmico têm vindo a luta contra o poder capitalista.

O conceito do desenvolvimento econômico teve um processo árduo para conquistar sua autonomia de outras economias. Muitos analistas do desenvolvimento econômico concentravam suas análises no Produto Interno Bruto (PIB) como variante principal para medir o desenvolvimento dos Estados e não levavam em consideração a questão da distribuição da renda da população. Nesta linha de argumento, percebe-se que, a distribuição da renda ou a renda individual da população não era colocada no centro das análises, pois o que importava mais para esses analistas, era no geral a situação econômica do Estado e não a renda individual de pessoas. É notável que o conceito do desenvolvimento é de extrema importância para economia em geral, contudo, para saber do seu sucesso, é necessário observar o que está sendo feito para

melhoria da vida humana. A relação entre Produto Interno Bruto e as condições de vida não deve ser tido como uma relação simples (SEN, 1988, p. 12).

À esta altura da discussão torna relevante atentarmos para os conceitos distintivos entre o desenvolvimento e o crescimento. Dessarte, para o Sen (1988), ao fazer uma distinção entre desenvolvimento e crescimento, é necessário distinguir claramente um número de fontes diferentes de contraste:

1. Antes de tudo, na medida em que o crescimento econômico se preocupa apenas com o PIB per capita, deixa de fora as questões de distribuição desse PIB<sup>7</sup> entre a população. É claro que é possível que um país tenha uma expansão do PNB<sup>8</sup> per capita, enquanto sua distribuição se torna mais desigual, possivelmente até os grupos mais pobres dominando absolutamente em termos de suas próprias rendas reais. Observar esse tipo de possibilidade não questiona a relevância das considerações de renda como tal, mas argumenta contra considerar apenas uma visão agregada da renda [...].

2. A diferença entre crescimento e desenvolvimento está relacionada à questão da externalidade e da não comercialização. O PNB captura apenas os meios de bem-estar que são transacionados no mercado, e isso exclui benefícios e custos que não possuem um preço associado a eles. [...]

3- Mesmo quando existem mercados, a valorização das mercadorias no PNB refletirá os preconceitos que os mercados podem ter. Existem problemas importantes ao lidar com preços relativos diferentes em diferentes partes do mundo. [...]

4. A renda real desfrutada por uma pessoa em um determinado ano reflete, na melhor das hipóteses, a extensão do bem-estar desfrutado por essa pessoa naquele período. No entanto, ao avaliar qual tipo de vida a pessoa conseguiu viver, temos que ter uma visão mais integral da vida dessa pessoa. [...] Mesmo que o PNB tenha feito

---

<sup>7</sup> O **Produto Interno Bruto** (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano etc). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região. *Fonte: Internet.*

<sup>8</sup> O **Produto Nacional Bruto** (PNB) é um amplo indicador de atividade econômica de uma nação. É o valor de todos os bens e serviços produzidos em um país em um ano pelas suas empresas. Em outras palavras, o **Produto Nacional Bruto** considera a somatória das riquezas produzidas em somatório com o saldo entre a renda que entra e a renda que sai do país. *Fonte: Escola Brasil; Internet.*

tudo o que se espera, mesmo assim as informações fornecidas pelo PNB devem permanecer fundamentalmente inadequadas para o conceito de desenvolvimento.

5- Deve-se notar que o Produto Nacional Bruto (PNB) é, de fato, uma medida da quantidade de meios de bem-estar que as pessoas têm, e não nos diz o que os envolvidos estão conseguindo obter com esses meios, dado que seus fins. Para dar um exemplo grosseiro, duas pessoas com taxas metabólicas diferentes e consumindo a mesma quantidade de comida alcançarão níveis bastante diferentes de nutrição. [...]

Com os pontos acima listados pelo autor, entende-se que o conceito de desenvolvimento não pode ser limitado somente ao Produto Interno Bruto, mas sim, considerar-se outras variáveis, como exemplo de condições de vida da população. Como mencionado acima, não é um exagero ressaltar que o Produto Interno Bruto não inclui condições individuais de pessoas, pois sua avaliação tem como base em uma economia agregada. Portanto, é de extrema importância inclusão de situações individuais de pessoas no PIB, como nos ensina o estudo de Sen:

Na<sup>9</sup> medida em que o desenvolvimento se preocupa com a obtenção de uma vida melhor, o foco da análise do desenvolvimento deve incluir a natureza da vida que as pessoas conseguiram viver. Isso incorpora, é claro, a duração da própria vida e, portanto, os dados de expectativa de vida têm uma relevância imediata para o padrão de vida e, por isso, para o conceito de desenvolvimento. Mas a natureza da vida que as pessoas conseguiram viver em cada período também é uma questão de importância. As pessoas valorizam sua capacidade de fazer certas coisas e alcançar certos tipos de ser (como ser bem nutrido, estar livre de morbidades evitáveis, ser capaz de se mover conforme desejado e assim por diante). Esses "atos" e "seres" podem ser genericamente chamados de "funções" de uma pessoa. (SEN, 1988, p. 16), (tradução nossa).

Com a citação do autor, percebe-se que falar sobre desenvolvimento é obrigatório falar da condição de vida das pessoas. Para Sen (1988), uma situação da população é uma variável importante para analisar o conceito de desenvolvimento, assim sendo, ao ignorá-la, significa o afastamento da verdadeira explicação deste conceito. Contudo, é necessário que, apesar da importância da distribuição da renda, há outras variáveis importantes para incluir na análise do conceito de desenvolvimento, o

---

<sup>9</sup> "Insofar as development is concerned with the achievement of a better life, the focus of development analysis has to include the nature of the life that people succeeded in living. This incorporates, of course, the length of the life itself, and thus life expectancy data have an immediate relevance to the living standard and through that to the concept of development. But the nature of the life that people succeeded in living in each period is also a matter of importance. People value their ability to do certain things and to achieve certain types of being (such as being well nourished, being free from avoidable morbidity, being able to move about as desired, and so on). These "doings" and "being" may be generically called "functionings" of a person. (SEN, 1988, p. 16)."

exemplo da liberdade de escolha, uma liberdade sem sentido na pessoa com condições de satisfazer seus desejos quando desejar.

A<sup>10</sup> conquista do funcionamento depende não apenas das mercadorias de propriedade da pessoa em questão, mas também da disponibilidade do bem público e da possibilidade de usar bens providos gratuitamente fornecidos pelo Estado. Realizações como ser saudável, bem nutrido, alfabetizado etc. dependeriam naturalmente também das provisões públicas de serviços de saúde, instalações médicas, arranjos educacionais e assim por diante ... (SEN, 1988, p.17), (tradução nossa).

Com as leituras dos autores, conclui-se que o desenvolvimento econômico tem sido muito importante e é uma questão central nos discursos dos acadêmicos e líderes mundiais. Também se percebe que o desenvolvimento tem a ver com as mudanças de estruturas com o objetivo de criar mais benefícios para a sociedade, isto é, ter uma vida de qualidade, ter uma casa para morar, alimentação de qualidade, ou melhor, ter um poder aquisitivo para suprir as necessidades básicas.

### **2.2.1 O debate sobre o desenvolvimento autônomo nacional africano.**

O discurso sobre o desenvolvimento chegou tarde ao continente africano, devido ao processo de humilhação que envolveu a escravidão e a colonização europeia, tal processo que levou cinco séculos. Cinco séculos, até a sua extinção, resultado da independência dos países africanos que em sua maioria aconteceu na década de 1970, exemplo das ex-colônias -portuguesas.

Depois das independências, os líderes da luta iniciam a busca de formas de desenvolvimento do continente africano. Amílcar Lopes Cabral<sup>11</sup> foi uma grande figura no desenvolvimento de um grande projeto de luta pela libertação do continente africano, foi o fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné-Cabo Verde-PAIGC. Pensando no desenvolvimento do africano, Amílcar usava em seu discurso termos como: reafricanização de mentes ou tornar-se africano (re-afiliação para as mentes, se tornando africano).

---

<sup>10</sup> “The achievement of functioning depends not only on the commodities owned by the person in question, but also on the availability of public good, and the possibility of using private goods freely provided by the state. Such achievements as being healthy, being well-nourished, being literate etc. would depend naturally also on the public provisions of health services, medical facilities, educational arrangements, and so on... (SEN, 1988, p.17)”.

<sup>11</sup> **Amílcar Lopes Cabral** foi o ideólogo das independências da Guiné-Bissau e Cabo Verde considerado o segundo maior líder mundial de todos os tempos, numa lista elaborada por historiadores da BBC.

**Fonte:** Publico.pt

Na visão de Julius Kambarage Nyerere<sup>12</sup>, da Tanzânia, o desenvolvimento de demandas resolve dois grandes problemas: o primeiro tem a ver com a construção da nação e segundo, ou o desenvolvimento econômico. Para Nyerere, antes de pensar em desenvolvimento econômico, precisa primeiro construir uma nação. A construção da nação neste sentido, requer um projeto político que permita uma pura independência dos países africanos dos seus colonizadores Europeus. Infelizmente, o projeto pensado para o projeto africano, até hoje, não conseguiu se tornar uma realidade. Fato que ilustra os grandes conflitos internos deixados pelos colonizadores. Como se lê em Shivji (2016), os colonizadores durante o processo colonial usaram astúcias de coleta e de dividir a população africana em civilizados e indígenas, inteligentes e não inteligentes etc., isso foi a estratégia usada pelo poder governamental para controlar a população africana.

A economia e a sociedade coloniais eram tudo menos nacionais. Na disputa pela África, as potências coloniais dividiram o continente em mini-países, onde as fronteiras cortam afinidades culturais, étnicas e econômicas. Isso foi agravado pela política de dividir e governar, deixando, para trás um desenvolvimento desigual de forma extrema. Algumas regiões foram mais desenvolvidas que outras. Alguns grupos étnicos foram rotulados como marciais, fornecendo um campo de recrutamento para soldados; outros foram transformados em reservatórios de mão-de-obra; alguns grupos étnicos foram caracterizados como "intelectuais" e moderadamente empreendedores, em oposição aos demais que eram inerentemente indolentes e preguiçosos. Todos eram, é claro, pagãos não civilizados, incultos e indisciplinados cujas almas precisavam ser salvas e cujas peles precisavam ser golpeadas. (SHIVJI, 2016, p.240).

Portanto, percebe-se quão ruim foi o imperialismo europeu para o continente africano. Os racistas e colonizadores destruíram totalmente o continente africano e sua população, retirando a humanidade do povo africano. Com isso, vale ressaltar que não teve nenhum continente com tanta destruição como o continente africano.

Os nacionalistas visionários africanos fizeram uma grande tentativa de encontrar solução para o desenvolvimento africano, mas não conseguiram ter sucesso devido a alguns fatores acima mencionados. Um outro fator importante que dificultou o sucesso dos nacionalistas africanos foi a Guerra Fria, o mundo dividia em duas potências mundiais, Estados Unidos e Antiga União Soviética. Estados Unidos com ideologia capitalista foi muito agressivo e ainda é contra os nacionalistas africanos apoiados pelas revoltas e que por serem líderes foram eliminados, uma vez que esses africanos

---

<sup>12</sup> **Julius Kambarage Nyerere** foi um político e ativista tanzaniano. Ele foi presidente da Tanganica, desde a independência deste território em 1962 e, posteriormente, da Tanzânia até se retirar a política em 1985. E foi eleito o Prêmio Lênin da Paz. **Fonte:** Internet

baseavam os seus projetos de desenvolvimento a partir da ideologia comunista.

A visão nacionalista exigia uma transformação revolucionária não apenas da economia e da sociedade, mas também do Estado. Alguns visionários nacionalistas tentaram isso, mas nenhum conseguiu. O contexto internacional pós-independência não era mais propício do que o colonial. A independência encontrou a África no meio da Guerra Fria e do crescente poder imperial, os Estados Unidos, para quem qualquer afirmação de autodeterminação nacional era "comunismo". ser perseguido e destruído, pela força, se necessário, por manipulação e engano, se possível. A história inicial do terrível assassinato de **Patrice Lumumba** e a derrubada de **Kwame Nkrumah**; a história contínua de golpes militares, assassinatos e resistência a guerras de libertação nacional; e os conflitos civis na África, na maioria dos quais o imperialismo tinha uma mão, testemunham o que as antigas potências coloniais e o crescente poder imperial poderiam fazer para manter sua hegemonia global coletiva. (SHIVJI, 2016, p. 241). (Grifo nosso).

Com a citação acima, é importante ressaltar que além das revoluções realizadas pelos Estados Unidos em assassinatos de líderes africanos com visão socialista, o Banco Mundial e o FMI também se envolveram em distribuir o modelo econômico africano. Como nos ensina Shivji (2016), o Banco Mundial projetou os programas econômicos pós-independência, contrariamente à propaganda atual do Ocidente. Com efeito, Issa G. Shivji reitera que o Banco Mundial envolveu uma intensificação da agricultura de monocultura para exportação, de alguns enclaves de importações para substituir a industrialização e abrir as indústrias extrativas baseadas em recursos para as empresas transnacionais.

Na Tanzânia, houve grande resistência acadêmica contra os paradigmas da modernização da capitalização. É importante apontar que, nos anos 1960 e 1970 vários debates foram feitos por grupos universitários conhecidos como modernizadores e nacionalistas radicais que se autodenominavam socialistas africanos ou ujamaaists ou ainda marxistas. Segundo Shiviji (2016), uma década e meio depois da dependência, o continente africano teve crescimento econômico modesto em relação a outros continentes. Isso fez com que o investimento e a economia variassem entre 15 e 20% do produto interno bruto (PIB).

As ideologias da libertação nacional foram destruídas, e a própria autodeterminação nacional foi declarada passé. Dizem que a África tem apenas uma opção: integrar-se totalmente ao mundo globalizado ou ser marginalizado. O espectro da marginalização assombra as elites africanas. Os líderes africanos ficam com poucas opções: 'Você está com a globalização ou condenado!'. Eles se alinham um após o outro, mesmo que isso signifique renegar seu próprio passado nacionalista. A Comissão para a África do ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair, que consistia em africanos de

destaque, incluindo um presidente e um primeiro-ministro, castiga todas as últimas três décadas, o que praticamente significa todo o período pós-independência, como "décadas perdidas". A responsabilidade primária é atribuída ao estado africano pela má governança e falta de prestação de contas, ignorando totalmente o papel do imperialismo na exploração dos recursos africanos e no apoio de estados não democráticos quando adequado aos seus interesses. Dizem aos africanos que não têm capacidade de pensar e aos estados africanos que não têm capacidade para fazer políticas corretas. A Comissão Blair para a África declara com uma cara séria: a história da África nos últimos cinquenta anos foi afetada por duas áreas de fraqueza. (p. 245).

Percebe-se que a política econômica ocidental não deu opção aos líderes africanos para decidir o que é melhor para o seu povo. A política opressora imperialista nunca foi considerada como o fator de desestabilização da economia africana e a culpa sempre foi atribuída aos líderes africanos caracterizando-os de incapazes de desenvolver as suas economias.

Com essa experiência do passado próximo, muitos líderes africanos optaram em cooperar mais com os países do Sul-Global, o exemplo da China que hoje tornou-se o maior parceiro comercial do continente africano. De acordo com os princípios da política externa chinesa, segundo Zhu Zhenming (2009), os governantes africanos olham para China como um bom parceiro que não interfere nos assuntos internos africanos e tendo respeito a todos por igual.

O capitalismo, como discutido em outros momentos desta dissertação, é um modelo econômico que divide o mundo em centro e periferia. Para melhor compreensão, Issa G. Shiviji (2016), citando Samir Amin, propõe quatro setores do modelo capitalista: a) produção dos meios de produção; b) produção de bens para consumo em massa; c) produção e consumo de luxo; e d) exportações. O modelo autocêntrico caracteriza o centro, onde a interligação determinante está entre os setores a e b. O modelo extravertido, no qual a interligação determinante está entre os setores c e d, governa a periferia: (1) propriedade pública ou controle estatal dos principais meios de produção; (2) autoconfiança; (3) desenvolvimento rural; (4) participação democrática do povo; e (5) o Código de Liderança.

Para melhor entender, o modelo do projeto idealizado pelo pan-africanista Julius Nyerere, ex-presidente da Tanzânia, para o desenvolvimento do próprio país, segundo Shiviji, é necessário explicar os principais meios de fomento do Modelo Arusha que são: (1) propriedade pública ou controle estatal dos principais meios de produção; (2) autoconfiança; (3) desenvolvimento rural; (4) participação democrática do povo; e (5) o Código de Liderança. Na tabela abaixo fica mais detalhado o Modelo Arusha.

### Quadro 05: Pontos Principais do Fomento do Modelo Arusha

Pontos Principais do Fomento do Modelo Arusha	
<b>1. propriedade pública ou controle estatal dos principais meios de produção</b>	Isso foi traduzido exclusivamente em propriedade estatal, e alguns fanáticos partidários estenderam a propriedade estatal até para empresas de varejo, incluindo açougues e postos de gasolina [...].
<b>2. autoconfiança</b>	A Declaração de Arusha proclamava que o país não podia depender de doações, empréstimos e investimentos estrangeiros, porque não estavam disponíveis; mas mesmo se eles estivessem disponíveis, eles colocariam em risco a independência nacional e a política de construção de uma sociedade socialista [...].
<b>3. desenvolvimento rural</b>	A Declaração de Arusha reconheceu um tanto obliquamente que a base do desenvolvimento da Tanzânia deveria ser a agricultura.
<b>4. participação democrática do povo</b>	A Declaração de Arusha descreveu o socialismo tanzaniano como democrático em uma linguagem elevada que ninguém poderia culpar. A prática era tudo, menos democrática. Em 1967, o país já era um Estado unipartidário de jure. Apenas um ano antes de se tornar um Estado de partido, aboliu os sindicatos autônomos e os substituiu por um sindicato estatal [...].
<b>5. Código de Liderança</b>	Juntamente com a Declaração de Arusha, veio o Código de Liderança, que proibia um partido ou líder do governo de se entregar às práticas capitalistas: possuir uma casa para alugar, ter mais de uma renda ou diretoria em empresas privadas ou empregar mão de obra.

Fonte: Shivji (2016).

Segundo Shivji, o Abdulrahman Mohamed Babu, um nacionalista e veterano marxista de Zanzibari, no seu governo expôs de maneira semelhante ideias de economia nacionalmente integrada. Para Shivji, em seu estilo jornalístico característico, tomando emprestado o modelo chinês, Babu expôs o que chamou de sete grandes relacionamentos, identificando, em cada caso, o que chamou de "elo chave", encontrados na tabela abaixo:

### Quadro 06: Sete grandes elos econômicos do Abdulrahman Mohamed Babu

Opção entre:		elo fundamental
<b>01</b>	cidade e país	<b>País</b>
<b>02</b>	agricultura e indústria	<b>Agricultura</b>
<b>03</b>	indústria pesada e leve	<b>indústria pesada</b>
<b>04</b>	bens de produção e bens de consumo	<b>bens de produção</b>
<b>05</b>	culturas alimentares e matérias-primas industriais	<b>culturas alimentares</b>
<b>06</b>	bens de massa e bens de luxo	<b>bens de massa</b>
<b>07</b>	mercados interno e internacional	<b>mercados internos</b>

Fonte: Shivji (2016).

Em observação aos pontos alistados do quadro descritivo sobre o governo do Abdulrahman Mohamed Babu, percebe-se que os líderes africanos apesar de tomarem independência tardia, tentaram arduamente construir modelos autônomos para o desenvolvimento do continente.

Para concluir, Issa G Shiviji sugere três referências estratégicas de desenvolvimento para o continente africano:

**Em primeiro lugar**, precisamos desenvolver um entendimento profundo das políticas do Estado e das políticas do povo [...]. Para o autor, os africanos devem explorar várias mudanças em comparação com o discurso do período pós-independência:

- do partido político ao movimento social;
- da insurreição vanguardista às lutas de massas;
- das lutas ideológicas à insurreição de ideias;
- da democracia liberal de cima para baixo no nível do Estado até a democracia popular de baixo para cima no nível da vila; e assim por diante.

**Em segundo lugar**, precisamos revisitar o pan-africanismo do período imediatamente anterior à independência e trazê-lo de volta ao centro do discurso africano. [...] O pan-africanismo que precisamos ressuscitar, portanto, é o Pan-africanismo político a nível continental, que transcende o regionalismo, econômico ou político. Somente assim, a África pode resistir ao imperialismo atual chamado globalização. Em suma, o nacionalismo da era atual é o pan-africanismo.

**Em terceiro lugar**, não há como a África desenvolver e manter seriamente a sua independência, a menos que se desvincule clara e inequivocamente do imperialismo. E, acredito que as hegemonias cambiantes a nível mundial, talvez estejam criando um espaço relativo para a África que precisa ser cuidadosamente utilizado. A recente mudança para uma maior independência da superpotência na América Latina é um precursor interessante pelo qual vale a pena aprender.

Portanto, entende-se, conforme o autor, a importância de os líderes africanos optarem pela ideologia pan-africanista como forma de encontrar solução para o

desenvolvimento do continente. Em outras palavras, a política pan-africanista é o melhor instrumento para enfrentar o sistema imperialista ocidental.

Finalmente, nós, intelectuais africanos, precisamos reexaminar nossos próprios papéis. Seremos intelectuais políticos ou acadêmicos neutros servindo o Estado e o imperialismo, em um caso conscientemente, no outro, ignorantemente? Ou seremos intelectuais públicos, políticos o suficiente para expressar as esperanças e medos das massas, mas intelectuais o bastante para manter distância de quem controla o poder? [...] À medida que a África emerge do rude desvio neoliberal, ela precisa de uma massa crítica de intelectuais públicos pan-africanistas que desencadeiam a "insurreição de ideias" em direção à luta contra a nova forma de imperialismo chamada globalização. Desta vez, a luta não é tanto para "tornar-se africana" (para usar a frase de Cabral em relação ao movimento nacionalista), mas para resistir à des-africanização. (SHIVJI, 2016, p. 254).

### 2.3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Pode-se dizer que a cooperação internacional é a forma como os Estados cooperam entre si na política internacional com objetivo de buscar meios para tratar de determinados assuntos que são considerados de interesses globais. Neste contexto, para Vaz (2002), fica claro que a Cooperação internacional serve para evitar ou minimizar os conflitos internacionais entre os Estados, isto é, para encontrar sempre soluções pacíficas. O mais preocupante, contudo, é constatar que a cooperação Internacional é um espaço de grande convergência ou de enorme compatibilidade de interesses entre os Estados.

A cooperação internacional pode ser entendida como um lugar de criação de parcerias entre as nações globais, onde cada uma traz seus interesses discutindo com as outras com o objetivo de alcançar um acordo mais satisfatório. Neste contexto, para Alves (2001), fica claro que a cooperação internacional serve para criação dos acordos que guiarão os Estados na hora de tomar certas decisões. O mais preocupante, contudo, segundo este autor, é constatar que na cooperação internacional existe seleção dos termos que são considerados mais importantes em relação aos outros. Por exemplo, há países que acreditam que as questões ambientais devem ser vistas com mais atenção do que assentamentos humanos, dessa forma, ressaltando a importância do desenvolvimento sustentável em relação a promoção do progresso econômico-social das comunidades.

Conforme explicado acima, é interessante, aliás, afirmar que a cooperação internacional tem contribuído muito no que diz respeito à construção de uma sociedade menos agressiva, pautando em solucionar os conflitos de forma mais pacífica possível. Contudo, ainda é notável as desigualdades entre as nações desenvolvidas e nações em via do desenvolvimento em termos das preferências das agendas internacionais.

Conforme Fernandes (2006), o sistema internacional é um espaço muito competitivo e conflituoso, todavia não deixa de acontecer a cooperação. Segundo a perspectiva da corrente realista, a cooperação acontece quando há interesse do Estado; ou melhor, os Estados são guiados pelos seus interesses no sistema internacional. O autor deixa claro que a corrente realista caracteriza o sistema internacional como anárquico, em outras palavras, um sistema ausente ou carente de liderança global, tendo em conta a natureza humana que, segundo esta corrente, é egoísta e calculista.

Portanto, percebe-se que os autores concordam em dizer que, apesar de existência de conflitos no sistema internacional devido interesses diferentes dos Estados, não se pode refutar a tese da existência da cooperação. Porém, Fernandes foi mais pessimista sobre a cooperação internacional, tendo em conta o olhar da corrente realista em que ela embasou o seu argumento.

Em concordância com a explicação acima, percebe-se que a cooperação é de grande importância para o processo do desenvolvimento econômico e social. Vê-se hoje, por exemplo, com surgimento das Organizações Não-Governamentais (ONG), um grande avanço para o desenvolvimento sustentável; isto quer dizer que a cooperação traz mais resultados concretos de que não cooperar. Todavia, é importante frisar que o autor não descarta as dificuldades encontradas no sistema internacional, para manter a ordem para os Estados conseguirem chegar a um consenso sobre um determinado assunto.

Conseguir a cooperação é difícil na política mundial. Não existe um governo comum para impor regras e, pelos padrões da sociedade doméstica, as instituições internacionais são fracas. Trapaça e engano são endêmicos. No entanto, como os artigos deste simpósio mostraram, às vezes é alcançada cooperação. A política mundial não é um estado de guerra homogêneo: a cooperação varia entre questões e ao longo do tempo. [...] cooperação não é equivalente a harmonia. Os requereres hormonais completam a identidade de interesses, mas a cooperação só pode ocorrer em situações que contêm uma mistura de interesses conflitantes e complementares. Em tais situações, a cooperação ocorre quando os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou antecipadas de outros. A cooperação, assim definida, não é necessariamente boa do ponto de vista moral (AXELROD & KOEHANE, 2008).

Os autores deixaram claro na citação acima que na política internacional encontra-se em enorme dificuldade para os Estados cooperarem, e que isto acontece devido aos interesses que envolvem os próprios Estados e a anarquia do sistema internacional. Contudo, eles reforçam a ideia de que os Estados selecionam os temas que vão se cooperar, ou melhor, os temas que lhes importam.

No debate sobre a cooperação internacional, é preciso ressaltar, há uma enorme dificuldade na afirmação de uma cooperação mais coesa e resistente entre os Estados, apesar de saberem que a cooperação é um fenômeno importantíssimo no que diz respeito ao sentimento da paz ou à construção de uma sociedade mais saudável e justa para todos. O mais preocupante, não obstante, é perceber que os interesses são maiores entraves na política internacional, porque cada Estado luta para que os seus interesses sejam cumpridos, o que acaba por complicar ou dificultar a cooperação.

### 2.3.1 Cooperação para o desenvolvimento: norte-sul

Pode-se dizer que a Cooperação Internacional para Desenvolvimento (CID) teve origem a partir do *Plano Marshall*, o projeto criado pelos Estados Unidos para financiar a reconstrução dos países da Europa Ocidental depois da Segunda Guerra Mundial e, ao mesmo tempo, impor o objetivo ideológico de impedir que determinados países acabassem sob influência da União Soviética. Como bem nos assegura Milani (2018), a partir de 1957 houve uma mudança na política da CID, porque os Estados Unidos da América (EUA) optaram por criar algumas leis e agências financeiras, como, por exemplo, o *Development Loan Fund* e o *United States Agency for International Development*, com a missão de bancar empréstimos aos países em desenvolvimento, ou melhor, aos países do terceiro mundo, deixando de lado a visão ideológica que orientava o Plano Marshall. A partir dos anos 1960 começaram outros atores ocidentais a adotarem as mesmas políticas de investimento externo para os países em desenvolvimento. A Alemanha, em 1961, criou o Ministério de Cooperação Econômica; o Japão estabeleceu o fundo da cooperação econômico internacional; a Suécia criou agência de assistência técnica; o Reino Unido com o Ministério de Desenvolvimento Internacional (*Overseas Development Ministry*); e a França, em 1961, criou o Ministério da Cooperação com objetivo de desenvolver os projetos com os países do continente africano, especialmente com ex-colônias francesas (MILANI, p. 201-202, 2018).

Conforme Nye (2009), a Cooperação Norte-Sul (CNS), ou melhor, a cooperação dos países ricos (centro) e países pobres (periferia) nos anos de 1960-70 começou a sofrer muitas críticas a partir dos teóricos marxistas da Teoria da Dependência que olhavam para essa cooperação como uma política de manter os ricos mais ricos e os pobres menos pobres. De acordo com autor, percebe-se que a CNS cria uma divisão econômica e política mundial desigual entre os países, onde os países do centro controlam o mercado mundial e a periferia é excluída ou jogada fora das decisões importantes. O mais preocupante, contudo, é constatar que a Cooperação Norte-Sul com sua política econômica neoliberal é a nova forma de manter o imperialismo histórico e capitalista ocidental.

Conforme explicado acima, nota-se que a Cooperação Norte-Sul não passa de um projeto imperialista ocidental que tem como objetivo continuar explorando os países periféricos ou as antigas colônias. Isto, porque o Ocidente ocupa o centro do mercado mundial e isso acaba criando a desigualdade na hora de troca, o que favorece mais os países centrais, mantendo os periféricos à margem da história, crítica dos teóricos marxistas da teoria da dependência.

Em concordância com Ventura (2003), a questão geográfica é de extrema importância. Porém, o nível do desenvolvimento é o critério fundamental para medir a diferenciação entre os Estados e, é exatamente o caso da política da cooperação Norte-Sul, onde os países do Norte são mais desenvolvidos e os de Sul, pobres ou em via do desenvolvimento. O autor deixa claro que, é inegável que as relações Norte-Sul são extremamente marcadas pela assimetria, tendo, portanto, os de Norte como principal objetivo, manter o domínio Ocidental sobre as nações do Sul.

Com isso, percebe-se a concordância dos autores nos seus argumentos, em afirmar a existência de desigualdade no modelo da cooperação para desenvolvimento entre Norte e Sul. Conforme mencionado pelos autores, nota-se que os países centrais ou países desenvolvidos são maiores beneficiários deste tipo de cooperação. Isto significa que os Estados pobres ou em via do desenvolvimento não terão como alcançar o nível do desenvolvimento dos Estados do Norte. Assim, preocupa o fato de que "O novo milênio herdou, contudo, um grande leque de crises e assimetrias, entre as quais as relações entre o hemisfério Norte e o hemisfério Sul do planeta ocupam um lugar privilegiado" (VENTURA, p.27, 2003).

Para Baptista (2019, p. 83), tendo em conta as disputas assistidas nos fóruns internacionais, é impossível não criticar no conceito da cooperação para o desenvolvimento. Conforme explicado anteriormente, o discurso sobre a cooperação para o desenvolvimento é, às vezes, romantizado. Porém, com o comportamento inadequado dos atores internacionais, por exemplo, no que diz respeito à própria cooperação para o desenvolvimento, esse romance cai por terra, porque tudo que se vê é cada Estado a priorizar mais os seus interesses. Isto quer dizer que, se o tema em discussão não favorece os seus interesses, então menos preocupação ou apreciação terão os Estados para esse assunto.

É importante salientar, diante disso, que os impactos negativos da globalização - também denominada mundialização - econômica e o conseqüente surgimento do amplo movimento social mundial contra as políticas neoliberais estabelecem enormes desafios e várias contradições para o universo da cooperação internacional de desenvolvimento exposto, há anos, às tensões decorrentes dos impasses do desenvolvimento e do aprofundamento do fosso entre os países do Norte e os do Sul. Este cenário abre o debate sobre os princípios que norteiam a cooperação Norte-Sul, o qual poderá contribuir para a visualização das novas tendências e das suas influências para as relações bilaterais e multilaterais, bem como para a (re)formulação de políticas que visem à democratização dos mecanismos de desenvolvimento, (HADDAD ET AL. p. 13-14, 2003).

Coadunando com o pensamento de Haddad et. al (2003), citado acima, entende-se que a globalização ou políticas neoliberais criam os impactos negativos que dificultam a cooperação internacional para o desenvolvimento entre os países do Norte e os do Sul. Essas políticas de mundialização sofreram várias críticas a partir dos Estados e acadêmicos do Sul. Os autores ressaltam a importância da reformulação das estratégias ou mecanismos do desenvolvimento como instrumento para uma cooperação mais responsável.

Portanto, percebe-se que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento entre Norte e Sul pode tornar-se extremamente importante quando houver mudanças nas políticas de cooperação. Mudanças que possam permitir a construção de um sistema internacional mais coeso e responsável na busca do desenvolvimento mútuo. Com a leitura dos autores discutidos neste texto, ficou explícito que este tipo de cooperação cria ganhos mais para os países centrais discriminando os periféricos, fato que fez com

que os Estados e acadêmicos do Sul procurarem outras alternativas, tal esforço que, conseqüentemente, resultou no surgimento da Cooperação Sul-Sul, tema que será discutido no próximo subcapítulo.

### 2.3.2 Cooperação para o desenvolvimento: sul-sul

Pode-se dizer que a Conferência Ásia-África realizada em abril de 1955 em Bandung, Indonésia, é o marco principal da criação do conceito político Sul-Sul que aconteceu no auge da Guerra Fria. Conforme Pinheiro e Milani (2012), na conferência estavam presentes 29 Estados e 30 movimentos de libertação nacional, que tinham como objetivo encontrar novas formas de cooperação entre os países em desenvolvimento, ou ditos do terceiro mundo, como protesto ao modelo de cooperação Norte-Sul, isto é, exigindo a democratização. Contudo, para os autores, vale apontar outros movimentos importantes que participaram na consolidação do conceito Sul-Sul. É o caso do Movimento dos Não Alinhados, criado em 1961 na Conferência de Belgrado, e em 1964 instituição do Grupo dos 77, por ocasião da criação da UNCTAD-Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

Pode-se dizer que com as desigualdades sistêmicas vistas na Cooperação Norte-Sul, fez com que os países do Sul decidirem explorar outros meios para sua inserção na política e economia internacional. Neste contexto, para Mattos (2017), fica claro que os países do Sul optaram em estabelecer a nova política de cooperação com os países similares para ter mais força ou voz no mercado internacional, que é dominado, ou melhor, controlado pelos países do Norte. O mais preocupante, contudo, é constatar que a Cooperação Sul-Sul (CSS) tem como objetivo exigir um modelo de cooperação mais horizontal onde todos serão respeitados e tratados como iguais.

Conforme explicado acima, é interessante, aliás, afirmar que a Cooperação Sul-Sul é um mecanismo de extrema importância, ou melhor, é o responsável na unificação dos países do terceiro mundo, pois possibilitou a construção do modelo de política de cooperação mais justa e horizontal entre os países em desenvolvimento que têm os objetivos similares, fato que permitiu a voz do Sul ser ouvida no mercado internacional. Conforme explicado acima, entende-se que, as injustiças existentes no modelo de cooperação Norte-Sul, foram os principais motivos que levaram aos países do Sul a optarem em buscar novas estratégias para se libertar politicamente e economicamente

das ideias ocidentais. Entretanto, é relevante dizer que, apesar do avanço encontrado na Cooperação Sul-Sul, ainda há muito que fazer para o próprio Sul não vir a implementar os mesmos modelos do Norte para explorar os seus parceiros do Sul.

Conforme relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil-MRE (2007), a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) é baseada na cooperação Sul-Sul com o objetivo de promover o desenvolvimento entre as duas regiões do globo tendo em conta a aproximação histórica e desafios semelhantes que ambas enfrentam. O relatório do MRE deixa claro que a política da cúpula é baseada nas seguintes áreas de cooperação: econômica, cultural, ciência-tecnológica, coordenação nos foros econômicos e sociais internacionais e colaboração em temas sociais e de desenvolvimento. Com este argumento, pode-se dizer que a Cooperação Sul-Sul é orientada pela solidariedade e desenvolvimento mútuo, tendo em conta a semelhança histórica entre os países do Sul que passaram por o mesmo processo da colonização e exploração europeia.

Apesar de terem se passado dez anos desde a publicação dos argumentos citados acima, percebe-se que ambos concordam em dizer que a cooperação Sul-Sul promove o desenvolvimento horizontal baseado na solidariedade entre os países periféricos, também denominado de terceiro mundo, como meio de libertação das imposições ocidentais, ou seja, como a forma de democratizar a política internacional. Conforme mencionado pelos autores, fica claro que a cooperação Sul-Sul abrange vários temas, entre os quais, a economia, cultura e ciência-tecnológica, também existe a cooperação na coordenação dos votos como estratégia para balancear o mercado internacional.

Conforme explicado, a Cooperação Sul-Sul tem se apoiado muito no que diz respeito à criação dos recursos que contribuam na implementação dos programas que ajudam o desenvolvimento. De acordo com o relatório da Conferência das Nações Unidas, realizada em Rio de Janeiro entre dias 20-22 de junho de 2012, a cooperação Sul-Sul forneceu as possibilidades em atender essas necessidades específicas de cada país e ajudar na criação de instrumentos para responder às suas necessidades. E segundo este relatório, é interessante que a cooperação Sul-Sul complemente, em vez de substituir a cooperação Norte-Sul.

De acordo com Paulo Fagundes Visentini,

Por outro lado, a Cúpula América do Sul-África (ASA), com edições em 2006 e 2009, foi outra iniciativa proposta pelo governo Lula, representando uma grande oportunidade para melhorar as relações com a África no campo da cooperação Sul-Sul. A proposta partiu do presidente nigeriano Obasanjo, que sugeriu a Lula realizar uma cúpula com todos os países africanos, como as promovidas pela China. O presidente brasileiro resolveu, então, associar todos os países sul-americanos à iniciativa, conferindo-lhe uma dimensão diplomática de maior envergadura. A reunião de 2006 resultou na Declaração de Abuja, o principal documento da ASA, em que os países signatários reconhecem a necessidade de intensificar a cooperação entre os integrantes do grupo como uma alternativa às pressões exercidas pela desigual ordem econômico internacional. (VISENTINI, p.81, 2016).

Por sua vez, na opinião de Igor Castellano da Silva,

A crescente transformação do sistema internacional contemporâneo tem fortalecido o papel de potências emergentes e a importância de regiões do sul global. Paralelamente, a preocupação sobre a lógica de funcionamento dessas regiões tornou-se central para o estabelecimento de parcerias estratégicas e a cooperação sul-sul. O Brasil tomou parte dessa transformação da distribuição de poder sistêmica e procurou, no início dos anos 2000, estreitar parcerias internacionais que colaborassem para o incremento de sua capacidade de ação e que representassem perspectivas de mudança na ordem internacional. (SILVA, p.17, 2017).

Com as citações acima, percebe-se que os autores ressaltam a importância da cooperação Sul-sul na democratização da economia internacional, uma vez que criam oportunidades aos países menos favorecidos, ou do Sul global cooperarem entre si fortalecendo os seus laços históricos. A Cúpula América do Sul-África (ASA) é um dos grandes projetos fruto da cooperação Sul-Sul que liga os dois lados do atlântico como forma de melhorar as relações entre os países africanos e os países do Sul da América. Percebe-se, portanto, a importância do Brasil na formação da cooperação Sul-Sul e principalmente no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Fica evidente que a cooperação Sul-Sul é uma das maiores estratégias políticas já criada pelos países do Sul Global como instrumento fundamental para exigir a justiça na política econômica internacional. Portanto, é de extrema importância tal união, uma vez que permite que os países do Sul continuem fortalecendo a cooperação entre si, portanto, constitui um segredo para alcançar a liberdade política e econômica do Norte Global.

### 2.3.3 Teoria da Dependência

Pode-se afirmar que a teoria da dependência é uma teoria econômica que veio para contrariar o modelo tradicional de desenvolvimento, um modelo que dá mais vantagem aos países desenvolvidos, por consequência, desfavorece os subdesenvolvidos. Guido e Rego (1999) afirmam que a teoria da dependência dos anos 60 e 70, que Fernando defendeu ativamente, tem uma postura anti-imperialista básica. Com isso, note-se que a teoria da dependência tem como importância alertar os países subdesenvolvidos para fortalecer e buscar outro modelo de desenvolvimento diferente ao do Banco Mundial e FMI, porque o modelo criado por estes produz um desenvolvimento desigual. Portanto, vale ressaltar que a teoria da dependência pode ser caracterizada como um novo instrumento econômico para pensar o desenvolvimento dos países do Sul Global, lembrando que a própria teoria teve o seu surgimento na América Latina.

Como bem nos assegura Guimarães (2005) pode-se dizer que a teoria da dependência é uma ideologia econômica que denuncia a lógica do desenvolvimento do capitalismo existente no sistema econômico internacional entre os países do centro e os da periferia. Neste contexto, fica claro que o maior objetivo é encontrar um modelo melhor para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. O mais preocupante, contudo, é constatar que o papel fundamental é encontrar uma forma perfeita para fortificar os países do Sul Global. Não é exagero afirmar que a teoria da dependência é de suma importância para as discussões econômicas e para o desenvolvimento. Ocorreu que, a referida teoria, apesar de existir já há mais de meio século, ainda se registra enorme desigualdade entre o centro e periferia.

Conforme explicado nas linhas anteriores, é interessante afirmar que a teoria da dependência foi fundamental na articulação dos países do terceiro mundo, ou seja, é fruto dos países que se organizarem como um grupo econômico com o modelo diferente ao do centro. Conforme citado acima um dos papéis da teoria da dependência é revelar as estratégias do imperialismo ocidental liderado pelo sistema capitalista.

Conforme Castro (2006), pode-se afirmar que a teoria da dependência tem outro papel fundamental que é de corrigir a teoria da modernização, esta que não leva em consideração as realidades múltiplas e complexas existentes em cada sociedade. O autor

deixa claro que pensar o desenvolvimento é pensar as diversidades de forças pró e contra o modelo exigido pela lógica da modernização, isto quer dizer, pensar o desenvolvimento sem ter em conta a estes fatores e à discriminação contra a diversidade social.

De acordo com as autoras Guimarães (2005) e Castro (2006), percebe-se que ambas concordam em afirmar que a teoria da dependência é um modelo econômico que vem revelando as desigualdades existentes entre os países do centro e os países da periferia. Conforme mencionada pelas autoras, é de extrema importância levar em consideração as diversidades sociais e culturais quando se pensa o desenvolvimento, em outras palavras, a universalização do modelo do desenvolvimento é um grande erro do capitalismo, porque é um sistema que em vez de criar desenvolvimento horizontal, produz mais desigualdade.

Como bem nos assegura Martins (2011), pode-se dizer que a teoria da dependência tem extrema importância devido um grande salto dado na compreensão da realidade latino-americana. Neste contexto, fica claro que ela cria possibilidades em fazer críticas contra o atraso e o subdesenvolvimento encontrado nos países latino-americanos. O mais preocupante, contudo, é constatar que as questões históricas como colonização europeia e divisão interna facilitam a intervenção dos inimigos externos. Assim, não é exagero afirmar que esta teoria se preocupa mais com o desenvolvimento dos países periféricos.

Outros radicais mais recentes reconhecem que os capitalistas podem usar técnicas de controle mais adicionais, mais sofisticadas, sobre mercados em desenvolvimento. Radicais contemporâneos, como os teóricos da dependência, atribuem importância primária ao papel desempenhado pelas corporações multinacionais (CMN) e bancos internacionais com sede em países desenvolvidos no exercício de controles fundamentais sobre países em desenvolvimento. Essas organizações são consideradas protagonistas fundamentais no estabelecimento e manutenção de relações de dependência; são gentes de penetração e não protagonistas benignos, como os liberais os caracterizariam, ou protagonistas marginais, como os caracterizariam os realistas[...]. Teóricos da dependência, em particular os da América Latina (Raul Prebisch, Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso), acreditam que são poucas as opções para os Estados da periferia. Visto que os termos básicos de comércio são desiguais, esses Estados têm poucas opções externas; e suas opções internas também são poucas, uma vez que as restrições internas são tão reais quanto as externas: posse da terra e estruturas sociais e de classe. Portanto, assim como os teóricos realistas, os teóricos da dependência são bastante pessimistas quanto à possibilidade de mudança. (MINGST, 2009, p. 66-67).

A autora deixa claro que na visão dos radicais contemporâneos da dependência os responsáveis em administrar as desigualdades encontradas no sistema econômico capitalista são as corporações multinacionais e bancos internacionais. Esse é o motivo pelo qual é importante frisar esse ponto, uma vez que as corporações multinacionais e bancos internacionais são todos encontrados nos países desenvolvidos como forma de controlar os países em desenvolvimento. Conforme citado acima percebe-se que os próprios teóricos da dependência, apesar de terem dado grande contribuição em desvendar os segredos capitalistas, ainda são pessimistas sobre a mudança do sistema econômico internacional.

É preciso ressaltar que, na perspectiva da dependência de Bresser-Pereira o desenvolvimento nacional é possível, porque sempre há possibilidade de os empresários voltarem a se associar aos trabalhadores e aos técnicos do governo (NAKANO, 2004, p. 55). Com este argumento, percebe-se que entre os próprios teóricos da dependência existem diferentes interpretações sobre a mudança do sistema econômico internacional, isto quer dizer que, há autores pessimistas e otimistas pelo menos na perspectiva de Bresser-Pereira.

#### 2.3.4 Teoria do Sistema Mundo

A teoria do sistema-mundo considera que existem processos e estruturas sociais cujas temporalidades e espacialidades são mais amplas que as dos Estados-nações e que tem como objetivo revelar ou denunciar as estruturas capitalistas veladas que são muito poderosas (BERNARDINO-COSTA et. a, 2018). Como nos assegura Costa Júnior (2019), o conceito de sistema-mundo moderno pode ser sintetizado conforme Wallerstein (2002, p. 67-68), em 10 premissas gerais:

#### Quadro 07: As 10 premissas gerais do conceito do Sistema-Mundo

As 10 premissas gerais do conceito do Sistema-Mundo	
1	O sistema-mundo moderno é uma economia-mundo capitalista, significa que é governado pelo ímpeto de acumulação incessante de capital.
2	Esse sistema nasceu ao longo do século XVI, e sua divisão original do trabalho incluía, no interior de suas fronteiras, grande parte da Europa (mas não os impérios russo e otomano) e partes das Américas.
3	Esse mesmo sistema se expandiu ao longo de dois séculos, incorporando

	sucessivamente outras partes do mundo em sua divisão do trabalho.
4	A Ásia Oriental foi a última região ampla a ser incorporada, o que só ocorreu em meados do século XIX, após o sistema-mundo adquirir uma extensão verdadeiramente mundial, sendo o primeiro sistema-mundo a integrar todo o globo.
5	O sistema-mundo capitalista é constituído por uma economia mundial dominada por relações núcleo-periféricas e uma estrutura política formada por Estados soberanos dentro da estrutura que conforma um sistema interestatal.
6	As contradições fundamentais do sistema capitalista se expressam no bojo do processo sistêmico por meio de uma série de ritmos cíclicos, os quais têm servido para conter essas contradições
7	Os dois ciclos rítmicos mais importantes foram os ciclos de 50/60 anos de Kondratieff, em que as fontes primárias de lucro se alternam entre a esfera da produção e a esfera financeira, e os ciclos hegemônicos de 100/150 anos, que constem na ascensão e declínio de sucessivos fiadores da ordem global, cada um com seu padrão particular de controle.
8	Os ritmos cíclicos resultaram em deslocamentos geográficos lentos, mas significativos, no lócus de acumulação e poder, sem, entretanto, mudar as relações fundamentais de desigualdade no interior do sistema.
9	Tais ciclos nunca foram perfeitamente simétricos; em vez disso, cada novo ciclo levou a cabo deslocamentos pequenos, mas expressivos, nas direções particulares que constituíram as tendências seculares do sistema.
10	O sistema-mundo moderno, como todos os sistemas, é finito em duração e terminará quando as flutuações das suas tendências seculares se tornarem suficientemente amplas e erráticas, quando não houver a possibilidade de garantia da viabilidade renovada das instituições do sistema. Quando esse ponto for atingido, ocorrerá a bifurcação e o sistema será substituído por outro, ou vários outros, por meio de um período (caótico) de transição.

Fonte: Costa Júnior (2019) conforme Wallerstein (2002, p. 67-68)

Conforme Silva et. al. (2006) o sistema-mundo iniciado em 1492 serviu como estrutura importante no que diz respeito a centralidade geopolítica à Europa e é marcado pela colonialidade. Os autores deixam claro que, o sistema-mundo capitalista desempenhou um papel importantíssimo em colocar o ocidente no centro das decisões da política econômica mundial, ou seja, graças a este sistema, o ocidente conseguiu ter o monopólio do mercado mundial, criando políticas econômicas através do Banco Mundial e FMI para o resto do mundo, principalmente as antigas colônias, a África, a Ásia e as Américas. Segundo Costa Júnior (2019), as Províncias Unidas, a Inglaterra e os Estados Unidos são principais contribuintes que mantem o sistema capitalista contra o colapso global.

Conforme explicado precedentemente, vale ressaltar que a melhor compreensão das complexidades sociais, exige uma análise além duma visão tradicional que se concentra nos Estado, nação e sociedade. Conforme Rojas (2004), o sistema-mundo traz uma nova perspectiva de análise de que existe realmente uma dinâmica global do sistema-mundo, dinâmica que, se for ignorado na análise irá comprometer a explicação dos reais problemas existentes.

No final do século XV e início do século XVI, surgiu o que podemos chamar de economia mundial europeia. Não era um império, mas era tão espaçoso quanto um grande império e compartilhava algumas características com ele. Mas era diferente e novo. Era um tipo de sistema social que o mundo realmente não conhecia antes e que é a característica distintiva do sistema mundial moderno. É uma entidade econômica, mas não política, ao contrário de impérios, cidades-estados e nações. De fato, ele abrange precisamente dentro de seus limites (é difícil falar de limites) impérios, cidades-estados e os "estados-nações" emergentes. É um sistema de "mundo", não porque abrange o mundo inteiro, mas porque é maior do que qualquer unidade política definida juridicamente. E é uma "economia mundial" porque o vínculo básico entre as partes do sistema é econômico, embora isso tenha sido reforçado, em certa medida, por vínculos culturais e, eventualmente, como veremos, por arranjos políticos e por estruturas estruturais federais, (WALLERSTEIN, 2011, p. 15)<sup>13</sup>. (tradução nossa).

Na mesma linha do pensamento, Wallerstein,

Para descrever as origens e o funcionamento inicial de um sistema mundial, tive que argumentar uma certa concepção de sistema mundial. Um sistema mundial é um sistema social, que possui limites, estruturas, grupos de membros, regras de legitimação e coerência. Sua vida é composta de forças conflitantes que a mantêm unida pela tensão, e a separam à medida que cada grupo busca eternamente revendê-la em vantagem. Tem as características de um organismo, na medida em que dura uma vida útil cujas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis em outros. Pode-se definir suas estruturas como sendo em momentos diferentes fortes ou fracas em termos da lógica interna de seu funcionamento, (WALLERSTEIN, 2011, p. 347)<sup>14</sup>.(tradução nossa).

Na citação acima, o Immanuel Wallerstein deixa claro que o sistema-Mundo é um sistema econômico e não político, com estruturas que ultrapassam as fronteiras de Estado-nações, tendo suas próprias regras que o legitimam no mercado mundial.

---

13 "In the late fifteenth and early sixteenth century, there came into existence what we may call a European worl-economy. It was not an empire yet it was as spacious as a grand empire and shared some features with it. But it was different, and new. It was a kind of social system the world has not really known before and which is the distinctive feature of the modern world-system. It is an economic but not a political entity, unlike empires, city-states and nation-states. In fact, it precisely encompasses within its bounds (it is hard to speak of boundaries) empires, city-states, and the emerging "nation-states." It is a "world" system, not because it encompasses the whole world, but because it is larger than any juridically-defined political unit. And it is a "worl-economy" because the basic linkage between the parts of the system is economic, although this was reinforced to some extent by culturallinks and eventually, as we shall see, by political arrangements and even confederal structures". (WALLERSTEIN, 2011, p.15).

14 "In order to describe the origins and initial workings of a worl system, I have had to argue a certain conception of a world-system. A world system is a social system, one that has boundadaries, structures, member groups, rules of legitimation, and coherence. Its life is made up of conflicting forces which hold it together by tension, and tear it apart as each group seeks eternally to remold it to advantage. It has the characteristics of an organism, in that it has a life-span over which its characteristics change in some respects and remain stable in others. One can define its structures as being at different times strong or weak in terms of the internal logic of its functioning".(WALLERSTEIN, 2011, p. 347).

Também é de extrema importância ressaltar que segundo Wallerstein, não se deve ignorar as estruturas do sistema-mundo quando se faz uma análise das problemáticas sociais.

Fica evidente, diante dessas informações que o sistema-mundo capitalista veio duma longa tradição suportada pelo ocidente. A maneira como opera o sistema-mundo, percebe-se que cria uma divisão desigual no sistema econômico mundial, onde os países desenvolvidos ou centro controlam o poder econômico mundial e os países em desenvolvimento ou periféricos estão totalmente excluídos das grandes decisões econômicas mundiais. Neste sentido, segundo Martins (2015, p.100), ‘aspectos econômicos, políticos e culturais são importantes para caracterizar e definir se um país faz parte do centro, semi-periferia ou periferia’. Para melhor entender esta caracterização e definição se o país faz parte do centro, semi-periferia ou da periferia do sistema-mundo, o autor elaborou o quadro explicativo abaixo, baseando na obra de Immanuel Wallerstein. Neste sentido, segundo Martins (2015, p.100), ‘aspectos econômicos, políticos e culturais são importantes para caracterizar e definir se um país faz parte do centro, semi-periferia ou periferia’. Para melhor entender esta caracterização e definição se o país faz parte do centro, semi-periferia ou da periferia do sistema-mundo, o autor elaborou o quadro explicativo abaixo, baseando na obra de Immanuel Wallerstein.

**Quadro 08: Aspectos definidores do Sistema-Mundo.**

<b>Nível</b>	<b>Aspecto Econômico</b>	<b>Aspecto Político</b>	<b>Aspecto Cultural</b>
<b>Centro</b>	Países com produção de alto valor agregado tecnologia; produtor e exportador de tecnologia, mão de obra especializada.	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras.	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras.

<b>Semi-Periferia</b>	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semi-especializada e não especializada.	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa.	Possuem identidade cultural e nacional média.
<b>Periferia</b>	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada.	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa.	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnicas ou religiosas.

Fonte: Martins (2015, p.100)

Com o quadro acima, nos facilita identificar que posição hoje ocupa a China no sistema-mundo. Como é sabido, há muitos autores que têm usado o sistema-mundo para analisar a economia mundial, mas esses alguns se focaram mais em analisar o domínio dos países ocidentais ao resto do mundo, subestimando completamente o poder econômico e militar do gigante asiático. Como nos ensina Vadell et al. (2013, p.12),

A visão tradicional de interdependência vertical (Norte-Sul) que configura a relação da China com as potências ocidentais está se alterando. Nos dias de hoje, a importância dada a China nas questões de segurança e economia global permite que o país assuma a posição de potência global e não mais potência emergente. A China, portanto, comporta-se dentro da estrutura hierárquica do Moderno Sistema Mundial como centro capitalista.

Portanto, percebe-se que a China não pode mais ser definida ou considerada como semi-periferia do sistema-mundo, mas sim, como centro. Nesta lógica, a relação sino-africana e em particular sino-guineense (minérios por infraestruturas) é uma relação de dependência, ou melhor, é uma relação de centro-periferia. A relação de dependência mantida entre centro-periferia segundo Vadell et al. (2013, p. 13), tais particularidades são observadas, especificamente, na relação estabelecida entre a China e a África. O continente africano caracteriza-se pela concentração da oferta, sobretudo, de recursos naturais (como o petróleo) disponíveis à exploração das companhias chinesas e fundamentais ao desenvolvimento econômico da China.

## CAPÍTULO 3

### 3 RELAÇÕES SINO-AFRICANAS E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AFRICANO.

Este capítulo tem como objetivo narrar de uma forma geral as relações sino-africanas dando ao leitor ou à leitora uma noção de como e quando começaram estas relações. Traz o capítulo, os dados econômicos e comerciais e opiniões, contra e a favor, das relações do gigante chinês e o continente africano.

**Figura 03: Mapa da África**



Fonte: OGOOGLE

Figura 04: Mapa da China



Fonte: Google

### 3.1 RELAÇÕES SINO-AFRICANAS: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

A China, segunda economia mundial<sup>15</sup> atrás dos Estados Unidos da América, hoje é umas das principais parceiras do continente Africano para o desenvolvimento econômico. Como explicado logo na introdução, o país asiático estabeleceu a sua relação com o antigo continente, a partir de décadas de 1950 e 1960. A China diferentemente dos países europeus que desde o século XV chegaram neste continente com um projeto imperialista que não olhava para os africanos como os sujeitos capazes de pensar por si mesmos, isso levou a criação dum vínculo entre superior e inferior e a África passava a ser apenas olhada como um simples espaço de exploração de riquezas e de seres humanos.

Segundo Sithara Fernando (2007), entre dezembro de 1963 e fevereiro de 1964, uma delegação da China liderada pelo premiê Zhou Enlai visitou a República Árabe Unida, Marrocos, Argélia, Sudão, Guiné, Gana, Mali, Somália, Tunísia e Etiópia. Durante a turnê do líder chinês, o Premier Zhou Enlai enunciou os Oito Princípios da Ajuda Econômica da China que são explicados na tabela seguinte.

15 Maiores Economias do Mundo (PIB em trilhões de US\$). Fonte: FUNAG apud FMI: EUA: 22.48 tri.; China: 16.15 tri.; Japão: 4.93 tri.; Alemanha: 4.10 tri.; Reino Unido: 3.73 tri.; França: 3.01 tri.

### Quadro 09: Oito princípios da ajuda econômica da China

1	O governo chinês fornece ajuda com base no princípio da igualdade e benefício mútuo. A China nunca considerou a ajuda chinesa uma concessão unilateral, mas uma ajuda mútua;
2	O governo chinês respeita estritamente a soberania dos países de recipiente e fornece ajuda sem restrições e sem reivindicação de privilégio;
3	O governo chinês fornece ajuda através de empréstimos sem juros ou empréstimos com juros baixos e os países do recipiente podem estender o prazo e reduzir a carga econômica dos países beneficiários quanto possível;
4	O objetivo da ajuda da China é ajudar os países participantes no caminho do desenvolvimento sustentável e independente;
5	Os projetos de construção devem ter menos investimento e efeito rápido, para que os países recipientes aumentem a renda e acumulem recursos;
6	O governo chinês fornece os melhores equipamentos e bens produzidos pela China e faz o preço negociado com base no preço do mercado internacional. Se eles não estiverem de acordo com as especificações e qualidades, a substituição será garantida;
7	O governo chinês garante que o pessoal dos países terceiros em recipientes possa dominar totalmente as técnicas quando o governo chinês prestou qualquer assistência técnica.
8	Os especialistas chineses enviados pelo governo chinês desfrutam dos mesmos benefícios materiais dos especialistas dos países de recipientes e não podem ser prejudicados por ter demanda e tratamento especiais.

**Fonte:** Zhu Zhenming (2009, p. 71-72).

Neste quadro percebe-se que a política chinesa para África é orientada por princípios de *softpower* respeitando os parceiros e suas soberanias o que fez a China conquistar muitos votos dos líderes africanos. Contudo, há movimentos civis africanos que criticam a forma de atuação da china no continente, como afirmam Hanauer e Morris no artigo publicado em 2014 no *RAND Corporation*:

Sindicatos, grupos da sociedade civil e outros segmentos da sociedade africana criticam as empresas chinesas por suas más condições de trabalho, práticas ambientais insustentáveis e deslocamento de empregos. [...] Para eles, a China perpetua uma relação neocolonial em que a África exporta matérias-primas para a China em troca de produtos manufaturados.

No que diz respeito à procura dos líderes africanos ao gigante asiático, conforme explica Sithara Fernando (2007, p. 363):

Em abril de 1955, o primeiro-ministro Zhou Enlai recebeu o presidente do Egito Gamal Abdel Nasser no aeroporto de Rangoon, na Birmânia, a caminho da Primeira Conferência Ásia-África em Bandung, na Indonésia. O primeiro-ministro Zhou e o presidente Nasser realizaram duas reuniões em Rangoon. Os discursos do primeiro-ministro Zhou na Primeira Conferência Ásia-África se referiram às lutas pela independência na Argélia, Marrocos e Tunísia, o esforço do Egito para restaurar a soberania sobre a Zona do Canal de Suez e a discriminação racial na África do Sul. Em maio de 1955, o ministro egípcio das Fundações Religiosas, Sheikh Ahmed Hassan El Baqouvi, visitou a China. Agosto de 1955 uma delegação comercial do Egito, liderada pelo Ministro do Comércio e Indústria Mohammed Abu Nosseir, visitou a China e assinou um Acordo Comercial de três anos. Fevereiro de 1956 uma delegação cultural da China visitou o Egito.

Percebe-se, portanto, que as relações mantidas entre a China e o continente africano desde sempre foram guiadas pelas questões políticas-ideológicas e econômicas e que ambos os lados se interessaram em manter estas relações. Contudo, as relações políticas-ideológicas eram mais fortes entre décadas de 1950 e 1960 quando os países africanos lutavam para suas independências. Com as independências conseguidas no final da década de 1960 e início de 1970, as relações econômicas e comerciais ficaram mais fortes.

As primeiras três décadas da política externa chinesa para o continente africano ou melhor, das relações sino-africanas (1949-1978), como explicado na primeira parte do trabalho, não se caracterizam somente na ajuda política e ideológica, mas sim, tiveram cooperações em outras áreas, desde infraestruturas, finanças, agricultura e saúde. Segundo M'bunde (2018), em 1963, o valor total de apoio econômico chinês ao continente africano era de 50 milhões de libras esterlinas que hoje corresponderia a um pouco mais de 78 milhões de dólares americanos.

Como já foi mencionado acima, a China construiu uma relação de solidariedade com o continente Africano apoiando os líderes das independências na expulsão do sistema imperialista europeu, ou melhor, nesse período, o país asiático com a Revolução Comunista em 1949 e a Declaração da República em 1979, manteve uma relação política e ideológica que tinha como o objetivo principal, interromper o projeto europeu.

De todos os países colonizadores europeus, Portugal foi o primeiro a chegar e o último a deixar suas ex-colônias somente na década de 1970 (Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola). Vale ressaltar que na década de 1960 quase todos os países africanos se emanciparam do sistema colonial ficando apenas as cinco ex-colônias portuguesas. Estas últimas conseguiram suas

independências através duma luta Armanda sangrenta que durou um pouco mais duma década.

Sublinha-se que a China independentemente da sua solidariedade de mais de 60 anos, o continente africano foi e ainda é uma região estratégica de grande importância para inserção internacional chinesa, seja em relação à dimensão política, seja no que diz respeito à perspectiva econômica (M´BUNDE,2018). Portanto, percebe-se que a potência asiática reserva na sua agenda da política externa, um lugar de extrema importância ao continente africano.

A China, apesar de ser interpretada hoje como um país emergente, já tinha no seu passado distante (quando era império), a experiência de Relações Internacionais, mas de forma diferente do Ocidente. Há dois mil anos, a China era uma hegemonia, dominava os seus vizinhos e aplicava as leis para eles acatarem, apesar desse processo não saiu fora do continente asiático, a China teve a experiência de relações internacionais, muito antes do Ocidente. Como nos ensina a seguinte citação:

E válido lembrar que a concepção do Estado chinês se deu muito antes e de forma diferente do que no Ocidente. Desse modo, o país asiático desenvolveu de maneira muito particular a ideia de relações internacionais, que por mais de dois milênios pôs o país como centro de uma ordem internacional, ou *Zhongguo*, que significa “império do meio”, ou “império do centro”, e o imperador como “Olho do céu”. Colocava, assim, a China numa posição de superioridade em relação aos seus vizinhos (BARBOSA, M. P. et al. 2016, p. 65).

Com esta citação, percebe-se que o discurso que se faz da China como um emergente, ele deve talvez ser repensado, ou melhor, retratado, tendo em conta a experiência que este país asiático teve no seu passado.

É importante também ressaltar que a China, apesar ter uma boa experiência de relações internacionais no passado antes do Ocidente, ela também sofreu com a opressão e colonialismo do Ocidente depois da queda da sua hegemonia por parte da Inglaterra. E este fator, fez com que a China, no seu discurso, se considera como país em via do desenvolvimento fazendo parte do movimento terceiro-mundista, o termo que surgiu a partir da década de 50 e fortalecido na Conferência de Bandung<sup>16</sup> na Indonésia em 1955.

---

16 Conferência de Bandung, foi uma reunião de 29 países asiáticos e africanos, entre 18 e 24 de abril de 1955, com o objetivo de mapear o futuro de uma nova força política global, visando a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo por parte dos Estados Unidos e da União Soviética.

A Conferência de Bandung com a liderança da China veio como alternativa para ajudar os países periféricos sair da dependência do sistema capitalista liderado pelo ocidente em especialmente Estados Unidos. Estes países saturados com as políticas capitalistas, o que Immanuel Wallerstein (2006) chamou de “sistema-mundo” ou “economia mundo”, optaram por criar relações com a China. O país asiático com grande interesse em matérias primas no continente africano aproveitou fazer um contrato de longo prazo com países africanos como forma de manter sua segurança energética.

A estratégia perseguida pela China no que tange à sua segurança energética ou, de um modo mais amplo, à garantia de suprimento de matérias-primas que permita a continuidade de seu projeto de desenvolvimento, tem sido oferecer benefícios como financiamentos de longo prazo e baixo custo e assistência técnica, em troca da garantia de fornecimento. Esta garantia é buscada por meio de contratos comerciais de longo prazo ou de investimentos diretos na exploração e produção, muitas vezes realizados sob a forma de *joint ventures* com firmas locais, principalmente em países que despertam pouco interesse no Ocidente (ALVES, 2010, p.29).

Com a explicação de Alves, percebe-se que a China apesar de usar o discurso de solidariedade com os países africanos, ela tem seus interesses por detrás do discurso. A potência asiática sempre engajou em na sua política externa com líderes africanos como forma de buscar votos contra a emancipação do Taiwan e para fortalecer a sua segurança econômica em busca de matérias primas (PAYNE e VENEY, 2001; LARGE e CHIEN, 2008; RICH, 2009; GRIMM et al.,2014).

Também vale ressaltar que, entre os anos 1970 e 1975, segundo Timóteo Saba M´Bunde (2018), o Partido Comunista Chinês concedeu empréstimo de US\$ 405 milhões sem juros, além da mão de obra de 50 mil trabalhadores para a construção de 1.860 km de ferrovia que liga o então capital tanzaniana, Dar es Salaam, à província de Copperbelt, em Tanzânia. Com os dados apresentados pelo autor, nos faz refletir, sobre as críticas contra a política externa da China no continente africano, na maioria vinda do Ocidente. É interessante dizer que apesar de existir uma enorme interpretação do Ocidente, principalmente dos seus políticos e acadêmicos contra a expansão da China na África, os líderes africanos continuam olhando a China como uma parceira econômica de grande importância e que respeita a soberania dos seus países.

Conforme Abegunrin e Manueruke (2020), desde o fim da Guerra Fria que o rápido envolvimento econômico e político chinês se tornou o principal motor para o desenvolvimento do continente africano. Este processo faz com que a China passa a ser

caracterizada como *new imperialist, new actor, giant economy and emerging power*, mas vale ressaltar que o relacionamento do gigante asiático com o continente africano não é tão novo, como se pode pensar, mas sim, o referido contacto existiu desde os tempos das antigas dinastias chinesas. Contudo, com o fim da Guerra Fria, a relação moderna denominada Sino-africana, renovou as suas políticas com o continente africano, tendo em conta ao vasto mercado que ali se encontra. A principal figura desta nova relação Sino-africana é o Premier Zhou Enlai que coordenou uma série de visitas aos líderes africanos, assim, ficou conhecida como Zhou's African Safaria, tal deslocação aconteceu entre dezembro de 1963 e fevereiro de 1964.

A visita feita pelo diplomata chinês aos líderes africanos tinha como propósito lutar contra o imperialismo europeu que se encontrava naquele continente negro, diferentemente, da política atual que pauta no investimento e no desenvolvimento econômico, arquitetada pelo líder político chinês Deng Xiaoping (1978-1992). A política da abertura econômica chinesa deu início em 1978 com chegada ao poder do reformista Xiaoping que acreditava numa china maior a partir da expansão das forças produtivas, ou melhor, através da abertura econômica chinesa aos mercados mundiais. Esta nova estratégia política do Deng Xiaoping, segundo Abegunrin e Manueruke (2020), trouxe mudanças positivas para população onde milhões de pessoas saíram da extrema pobreza, contudo, revelou-se o seu autoritarismo quando esse ordenou a repressão contra manifestantes em junho de 1989 na Praça da Paz Celestial.

Entre 1992 e 2002, o Jiang Zemin como presidente da China, objetivou sua administração na continuidade do desenvolvimento econômico e no desenvolvimento da identidade cultural. Entre 2002 e 2012, o Hu Jintao assumiu a presidência dando continuidade ao objetivo do seu antecessor Jiang Zemin. No entanto, o atual presidente, que assumiu a presidência chinesa desde 2013, o Xi Jinping, segundo os autores, o seu modelo político pode ser caracterizado como liberal econômico, mas politicamente conservador (2020).

Durante a Cimeira de 2018 do Fórum China-Africa Cooperation (FOCAC), para Abegunrin e Manueruke (2020), o gigante asiático e os países africanos fortaleceram a sua cooperação através do projeto Chinese One Belt One Road Initiative no qual vários acordos bilaterais foram assinados como forma de energizar os seus laços. Em quatro décadas, a China conseguiu fazer grandes reformas sociais e econômicas sofisticando

suas indústrias e capacidades de fabricação. Isto fez a China alcançar a segunda posição na economia mundial atrás, apenas, dos Estados Unidos.

Com os abundantes recursos naturais do continente africano, mão-de-obra humana abundante e barata e grande potencial de mercado, a África está no estágio inicial da industrialização e a China está disposta e é o parceiro ideal no processo de industrialização da África (ABEGUNRIN E MANUERUKE, p. 4, 2020).

Assim, percebe-se que o objetivo da política externa chinesa para o continente africano está interessado em recursos naturais e no gigante mercado do continente, enquanto em troca, China contribui com o processo da industrialização do continente africano. Nota-se, de acordo com a ênfase dos autores, que entre estes, a relação existente é benéfica para ambas as partes.

“Nosso pensamento é que, ao ajudar o desenvolvimento sustentável da África, a própria China obterá um melhor desenvolvimento no mercado interno; isso é verdade e deve ser incentivado, já que a África se beneficiará amplamente da vantagem do equipamento, tecnologia e finanças da China. Por exemplo, muitos países africanos estão passando por um estágio que a China experimentou apenas anteriormente e há muita experiência para compartilhar. Por exemplo, enquanto a maioria dos países africanos trabalha incansavelmente para alcançar a industrialização e modernização, a China está passando por um ajuste econômico estrutural para a transformação e modernização de sua industrialização” (ABEGUNRIN E MANUERUKE, p. 4, 2020).

O argumento acima deixa clara o otimismo dos autores no que tange a relação Sino- África. Para eles, investir no desenvolvimento sustentável na África é a melhor forma para a China conseguir obter o desenvolvimento no mercado interno, assim, esse processo deve ser motivado.

A este propósito, a China procura estabelecer os contatos com os seus interlocutores africanos por meio das cimeiras. Então, em 2015 realizou-se a cimeira do Fórum China-África em Johannesburg/África do Sul. Segundo estes autores, foram motivadas as cooperações nas áreas da indústria e da agricultura, visto que são prioridades para os países africanos. Três anos depois, isto é, em 2018 foi proporcionada uma outra Cimeira em Pequim. Abegunrin & Manueruke afirmam que nesta ocasião “o presidente Xi Jinping prometeu US \$ 60 bilhões em financiamento para projetos em África sob a forma de assistência, investimento e empréstimos, à medida que a China intensifica seus esforços para vincular as perspectivas econômicas do

continente africano às suas” (p. 5, 2020). Até o ano de 2021, as principais áreas da referida cooperação serão centralizadas sobre os campos que se seguem: a promoção industrial, a conectividade de infraestrutura, a facilitação do comércio e o desenvolvimento verde.

Os autores enfatizam que o projeto One Belt One Road Initiative (OBORI) pode ser entendido como o Plano Marshal da China, na medida em que o seu orçamento é de trilhões de dólares, cujo objetivo é de conectar mais de setenta países nos três continentes (Ásia, África e Europa). Portanto, isso vai representar a metade da população e do PIB mundial. A infraestrutura que é um dos objetivos do projeto chinês na África já está sendo estabelecida no Egito, Djibuti e Quênia de forma mais significativa, por razões geopolíticas. Para os mesmos autores, a iniciativa do Pequim surgiu como alternativa para substituir a falha do Consenso do Washington em 1989 idealizado pelas grandes instituições financeiras como FMI, Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, ideia fundamentada no texto do economista John Williamson e que em 1990 se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional. Então, vale ressaltar que quando combinando a população da África e da China resulta em 2.5 bilhões de habitantes. Isso pode mexer ou balançar a ordem econômica mundial existente e ao mesmo tempo a relação China-África pode servir de salvaguarda para o futuro da economia mundial.

### 3.2 INTERESSE ECONÔMICO CHINÊS NA ÁFRICA

A China e África são parceiras de longos tempos. Tempos que deixaram marcas de amizade e de acordos entre as duas partes, principalmente no que tange à criação das políticas de cooperação de acordo com as necessidades do momento. A relação atual entre a China e África tem como objetivo o desenvolvimento econômico. A China com a necessidade de alcançar os recursos minerais e o mercado internacional para vender seus produtos olha para África como lugar certo para a sua realização. A África, por seu turno, contém profunda escassez de fundos para desenvolver as suas infraestruturas vê a China como parceiro gigante para ajudá-la a concretizar os objetivos almejados.

[...] atualmente, a China está buscando recursos para sua crescente economia e consumo, e os países africanos estão buscando fundos para desenvolver

suas infraestruturas. Projetos estruturais de larga escala, frequentemente acompanhados de empréstimos em condições favoráveis, são propostos para países africanos ricos em recursos naturais. A China geralmente financia a construção de infraestrutura, como estradas e ferrovias, represas, portos e aeroportos. Embora as relações sejam conduzidas principalmente por diplomacia e comércio, o apoio militar por meio do fornecimento de armas e outros equipamentos tecnológicos modernos também é um componente importante, (ABEGUNRIN e MANUERUKE, p. 27, 2020).

Assim, percebe-se que apesar das relações existentes entre a China e o continente africano são conduzidas por diplomacia e comércio. Entretanto, é de extrema importância apontar para questão do apoio militar através do fornecimento de armas e outras ferramentas tecnológicas. Também vale ressaltar que a China atualmente é o maior parceiro comercial da África, posição que até 2009 era ocupado pelos Estados Unidos. Contudo, Além dos Estados Unidos existem ainda outros gigantes competidores da China no continente africano entre eles: Reino Unido, Alemanha, França e Taiwan. Em conformidade com Abegunrin & Manueruke (2020), foram assinados acordos comerciais bilaterais entre a China e 40 países do continente africano. Isso fez com que o comércio China-África que em 2000 era de US \$ 10 bilhões subisse nos anos subsequentes, portanto, em 2014 já havia crescido para US \$ 220 bilhões.

O interesse da China ao mercado internacional começou a partir da década de 1970 com a liderança de Deng Xiaoping como forma de limitar a expansão capitalista norte-americana. Na década de 1980 deu início a política de modernização da industrialização que resultou na retirada de milhões de pessoas da extrema pobreza com a robusta economia.

Em concordância com Abegunrin & Manueruke (2020), o referido avanço política e econômico fez com que a República Popular da China conseguir o segundo maior PIB do mundo em 2011, altura em que atingiu os \$ 6,5 trilhões. Este fato permitiu-lhe obter \$ 11,1 trilhões e, conseqüentemente, ocupar também o segundo maior PIB em paridade de poder de compra.

A África é o segundo maior continente atrás da Ásia em termos territoriais, com uma população de 1,2 bilhão, uma massa de 30.221.532 km<sup>2</sup> e 11,7 milhões de milhas quadradas de tamanho. Assim, conta com um Produto Interno Bruto (PIB) de US \$ 1,2

trilhão. Para Abegunrin & Manueruke (2020), a partição da África feita na conferência de Berlim de novembro de 1884 a fevereiro de 1885 pelas potências europeias provocou a violência sobre os valores do continente africano. Além disso, depois das independências dos países africanos, o continente continua sendo disputado devido as suas ricas fontes de matérias primas:

[...] África, sendo uma importante fonte de matérias-primas, viu as potências coloniais disputarem a influência entre as nações recém-independentes, com antigas potências coloniais estabelecendo relações especiais com suas colônias, e frequentemente oferecendo ajuda e alianças econômicas para acesso aos vastos recursos de suas nações. Antigas colônias. Hoje, a presença de todos esses recursos, como diamantes, ouro, prata, urânio, cobalto, coltan e grandes reservas de petróleo, levou a África à vanguarda do desenvolvimento industrial, com muitas das potências econômicas do mundo construindo relações com as nações ricas em recursos da África (ABEGUNRIN & MANUERUKE p.28, 2020).

Com esta citação, fica explícito o motivo da disputa das grandes potências ocidentais no continente africano. Apesar dos países africanos tomarem suas independências, ainda falta muito o que fazer, para que, assim, possam alcançar os seus verdadeiros objetivos de desenvolvimento, posto que o grande volume de matérias primas que se encontra nestes países pode criar mais separações dentro do próprio continente, através da intervenção externa das grandes potências ocidentais. Então, para libertar da dependência econômica ocidental, a China veio com alternativa para os países africanos, mas obviamente também com seus interesses.

Como afirmam, Abegunrin & Manueruke (p.28, 2020),

China e África proclamaram uma nova aliança econômica, política e regional mutuamente benéfica. A China viu a África como uma fonte de matérias-primas e energia, desesperadamente necessárias para apoiar seu rápido crescimento industrial e econômico. O sucesso nessa busca significa alto

emprego e maior qualidade de vida para os cidadãos chineses, além de aumentar a estabilidade social e a segurança política das elites chinesas.

A Partir da citação precedente percebe-se que apesar da China ser um dos concorrentes para o mercado africano, ela não tem um histórico de colonização como os países ocidentais que, não só tiveram o histórico da colonização, mas também o da escravidão de milhões de africanos para plantação de açúcar e escavação das minas nas américas. Porém, isso não justifica que a China não pode vir assumir esse papel do colonizador.

Segundo Abegunrin & Manueruk (2020), a China fez um progresso significativo na luta pelo progresso em um mundo injusto que as empresas chinesas apoiadas pelo governo têm igual ou mais sucesso do que muitas empresas ocidentais. O comércio mundial chinês cresceu rapidamente nas últimas décadas. O comércio total foi de aproximadamente US \$ 100 bilhões em 1990, US \$ 500 bilhões em 2000, US \$ 850 bilhões em 2004, 1400 bilhões em 2005 e 2200 bilhões em 2007. Por conseguinte, o comércio chinês com a África, avaliado em US \$ 3 bilhões em 1995, cresceu para US \$ 55 bilhões em 2007.

Para os autores acima citados, o comércio chinês com a África aumentou cinco vezes desde 2001. O mesmo, representa mais comércio do que a África com a União Europeia. Fato que indica que o comércio chinês com a África continuará aumentando. A exportação chinesa para África é de baixo custo, portanto, facilita os africanos a terem poder de compra. O produto da China custa a metade de valor do mesmo produto vindo do ocidente, isso faz com que a cada dia a exportação chinesa siga ganhando lugar no continente.

Abegunrin & Manueruke (p.33, 2020):

A diáspora chinesa reativou seus vínculos familiares pela primeira vez para importar mercadorias de baixo preço, como xícaras, garfos, telefones celulares, rádio, aparelhos de televisão e guarda-chuvas para a África. De fato, a sociedade africana tem uma necessidade pronta de bens baratos em grandes quantidades. [...] Roupas chinesas baratas e carros chineses baratos

pela metade do preço dos produtos ocidentais permitem que os clientes africanos aumentem repentinamente seu poder de compra.

Os produtos importados da China para países africanos em 2014, segundo os mesmos autores, resultam em seguintes gastos: o Benim gastou \$ 411 milhões em perucas e ursos falsos da China, oitenta e oito por cento das cuecas masculinos importadas da África do Sul eram da China, as Maurícias gastaram \$ 438.929 em molho de soja chinês, o Quênia investiu \$ 8.197.499 em assentos sanitários de plástico, a Nigéria gastou \$ 9.372.920 em escovas de dentes chinesas, o Togo comprou \$ 193.818.756 em motocicletas chinesas e o Níger \$ 450.012.993.

### 3.2 ATUAÇÃO CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO: PONTOS DE VISTA DIVERGENTES

Segundo Maru<sup>17</sup>, no seu texto intitulado “*Why Africa loves China*”, publicado em janeiro de 2019 no grande canal televisivo árabe, *Aljazeera*, ao contrário do argumento do ocidente, os líderes africanos não se vêem como vítimas da cooperação chinesa. No Fórum de setembro de 2018, sobre a cooperação China-África (FOCAC) que teve lugar em Pequim, o Paul Kagame, presidente do Ruanda, também presidente em exercício da União Africana na altura, elogiou a estratégia chinesa de ajuda e investimento na África como fonte de “profunda transformação”, afirmando que a cooperação chinesa se alinha no respeito mútuo e com benefícios de ambos os parceiros.

Segundo Maru (2019),

Apesar da existência da confiança dos líderes africanos à China como um parceiro importante, há uma visão de que Pequim é um ator “predatório” na África, com o objetivo de recolonizar o continente e essa visão é onipresente nos círculos da política externa, nas narrativas da mídia, na academia e em grande parte do ocidente.

Com isso, vale ressaltar que a relação China-África, segundo Maru (2019), está sendo interpretada dois movimentos diametralmente opostos: sino-fóbico e pró-China.

---

17 Mehari Taddele Maru é especialista em questões de paz e segurança, direito e governança e direitos humanos e migração. Ver o artigo completo no: <https://www.nytimes.com/search?query=https%3A%2F%2Fwww.nytimes.com%2F2018%2F12%2F13%2Fus%2Fpolitics%2Fjohn-bolton-africa-china.html>.

A percepção “*sino-fóbica*” é defendida principalmente no ocidente que caracteriza a China como o novo colonizador do continente africano, tendo o exemplo do conselheiro de segurança nacional dos EUA, John Bolton<sup>318</sup> que em dezembro de 2018 acusou a China, afirmando que “o país asiático usa subornos, acordos opacos e o uso estratégico da dívida para manter os Estados da África cativos aos desejos e demandas de Pequim”. Para Bolton, as ações predatórias são subcomponentes de iniciativas estratégicas chinesas mais amplas, incluindo o projeto “*One Belt, One Road*”<sup>19</sup>, um projeto para desenvolver uma série de rotas comerciais para promover o domínio global chinês.

Para além dos EUA, o Maru (2019) afirma que outros governantes ocidentais como o Reino Unido e a França, também veem a política chinesa neste continente com preocupação. Para eles, a China é o fator principal de conflitos em países ricos em petróleo, exemplo do Sudão do Sul e o Sudão, e um defensor de déspotas no Gabão. Além demais, segundo autor, os países europeus enxergam a China como um faminto por recursos e energia, explorador de governos corruptos e incompetentes, um oportunista comercial e um poluidor maciço do meio ambiente africano. Na mesma linha do argumento, Zheng (2010; p.271) ressalta que,

o recente envolvimento econômico e político da China na África colocou suas relações bilaterais sob um amplo escrutínio. Alguns no Ocidente argumentam que a China está tentando colonizar a África e repetindo o que os colonos ocidentais fizeram séculos atrás, enquanto outros afirmam que o envolvimento da China com os países africanos é estritamente um negócio que ajudará a China a obter os minerais e o petróleo de que precisa para alimentar sua economia em crescimento sem intervenção na soberania interna da África.

O movimento pró-China, segundo Maru (2019), de acordo com os proponentes dessa narrativa de grande maioria dos líderes africanos, a China é um salvador, um parceiro confiável da África. Os líderes africanos veem a China, um país sem histórico de aspirações coloniais na África, como um parceiro que poderia fornecer o financiamento mensário sem quaisquer restrições. Os chefes de estados africanos

---

18 Ver o discurso completo de John Bolton contra a política chinesa na África no: <https://www.nytimes.com/2018/12/13/us/politics/john-bolton-africa-china.html>.

19 A Nova Roda da Seda ou One Belt One Road foi anunciada pelo presidente chinês Xi Jinping em 2013. O projeto abarca duas rotas: a primeira, terrestre que vai conectando a Ásia Central, Oriente Médio, Rússia, Europa e o território da Eurásia. A segunda, marítima que vai conectar os portos chineses no sudeste asiático com países da Costa Africana através do Oceano Índico, do Canal de Suez até o Mediterrâneo. **Fonte:** Ricardo Lopes Kotz (2016).

acreditam que a China entende e respeita as prioridades da África. Respeitabilidade de outras culturas e estados, é outro fator importante que faz a China a ganhar o respeito dos líderes africanos. Muitas literaturas acadêmicas que discutem sobre a parceria China-África, para este autor, optam por uma posição *sino-fóbica* e a mídia é a outra principal divulgadora das ideias que a China não passa de um simples ator predatória no continente africano.

Segundo Hanauer e Morris no artigo publicado em 2014 intitulado *China in Africa: Implications of a Deepening Relationship* no *RAND Corporation*, ressaltam que:

[...] Muitos líderes africanos acreditam que, como um país em desenvolvimento, a China tem motivos mais altruístas do que os governos e corporações ocidentais. Os líderes africanos elogiam as contribuições da China à infraestrutura de suas nações, destacando melhorias visíveis que contribuem para a expansão da atividade econômica, criação de empregos para os trabalhadores locais e melhorias tangíveis em estradas, ferrovias, pontes e outras redes de transporte [...].

Nesta mesma linha de pensamento, Chris Alden (2005, p.153) afirma que:

Os interesses da África na China complementam grande parte da agenda promovida pelo Beijing. As elites governamentais e empresariais na África veem novas oportunidades na China: oportunidades de comércio e investimento, maneiras de reforçar a estabilidade do regime e parcerias estrategicamente significativas.

Segundo Stuenkel (2018), analistas ocidentais, entretanto, continuam a ver as estratégias ocidentais de *soft power* como mais genuínas e honestas do que as de regimes não ocidentais e não democráticos, como a China. Para este autor, a maioria dos analistas ocidentais considera o comportamento da China (ou de qualquer potência emergente) na África desumano e amplamente egoísta.

Portanto, no diz respeito ao vasto crescimento econômico chinês, para Oliver Stuenkel,

Nas décadas vindouras, a predominância econômica da China pode, assim, permitir que ela rivalize com os Estados Unidos não só em termos militares, mas também na capacidade de atuar como definidora de agenda e administradora global, em parte através das novas instituições [...] que ajudam a China a institucionalizar e legitimar sua influência crescente (STUENKEL, 2018, p. 108).

Com a citação acima, percebe-se, portanto, que em próximas décadas os Estados Unidos não serão mais definidores ou administradores de agenda global devido ao grande crescimento econômico e militar da China. Ou em outras palavras, a China está a cada vez se tornando grande ameaça para ocidente principalmente os Estados Unidos devido ao seu rápido crescimento econômico.

No que concerne acusações contra a cooperação China-África, o Carlos Lopes nos chama para inteirar sobre o seguinte fato:

Em 1963, a China enviou sua primeira equipe médica para a Argélia. Dos anos 1960 até 2005, a China enviou mais de 15.000 médicos para trabalhar em mais de quatro dezenas de países, tratando de mais de 180 milhões de casos de HIV / AIDS. Curiosamente, uma das tendências que emergiu com destaque em resposta ao surto de Ebola de 2013 na África Ocidental foi a abordagem horizontal da China aos cuidados de saúde, com um método de sistema integrado, com foco no acesso a medicamentos e infraestrutura. (LOPES, 2019, p. 129-30)

O autor ainda continua exigindo a nossa atenção poder contrabalancear as acusações da cooperação Sino-Africana:

Desde a década de 1970, muitos africanos migraram para países estrangeiros devido a vários motivos. Os destinos desses migrantes eram tipicamente os Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental, mas pequenos enclaves de africanos começaram a surgir na China depois de 2000. Embora a China contemporânea sempre tenha acolhido um número relativamente pequeno de estudantes africanos e pessoal diplomático, a chegada dos migrantes africanos em busca de assentamento permanente foram um novo fenômeno urbano para o país anfitrião (Li et al. 2009: 703). Os dados sobre a imigração africana para a China são incompletos e vagos na melhor das hipóteses, com estimativas sendo poucas e distantes entre si (Bodomo 2012: 10), sugerindo que há cerca de 5.00.000 africanos vivendo na China, com 1.00.000 residindo apenas em Guangzhou, e o resto está espalhado entre Hong Kong, Macau, Yaw, Xangai, Pequim e algumas cidades costeiras do Sul, do meio e do Norte. [...] Isto é ainda evidenciado pelo aumento do número de voos e da capacidade de assentos de grandes companhias aéreas africanas, como Egypt Air, Kenya Airways, Air Mauritius, Royal Air Maroc, Angola Airlines, South African Airways e, em particular, Ethiopian Airlines, que está voando diariamente para cinco cidades chinesas e em breve adicionará uma sexta. (LOPES, 2019, p.132-33)

Com o estudo de Carlos Lopes, percebe-se que as acusações ocidentais contra a relações China-África omitem outras verdades em relação da política chinesa no continente africano. Contudo, não se deve subestimar os argumentos em favor e nem contra da política do país asiático no continente, porque ambos os argumentos são importantes para ir mais ao fundo da pesquisa.

É interessante aqui ressaltar que o projeto *One Belt, One Road*, que também é conhecido como Nova Rota da Seda, é um dos principais projetos da política externa chinesa na atualidade e é uma construção que ligará a China à Europa e à África por vias terrestres e marítimas, passando, conseqüentemente, por vários países da Ásia Central e Oriente Médio (LIMA et al. 2016). Portanto, vale ressaltar que a China pretende ampliar, ou melhor, democratizar o comércio internacional, e isso é o motivo principal do governo de Pequim de criar o projeto acima citado, e a maneira com a qual o gigante asiático pretende lidar com os outros atores na implementação e realização, do mesmo, o que é diferente no mínimo da maneira que o atual *hegemon*, os Estados Unidos da América, lida com essa questão.

A África tem um lugar significativo no grande projeto Chinês devido seu vasto mercado para abastecimento de produtos vindos da China. O Egito particularmente servirá um papel fundamental na conexão do sonho da Nova Rota da Seda com o continente africano, dividido o Canal de Suez, a principal via marítima entre o Oceano Índico e o Oceano Mediterrâneo. O Djibuti também terá um papel importante através da sua localização estratégica, localizada entre Mar Vermelho e o Golfo do Adem. Para Pautasso (2016, p.127), em visita ao Egito em janeiro de 2016, o presidente chinês “Xi Jinping incentivou as empresas chinesas a participarem de grandes projetos no país, como o desenvolvimento do Novo Canal de Suez e a construção de uma nova capital administrativa fora do Cairo.”

### 3.3 EMPRÉSTIMOS CHINESES E COMÉRCIO BILATERAL ENTRE O CONTINENTE ÁFRICANO E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA ENTRE OS ANOS 2000-2018

Neste subcapítulo, narra-se sobre a relação de empréstimos chineses para os governos africanos entre 2000-2018. Também, aborda sobre comércio bilateral entre o gigante asiático e o continente africano, trazendo dados da importação, exportação e balança comercial dos dois lados entre o período acima mencionado.

A tabela 01 de forma resumida, aborda sobre empréstimos chineses para cada país ou governo africano entre 2000 e 2018, dividido por cada credor em milhões de US\$.

**Tabela 01:** Relação de Empréstimos Chineses para Governos Africanos entre 2000 e 2018.

Empréstimos chineses para governos africanos, 2000-2018, pelo credor (milhões de US \$, não ajustados)					
País	Eximbank	Banco do Desenvolvimento Chinês	Créditos do fornecedor	Outros	TOTAL
Regional	792	1005	0	363	2160
Algeria	0	0	0	9	9
Angola	8362	26447	22	8402	43232
Benin	459	0	0	223	682
Botswana	90	0	0	841	931
Burkina Faso	0	0	0	43	43
Burundi	28	0	30	0	58
Cameroon	5407	2	2	522	5933
Cape Verde	43	0	0	6	48
CAR	0	0	36	34	71
Chad	577	0	0	0	577
Comoros	40	0	0	0	40
ROC	4812	0	238	20	5070
Cote d'Ivoire	2720	0	0	73	2793
Djibouti	1255	0	115	44	1414
DRC	2405	0	0	28	2433
Egypt	767	3200	160	54	4182
Equatorial Guinea	1929	0	478	23	2430
Eritrea	616	0	0	16	632
Ethiopia	7735	753	4065	1176	13729
Gabon	944	0	108	290	1342
The Gambia	25	0	0	0	25
Ghana	1584	1150	622	315	3670
Guinea	1127	0	335	546	2008
<b>Guinea-Bissau</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>94</b>	<b>94</b>
Kenya	8106	787	0	155	9048
Lesotho	116	0	0	8	123
Liberia	50	0	0	5	55
Libya	0	0	0	0	0
Madagascar	393	0	0	63	456
Malawi	262	0	0	0	262
Mali	929	0	0	65	994
Mauritius	414	0	0	78	492
Mauritania	381	0	0	50	432

Morocco	1022	0	0	158	1181
Mozambique	2153	30	0	268	2450
Namibia	270	0	223	53	546
Niger	332	0	352	19	703
Nigeria	5786	0	390	0	6176
Rwanda	346	0	0	68	414
Sao Tome & Principe	0	0	0	0	0
Senegal	1714	0	0	173	1887
Seychelles	34	0	0	0	34
Sierra Leone	49	0	180	0	229
Somalia	0	0	0	0	0
South Africa	0	2531	0	688	3219
Sudan	4909	0	1061	846	6815
South Sudan	407	0	0	0	407
Swaziland	0	0	0	0	0
Tanzania	1799	200	0	44	2043
Togo	593	0	0	80	674
Tunisia	129	0	0	3	132
Uganda	2791	0	0	71	2862
Zambia	4485	584	857	3778	9703
Zimbabwe	2645	0	252	66	2962
<b>TOTAL</b>	<b>81.831</b>	<b>36.688</b>	<b>9.524</b>	<b>19.861</b>	<b>147.905</b>

**Autor:** Johns Hopkins SAIS China-Africa Research Initiative, 2020

Com os dados da tabela acima, percebe-se que, mesmo com os níveis dos empréstimos variados, a República Popular da China está ocupando espaço cada dia mais no continente africano.

A tabela 02, traz a relação de empréstimos anuais chineses para governos africanos, por credor, em US\$ milhões.

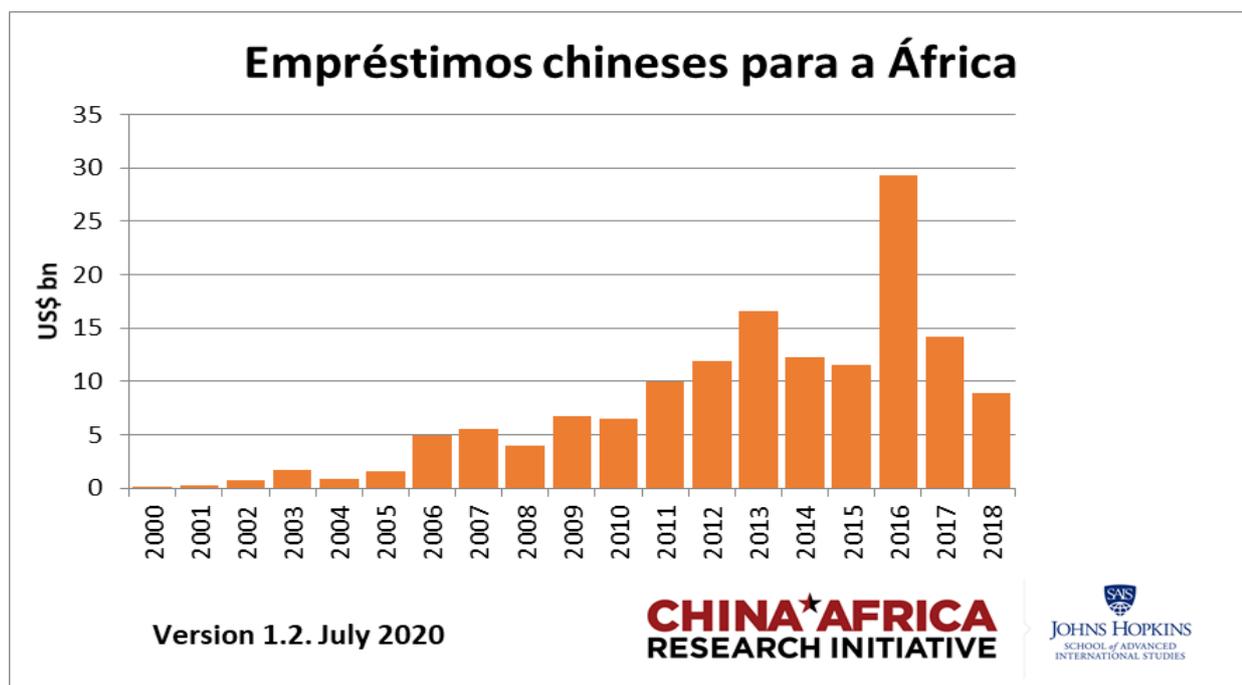
**Tabela 02:** Relação de Empréstimos Anuais Chineses para Governos Africanos, por credor, em US\$ milhões.

<b>Empréstimos anuais chineses para governos africanos, por credor, US \$ milhões</b>				
<b>Ano</b>	<b>Eximbank</b>	<b>Banco do Desenvolvimento Chinês</b>	<b>Outros credores chineses *</b>	
2000	80	0	50	
2001	20	0	278	
2002	202	0	533	
2003	1094	0	636	
2004	528	0	395	
2005	1429	0	143	
2006	2646	0	2312	
2007	5441	17	103	
2008	3109	50	837	
2009	4930	0	1806	
2010	3228	2	3327	
2011	5993	2842	1139	
2012	8819	1820	1266	
2013	9380	4456	2733	
2014	9615	2271	377	
2015	8735	629	2182	
2016	5254	18055	6036	
2017	6710	4548	2978	
2018	4620	2000	2254	
<b>Soma</b>	<b>81831</b>	<b>36688</b>	<b>29385</b>	
* Inclui bancos comerciais chineses e empreiteiros chineses				
Autor: Johns Hopkins SAIS China-Africa Research Initiative, 2020				

A tabela 03, traz o volume de empréstimos anuais chineses para África por cada setor, em US\$ milhões.

**Tabela 03:** Relação de empréstimos chineses para África por setor, em US\$ milhões.

Annual Chinese Loans to Africa, by Sector, US\$ mn																				Annual Sum, millions of US\$
2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
Education	0	0	0	0	0	188	216	133	9	18	0	110	32	66	0	261	50	0	119	1200
Health	10	13	6	0	0	226	17	150	100	17	49	123	90	0	27	136	0	0	0	965
Population	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Water	18	0	10	41	11	194	136	125	107	904	24	533	310	680	89	678	1454	457	710	6481
Government	0	18	8	110	0	83	209	82	238	370	1019	304	517	358	0	411	534	232	739	5232
Other Social	2	31	12	18	28	1	114	467	70	230	2667	174	587	0	47	241	101	154	560	5504
Transport	0	17	96	112	404	253	677	2472	609	2425	1196	3386	4485	5218	6579	3768	6745	3750	2105	44295
Communication	10	2	166	12	56	101	2521	164	127	147	219	407	215	1676	933	818	263	915	584	9336
Power	26	128	323	1286	297	284	456	1180	1194	2332	1090	1708	3346	5096	692	4062	7355	3946	2150	36949
Banking	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	225	66	60	273	142	0	600	1396
Business	2	0	0	0	0	0	92	0	0	0	0	32	104	892	0	700	115	0	0	1938
Agriculture	0	0	0	73	20	147	472	169	81	62	32	272	329	79	273	0	0	15	14	2038
Industry	42	1	0	0	0	37	0	232	389	37	160	330	284	580	500	550	170	262	143	3717
Mining	0	1	1	0	0	0	0	0	429	0	0	2103	1223	2500	2000	0	10000	283	0	18539
Trade	0	0	2	2	0	0	0	100	13	51	26	0	0	0	0	0	0	0	0	195
Environment	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38	0	0	38
Multi-Sector	7	0	0	0	0	0	5	270	60	0	0	165	54	0	0	2	600	927	500	2590
Budget	0	36	73	54	44	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200	1000	250	300	1981
Food	0	40	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	46
Other Commodity	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	0	100	62	0	0	96	0	0	0	358
Debt	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Humanitarian	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reconstruction	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Preparedness	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Administrative Costs of Dc	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Refugees in Donor Countri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Unallocated	12	10	37	22	63	36	43	18	571	42	69	229	114	146	197	159	57	2931	350	5105
<b>Author:</b> Johns Hopkins SAIS China-Africa Research Initiative©																				
<b>Title:</b> Annual Chinese Loans to Africa, by Sector, US\$ mn. July 2020																				
<b>Citation:</b> Brautigam, Deborah, Jyhjong Hwang, Jordan Link, and Kevin Acker (2019) "Chinese Loans to Africa Database," Washington, DC: China Africa Research Initiative, Johns Hopkins University School of Advanced International Studies.																				

**Gráfico 01:** Empréstimos chineses para a África, por US\$ bilhões entre 2000 e 2018.**Quadro 10:** Importações da África da China

Ano	Valor em Dólar (US)
2001	\$ 4.449.499,00
2002	\$ 5.416.216,00
2003	\$ 7.837.326,00
2004	\$ 11.918.063,00
2005	\$ 17.076.497,00
2006	\$ 23.898.195,00
2007	\$ 31.612.961,00
2008	\$ 43.540.849,00
2009	\$ 44.564.900,00
2010	\$ 57.442.875,00
2011	\$ 65.373.827,00
2012	\$ 70.094.203,00
2013	\$ 77.474.415,00
2014	\$ 85.373.932,00
2015	\$ 87.896.089,00
2016	\$ 78.742.456,00
2017	\$ 78.815.861,00

2018	\$ 91.150.290,00
2019	\$ 101.313.616,00
<b>Total:</b>	<b>\$983.992.372,00</b>

Fonte: *International Trade Centre-ITC*

O quadro 09 traz a relação de volume de importação do continente africano a partir da República Popular da China entre 2001 e 2019. Os dados demonstrados neste quadro, nos fazem notar o crescimento de interesse dos governos africanos em importar produtos chineses. Vale apenas ressaltar que tendo em conta a política de não intervenção chinesa e o valor barato do seu produto em relação ao produto ocidental, o volume de importação da África a partir da China há que se crescer ainda mais.

**Quadro 11: Importação da China a partir da África**

<i>Ano</i>	<b>Valor em Dólar (US)</b>
2001	\$ 3.702.129,00
2002	\$ 3.978.670,00
2003	\$ 7.042.801,00
2004	\$ 8.603.512,00
2005	\$ 11.933.586,00
2006	\$ 17.166.450,00
2007	\$ 31.909.580,00
2008	\$ 48.189.724,00
2009	\$ 40.313.107,00
2010	\$ 54.593.497,00
2011	\$ 66.042.982,00
2012	\$ 78.282.386,00
2013	\$ 73.218.691,00
2014	\$ 66.625.837,00
2015	\$ 48.248.589,00

2016	\$ 34.845.417,00
2017	\$ 52.328.805,00
2018	\$ 72.853.514,00
2019	\$ 71.808.133,00
<i>Total:</i>	\$791.687.410,00

Fonte: *International Trade Centre-ITC*

O quadro 10 traz a relação de volume de importação da República Popular da China do continente africano entre 2001 e 2019. Os dados demonstrados neste quadro, nos fazem notar o crescimento de interesse do governo do Pequim em importar produtos africanos. É importante ressaltar que tendo em conta a necessidade do gigante asiático no minério e vasto mercado africano, a importação chinesa deste continente deve continuar crescendo.

**Quadro 12: Balança comercial entre África e China**

<i>Ano</i>	Valor em Dólar (US)
2001	-747.370,00
2002	-1.437.546,00
2003	-794.525,00
2004	-3.314.551,00
2005	-5.142.911,00
2006	-6.731.745,00
2007	296.619,00
2008	4.648.875,00
2009	-4.251.793,00
2010	-2.849.378,00
2011	669.155,00
2012	8.188.183,00
2013	-4.255.724,00
2014	-18.748.095,00
2015	-39.647.500,00
2016	-43.897.039,00

2017	-26.487.056,00
2018	-18.296.776,00
2019	-29.505.483,00
<i>Total:</i>	<b>-192.394.660,00</b>

**Fonte:** *International Trade Centre-ITC*

## CAPÍTULO 4

### RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Este capítulo aborda as relações bilaterais entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China. O capítulo contextualiza o leitor/a sobre a cooperação sino-guineense, trazendo dados comerciais de importações, exportações e balança comercial entre os dois países e, por fim, analisa os investimentos chineses no setor da infraestrutura e impactos da cooperação do país asiático para o desenvolvimento do país africano através de análise dos trabalhos já publicados, do site *International Trade Centre* (Centro Internacional de Comércio) e de algumas entrevistas feitos aos pesquisadores sobre relação sino-guineense.

#### 4.1 NOÇÃO GERAL ACERCA DA COOPERAÇÃO SINO-GUINEENSE: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Como já mencionamos, a República Popular da China iniciou as relações diplomáticas com a República da Guiné-Bissau em 1974, ano em que esse país lusófono africano se tornou oficialmente independente do colonizador português. Mas, o Partido Comunista Chinês (PCC) e a liderança política do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tiveram os seus primeiros encontros na década de 1960. Nesse período, as aproximações entre o PAIGC ao PCC tinham como foco a ajuda política e ideológica, para expulsar os colonizadores portugueses desse país lusófono da África Ocidental.

As relações dos dois países, segundo o sociólogo e ativista guineense Miguel de Barros, através do questionário que elaboramos e respondido no dia 23 de novembro de 2020, fez uma análise do início e evolução das aproximações históricas entre o Governo chinês e o Governo Guineense:

A cooperação entre os dois Estados é histórica e prossegue desde o período da luta de libertação para a independência da Guiné-Bissau. A China jogou um papel importante e decisivo na formação militar dos primeiros 5 comandantes de frentes de guerra do PAIGC, alargou essa possibilidade até ao fim da guerra que durou 11 anos, doou equipamentos, e treinou as forças revolucionárias em termos de estratégias de guerrilha. Os dois Estados foram integrantes do espaço geoestratégico dos “Países Não Alinhados”, articulado posições internacionais conjuntas até a libertação política em 1994. (BARROS, 2020).

As relações dos dois países tiveram suas interrupções em 1990 quando o país africano declarou relações diplomáticas com o Taiwan região autónima da Chinês. Em 1998 quando a República da Guiné-Bissau suspendeu relações com Taiwan, os dois países, outra vez, retomaram suas saudáveis relações diplomáticas que nunca mais foram interrompidas.

A República Popular da China e a República da Guiné-Bissau estabeleceram as relações diplomáticas em 15 de março de 1974. Em 26 de Maio de 1990, a Guiné-Bissau anunciou o estabelecimento das chamadas "relações diplomáticas" com Taiwan e, em 31 de maio do mesmo ano, a China pronunciou o cessamento das relações diplomáticas com a Guiné-Bissau. Em 23 de Abril de 1998, a China e a Guiné-Bissau restabeleceram as relações diplomáticas (EMBAIXADA DA CHINA NA GUINÉ-BISSAU, 2011).

É importante ressaltar que além da Guiné-Bissau, a China interrompeu suas relações diplomáticas com muitos países africanos que tiveram relações diplomáticas com o Taiwan. Nota-se, portanto, que para manter relações saudáveis com a China, uma das condicionalidades é se romper com o Taiwan, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 13: Rivalidade Pequim-Taipei na África, de 1989 até o presente

A rivalidade Pequim-Taipei na África, de 1989 até o presente	
Países que romperam com Pequim para estabelecer laços com Taipei	Países que romperam com Taipei para estabelecer laços com Pequim
1989 Libéria*	1993 Libéria (segunda vez)
<b>1990 Guiné-Bissau</b>	1994 Lesoto (segunda vez)
1990 Lesoto*	1996 Níger (segunda vez)
1991 República Centro Africano (segunda vez) *	1998 República Centro Africano (terceira vez)
1992 Níger*	<b>1998 Guiné-Bissau</b>
1994 Burkina Faso*	1998 África do Sul
1996 Gambia*	2003 Libéria (terceira vez)
1996 Senegal*	2005 Senegal (segunda vez)
1997 Chade*	2006 Chade (segunda vez)
1997 Libéria (segunda vez) *	2008 Malawi
1997 São Tomé e Príncipe	
*Esses países já haviam mantido relações com Taipei, e as romperam para estabelecer relações com Pequim, normalmente na década de 1970. A <b>Suazilândia</b> é o único país africano que nunca estabeleceu relações diplomáticas com Pequim	

Fonte: (BRAUTIGAM, 2009)

No processo de consolidação das relações entre Guiné-Bissau e China, tiveram várias visitas de personalidades políticas importantes de ambos os países que estão resumidas nos quadros abaixo:

Quadro 14: Principais visitas da liderança chinesa à Guiné-Bissau.

Mês/Ano	Nome	Cargo/Função
Setembro de 1989	Wang Hanbin	Vice-Presidente da Assembleia Popular Nacional
Fevereiro de 2001	Ji Peiding	Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros
Outubro de 2002	Chen Jian	Ministro Adjunto da Economia e Comércio Externo
Março de 2004	Wei Jianguo	Vice-ministro do Comércio Externo
Setembro de 2004 e novembro de 2005	Lv Gouzeng	Ministro Adjunto dos Negócios Estrangeiros
Janeiro de 2007	Li Zhaoxing	Ministro dos Negócios Estrangeiros
Novembro de 2009	Zhaijun	Ministro Adjunto dos Negócios Estrangeiros
Março de 2011	Wang Jiarui	Ministro do Departamento de Ligação Internacional do Comité Central do Partido Comunista da China

Elaboração própria: **Fonte:** Embaixada da República Popular da China na Guiné-Bissau, 2011.

Quadro 15: Principais visitas da liderança Guineense à China

Mês/Ano	Nome	Cargo/Função
Julho de 1975	Victor Saúde Mária	Ministro dos Negócios Estrangeiros
Abril de 1986	Carmen Pereira	Presidente da Assembleia Nacional Popular
Abril 1998	Fernando de Elfen da Silva	Ministro dos Negócios Estrangeiros
Outubro de 2000	Mamadú Yaja Djaló	Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comunidade
Janeiro de 2002	Filomena Mascarenhas di Boté	Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e da Comunidade
Dezembro de 2002	Kumba Yalá	Presidente da República
Junho de 2004	Suarez Sambú	Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e da Comunidade
Outubro de 1982, outubro de 2006 e setembro de 2008	João Bernardo Veira	Presidente da República
Mai de 2008	Francisco Benante	Presidente da Assembleia Nacional Popular
Setembro e novembro de 2010	Carlos Gomes Junior	Primeiro-Ministro

Julho de 2017

Faustino Imbali

Ministro de Negócios Estrangeiros,  
Cooperação Internacional e da  
Comunidade do Governo de  
Transição.

Elaboração própria. **Fonte:** Embaixada da República Popular da China na Guiné-Bissau, 2011.

Com a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, marcou o início histórico do processo de revitalização e fortalecimento da relação sino-africana. Segundo Vadell et al. (2013), o primeiro encontro do Fórum pautou-se nos esforços para a formação de um novo tipo e nível de parceria, caracterizando o FOCAC como a principal plataforma ao diálogo e coordenação China-África. Os discursos e documentos oficiais destacam que esse fortalecimento de relações representou a base para o desenvolvimento de uma renovada aliança estratégica Sul-Sul, fundamentada na igualdade política, a confiança recíproca, na cooperação econômica *win-win* (ganho-ganho) e no intercâmbio cultural.

Com isso, pode-se afirmar que, o processo de reaproximação do continente africano com a República Popular da China por meio do FOCAC baseou-se em aumentos na corrente comercial, no volume de investimentos e na provisão de recursos de ajuda por parte da China (VADELL, et al. 2013). Ainda continua afirmando, Vadell et al. (2013), com os ganhos econômicos, as oportunidades oferecidas e o tratamento diplomático não intervencionista, a parceria com o gigante asiático tornou-se cada vez mais importante para muitos líderes dos países africanos em particular a Guiné-Bissau.

O gigante crescimento econômico da China nos últimos 40 anos evidencia a capacidade desse grande país asiático de se estabelecer como um fundamental *player* no mundo contemporâneo. Tal crescimento econômico, segundo Barbosa et al. (2016), possibilitou a China aumentar a sua influência na Ásia, mas também em escala mundial.

#### 4.2 COMERCIO BILATERAL ENTRE GUINÉ-BISSAU E CHINA:

##### IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES E BALANÇA COMERCIAL

É importante aqui ressaltar que este subcapítulo tendo em conta a dificuldade de encontrar fontes para explorar dados comerciais de algumas datas dos dois países, os dados que foram possíveis de encontrar e colocados nos quadros abaixo, têm mais como objetivo fazer o leitor/a ter uma mínima noção do volume comercial existente entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China, durante o período de 2001 a 2019.

Quadro 16: Importações da Guiné-Bissau da China

Ano	Valor em Dólar (US)
2001	-----
2002	-----
2003	\$ 12.291,00
2004	\$ 5.819,00
2005	\$ 2.666,00
2006	-----
2007	-----
2008	-----
2009	-----
2010	-----
2011	-----
2012	-----
2013	-----
2014	-----
2015	-----
2016	-----
2017	\$ 10.957,00
2018	-----
2019	-----
<b>Total:</b>	<b>31.733,00</b>

Fonte: *International Trade Centre-ITC*

*Quadro 17: Exportações da Guiné-Bissau para China*

Ano	Valor em Dólar (US)
2001	-----
2002	-----
2003	\$ 989,00
2004	-----
2005	-----
2006	-----
2007	-----
2008	-----
2009	-----
2010	-----
2011	-----
2012	-----
2013	-----
2014	-----
2015	-----
2016	-----
2017	\$ 575,00
2018	-----
2019	-----
<b>Total:</b>	<b>1.564,00</b>

*Fonte: International Trade Centre-ITC*

Quadro 18: Balança Comercial entre Guiné-Bissau e China

Ano	Valor em Dólar (US)
2001	-----
2002	
2003	\$ -11.302,00
2004	\$ -5.819,00
2005	\$ -2.666,00
2006	-----
2007	-----
2008	-----
2009	
2010	-----
2011	-----
2012	-----
2013	
2014	-----
2015	-----
2016	-----
2017	\$ -10.382,00
2018	-----
2019	-----
<b>Total:</b>	<b>-30.169,00</b>

Fonte: *International Trade Centre-ITC*

#### 4.3 INVESTIMENTO CHINÊS NO SETOR DE INFRAESTURA E OBRAS NA GUINÉ-BISSAU E OS IMPACTOS DA COOPERAÇÃO DO GIGANTE ASIÁTICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS LUSO-AFRICANO

Ao longo de todo o processo histórico da cooperação com Guiné-Bissau, a China priorizou a área de obras e infraestruturas na sua agenda. A relação bilateral entre os dois países tem se fortalecido mais no setor de infraestrutura e obras pois a Guiné-Bissau precisava e ainda precisa de espaços e financiamento para ajudar na administração do país. Com isso, nota-se que a construção de infraestruturas para o

desenvolvimento é a chave motor desse país asiático na Guiné-Bissau. Segundo M´Bunde (2018), na década de 1980, período que pode ser entendido como segundo momento histórico da política externa chinesa para a Guiné-Bissau, a China construiu o hospital regional de Canchungo e o estádio nacional 24 de setembro.

Para o Miguel de Barros através dos questionários que fizemos a ele e respondido no dia 23 de novembro de 2020, sobre relação dos dois países no setor de infraestrutura, ele respondeu o seguinte:

No pós-independência, a China orientou a sua cooperação e diplomacia a quatro níveis: - apoio no desenvolvimento e formação dos recursos humanos através de concessão de bolsas de estudo no seu país; - investimento económico através da exploração dos recursos naturais (pesca, floresta e agricultura); - apoio à infraestruturação através de construção de edifícios de estado (parlamento, palácio do governo e da justiça, hospital militar, edifício para combatentes e veteranos da luta).

Portanto, note-se que, tanto no argumento de M´Bunde como no de Barros, demonstram a importância do setor de infraestrutura como motor primordial para relação sino-guineense. Contudo, de Barros, vai mais longe adicionando outros setores do interesse do governo chinês na Guiné-Bissau, o exemplo de setores de agricultura, educação, saúde, pesca e setor florestal do país africano.

Em respeito a relação sino-guineense, o ativista e sociólogo guineense Miguel de Barros, vai ressaltar dois pontos, classificados de positivo e negativo. Sobre o ponto positivo da cooperação com o governo do Pequim na Guiné-Bissau, reside na sua forma de dar respostas “em termos de apoio à emergência alimentar, qualificação dos recursos humanos e apoio ao sector social particularmente no domínio de saúde, através da construção de dois hospitais de referência (a de Canchungo e Militar em Bissau), bem como a construção de várias escolas”. Portanto, percebe-se segundo o sociólogo que cooperação nessas áreas são importantes para a população e para o desenvolvimento do país em geral. O segundo ponto, classificado como negativo, corresponde a muitas coisas ruins na cooperação sino-guineense que precisam ser discutidas e melhoradas. Para Miguel de Barros, é muito desigual a forma de troca existe na relação entre o governo da China e da Guiné-Bissau. Como nos ensina no na citação abaixo:

o modelo da cooperação chinesa é algo que é apresentado como donativo, mas que implica contrapartidas fortes, como por exemplo o montante aplicado ao nível do investimento nas infraestruturas deve corresponder ao que a China irá explorar em termos de recursos naturais (e sem capacidade nacional de controle e imposição). Um dos exemplos mais gritantes é o facto do montante aplicado na construção do edifício do parlamento guineense ter correspondido exatamente ao valor estimado da corte e exportação da madeira de pau-de-sengue da Guiné-Bissau para a China apenas em 2012, sendo esse um dos negócios mais ilegais e ilícitos da história da gestão dos recursos naturais do país; um outro facto é que os apoios da China implica a mobilização das empresas, equipamentos e da mão-de-obra chinesa o que diminui o impacto do investimento em termos económicos no destino da ação; outro elemento crítico é a ausência de mecanismos públicos de informação e transparência na fiscalização da cooperação, sem falar da questão da violação e desrespeito dos direitos humanos (mesmo quando há um governo ilegal e/ou com altos índices de corrupção), bem como na forma como as empresas chinesas exploram a mão-de-obra local (as pescas é o sector com maior nível de denúncia de racismo, tortura e agressão).

Portanto, para isso e mais outros fatores quando vai-se analisar a cooperação sino-africana, ou melhor, sino-guineense que esta pesquisa importa mais, é de extrema importância levar em consideração que, se por um lado a existência de infraestruturas escolares e hospitalares, bem como a formação dos recursos humanos nesses sectores favorecem a redução da pobreza, por outro lado esses investimentos são contabilizados como dívidas para depois o país conceder licenças de exploração dos seus recursos naturais, o que diminui a possibilidade de autonomização face ao doador e também consolidação de um processo de governança com capacidade económica e financeira do estado liderar as suas políticas. Para a China, segundo Miguel de Barros, a Guiné-Bissau é um país ultra periférico, pois todo o investimento Chinês para o continente corresponde a 4% do seu investimento internacional.

Numa entrevista concedida online no dia 17 de novembro de 2020 com o pesquisador Deuinalom Fernando Cambanco, mestre em Relações Internacionais, ele caracteriza a cooperação no setor pesqueiro entre a China e Guiné-Bissau de “fraudulenta e desigual”. Segundo ele, há muitos barcos chineses pescando no mar do país de forma ilegal, sem cuidado a outros espécies de peixes e a forma de troca com o governo guineense é super desigual dando vantagem muito mais ao governo do Pequim. Também, o autor caracteriza a exploração de madeira do país africano pelas empresas chinesas como de “triste e perigoso cenário” para o meio ambiente deste país. Todavia, o Cambanco ressalta a importância de o país africano manter suas relações com o governo chinês, tendo em conta a importância do apoio deste desde a luta da libertação e sua importância hoje na política económica mundial. Contudo, sugere que o Governo

guineense tenta encontrar outros parceiros estratégicos, sem se limitar em questões para poder expandir e inserir no sistema internacional. Porque para ele, tanto China como ocidente, estão procurando os seus interesses e que a Guiné-Bissau não pode fugir desta realidade.

Para Carlos Lopes (2019, p.129), “embora a China obtenha ganhos econômicos consideráveis com a África, seria muito simplista considerar esses benefícios como o único motor da política de relações internacionais da China, no que diz respeito à África”. Porque segundo Lopes, o interesse e o desejo dos africanos de expandir sua presença na China são reais, embora menos relatados.

Como nos ensina na citação abaixo:

A educação é outra área interessante de expansão. De acordo com Allison (2013), a China, com seu grande programa nacional de bolsas de estudo, apoiava cerca de 12.000 estudantes africanos com a cobertura de taxas, voos, acomodação, alimentação e estipêndios mensais. Este número foi adicionado a cerca de 18.000 estudantes africanos autossuficientes na China (Allison 2013). Estimativas mais recentes apontam para mais de 50.000 alunos matriculados em universidades chinesas por meio de diferentes modalidades. Os programas de bolsas de estudo desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de uma marca positiva entre os africanos. No futuro, eles podem trabalhar para empresas chinesas em seu continente e espalhar "boas mensagens". Da mesma forma, a China buscou uma vantagem de branding ou soft power por meio da disseminação de seus Institutos Confúcio na África, com 25 já estabelecido em várias universidades em todo o continente (Kragelund 2014). (LOPES, 2019, p.133).

Segundo Lopes (2019), os meios de comunicação e estudiosos ocidentais frequentemente sugerem que a relação da China com a África é construída em sua dependência de recursos naturais e energéticos, bem como mercados e oportunidades de investimento para suas indústrias em expansão e trabalhadores em busca de emprego. Carlos Lopes afirma que, na verdade, a China tem sido frequentemente criticada por tirar vantagem da vulnerabilidade da África. Para este autor, essa percepção, no entanto, deixa de considerar três pontos importantes:

Quadro 19: Três pontos importantes sobre a relação Sino-Africana

<p><b>Primeiro Ponto importante</b></p>	<p>Em primeiro lugar, o envolvimento mais ativo da China com a África é parte de sua emergência contínua como um ator verdadeiramente global. Não é diferente do comportamento tradicional de qualquer grande potência. Neste contexto, a China persegue os seus interesses sem hesitação e dá apoio sem quaisquer 'amarras'. Essas relações são consideradas revigorantes por muitos líderes políticos africanos.</p>
---	--

<p><b>Segundo ponto importante</b></p>	<p>E</p> <p>m segundo lugar, em sua diplomacia global e regional, a China, como todas as outras grandes potências, busca objetivos múltiplos, incluindo aqueles que podem criar tensões entre valores e interesses em nível nacional e global. Não se pode mais esperar que a China subordine seus interesses comerciais e estratégicos a outros. A maioria dos países africanos que se beneficiaram com o aumento do comércio, investimento, ajuda e alívio da dívida da China não são dotados de riqueza mineral, oferecendo menos oportunidades de investimento para empresas chinesas. Eles são interessantes para a China por outros motivos.</p>
<p><b>Terceiro ponto importante</b></p>	<p>Terceiro, os compromissos da China com a África são mais orientados para o mercado do que se pensava, não monopolizados por estratégias governamentais. Vários atores, além do governo, veem a África como uma oportunidade para a expansão de seus próprios negócios e se aventuram com seus próprios projetos inovadores e de risco. Existem 10.000 empresas chinesas operando na África no momento, o que questiona uma visão monolítica do relacionamento.</p>

Fonte: (LOPES, 2019, p.130)

Na entrevista concedida online no dia 30 de novembro de 2020 com o pesquisador Timóteo Saba M'Bunde, doutor em ciências políticas e atual reitor da Universidade Amilcar Cabral da Guiné-Bissau, para ele, as acusações feitas pelos cientistas e grande mídia ocidental, “não passa de inveja ocidental” de sempre e preocupação com a expansão e inserção chinesa de forma pacífica no continente africano. Segundo ele, a política de não intervenção nos assuntos internos dos outros, faz com que a China ganhando espaço antes ocupado pelos tradicionais parceiros do continente (ocidentais). Portanto, para M'Bunde, é de grande importância a África e em especial a Guiné-Bissau fortalecer seus laços com o gigante asiático. Por outro lado, o autor, sugere a importância do governo do Pequim criar políticas que envolverão as sociedades civis e ONGs nacionais como forma expansão o desenvolvimento.

Portanto, para ter uma noção geral sobre investimentos no setor infraestrutura que este trabalho importa mais, o quadro abaixo de forma resumida mostra a relação de infraestruturas e obras construídas pelo governo da China na Guiné-Bissau entre anos 1987 e 2012.

**Quadro 20: Relação de Infraestruturas e Obras Realizadas pelo Governo de Pequim na Guiné-Bissau, entre 1987 e 2012.**

<b>Projetos</b>	<b>Realização/ Financiador</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Ano de construção</b>	<b>Montante (US\$ milhões)</b>
<b>Estádio Nacional 24 de setembro</b>	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	1987	—
<b>Hospital regional de Canchungo</b>	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	1980	—
<b>Onze edifícios para ex-combatentes</b>	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2000	—
<b>Residências para oficiais das Forças Armadas</b>	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2000	—
<b>Edifício da Assembleia Nacional Popular</b>	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2001	—
<b>Escola de Amizade Sino-Guineense (Escola Nacional de Saúde)</b>	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2008	15
<b>Hospital de Amizade Sino-Guineense (Hospital Militar)</b>	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2009	12
<b>Palácio do Governo</b>	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2010	25
<b>Reabilitação do Palácio da República</b>	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2012	7,5
<b>Reabilitação de Estádio Nacional 24 de Setembro</b>	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2012	15
<b>Instituto Nacional de Saúde</b>	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2013	10

**Fonte:** (M'BUNDE, 2018, p. 143-144). **Fontes originais:** Direção-Geral de Habitação e Urbanismo do Ministério das Obras Públicas, Construções e Urbanismo da Guiné-Bissau, 2014; Sá et al., 2009; Embaixada da República Popular da China na República da Guiné-Bissau.

Sobre o interesse chinês no setor pesqueiro guineense, o quadro 5 traz os dados por toneladas do pescado explorado pelas empresas chinesas no mar da Guiné-Bissau entre 2010 e 2015.

**Quadro 21: Total de produção/Capturas na ZEE da Guiné-Bissau por Espécie/tipo, em toneladas, entre os anos 2010 e 2015 pela China.**

Anos	Total de camarão	Total de cefalópodes	Total de peixes demersais/pelágicos	Total geral de captura anual
2010	3.043,6	3.744.686	4.886,0	11.674,4
2011	_____	3.224,7	10.986,1	14.210,8
2012	_____	7.613,6	10.433,3	18.046,9
2013	_____	464,5	13.090,2	13.554,1
2014	_____	661.967	6.132.708	7.695
2015	_____	7.647,85	32.835,83	40.483,68

Fonte: (CAMBANCO, 2019, p. 99). Fonte original: Centro de Investigação Pesqueira Aplicada.

Vale ressaltar que os quadros 4 e 5, apesar de terem dados em valores diferentes (dólar e tonelada) que os tornam difíceis de serem comparados. Contudo, eles servem como ilustrações para nos trazer uma visão geral da magnitude da relação econômica existente entre a China e a Guiné-Bissau.

Sobre o setor agrícola, este desde década 1950, esteve presente na agenda do gigante asiático para o continente africano tendo já vários projetos neste setor com muitos países africanos. Como mostra Deborah Brautingam:

A agricultura tem sido uma característica da ajuda da China desde meados da década de 1950, quando o Ministério da Agricultura estabeleceu um escritório de ajuda externa. Desde 1960, mais de quarenta e quatro países africanos sediaram projetos de ajuda agrícola chinesa e quase 20 por cento dos projetos de ajuda "chave na mão" da China na África envolveram a agricultura, um total de mais de noventa fazendas, (BRAUTIGAM, 2009, p. 236)

A cooperação no setor agrícola entre o governo Comunista e o governo Guineense, segundo *China's Foreign Aid (2011)*:

Na Guiné-Bissau, especialistas agrícolas chineses ajudaram a construir 11 áreas de demonstração para arroz em casca, com uma área total de cultivo de

2.000 ha. Eles criaram 530 toneladas de variedades finas de arroz, que foram plantadas em áreas de 3.530 ha. Várias das variedades de arroz produziram uma produção três vezes ou mais do que a produção original. Em 2008, os especialistas agrícolas chineses foram agraciados com o primeiro prêmio de progresso científico e tecnológico pelo Departamento de Agricultura da Guiné-Bissau.

Sobre infraestrutura, segundo uma matéria publicada no *Jornal O democrata* no dia 29 de julho de 2018, mostra que o Hospital de Amizade Sino-Guineense (Hospital Militar Principal) tem ajudado muito no combate contra os problemas digestivos da população através dos aparelhos (vídeo-endoscópio) doados pelo governo chinês. De 2000 a 2018, o governo do Pequim, através de cooperação bilateral com o governo guineense, investiu um valor estimado em 770 milhões de Franco CFA em equipamentos sanitários e medicamentos no Hospital de Amizade Sino-Guineense.

Portanto, vale ressaltar que tanto Hospital de Amizade Sino-Guineense como Instituto Nacional de Saúde, obras construídas pelo governo chinês, estão desempenhando um papel importantíssimo e principalmente neste momento da pandemia do Covid-19.

Com isso, vale ressaltar que a cooperação sino-guineense também é caracterizada por movimentos financeiros. Para M´bunde (2018, p.149), tradicionalmente, o país asiático concede somas financeiras ao governo guineense, que geralmente são compensadas por aquisição de licencias de exploração de recursos naturais guineenses pelo Partido Comunista Chinês (PCC). De acordo com Timóteo Saba M´bunde, a China participa ativamente no financiamento da realização de eleições na Guiné-Bissau. Ou por outras palavras, a China, em favor da expansão da sua política externa, sempre está pronta em financiar o Governo da Guiné-Bissau, assim que for solicitada. Como exemplo, temos os 615 mil euros, segundo Sá et al. (2009) dispendido pelo Governo chinês, em 2005, para apoiar o país lusófono quando foi anfitriã da 6<sup>a</sup> cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O quadro abaixo de forma resumida explica os recursos financeiros públicos chineses investidos na Guiné-Bissau entre 2000 e 2014.

**Quadro 22: Recursos financeiros públicos chineses na Guiné-Bissau entre anos 2000 e 2014.**

Ano	Valor (em milhões de US\$)
2000	1.067.500,00
2001	22.800,00
2002	646.233,15
2003	780.993,50
2004	422.515,00
2005	206.900,00
2006	111.742,80
2007	30.000,00
2008	-----
2009	7.132.724,09
2010	2.907.724,14
2011	-----
2012	1.937.936,79
2013	1.360.271,00
2014	1.255.832,36
<b>TOTAL</b>	<b>17.883.172,83</b>

**Fonte:** (M'BUNDE, 2018, p. 150). **Fonte original:** Secretaria de Plano e Integração Regional do Ministério de Economia da Guiné-Bissau, 2014.

Para concluir, é importante afirmar que os entrevistados, Cambanco, de Barros e o M'Bunde concordam que na relação sino-guineense, o desafio é mais do lado guineense. Pois, o país não tem um projeto político claro de cooperação para o desenvolvimento e nem uma visão estratégica de cooperação e de diplomacia. Para isso, segundo Miguel de Barros, a Guiné-Bissau deve definir a base que pretende estabelecer a sua cooperação internacional, criar instituições capazes para gerir essas políticas, dotá-las de recursos humanos, técnicos e operacionais adequados para poder cumprir suas funções com coerência e correspondência à luz dos planos nacionais de desenvolvimento e em convergência com a agenda africana para a transformação continental e os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma análise sobre como as relações econômicas e comerciais com a China contribuem ou não para o desenvolvimento econômico do continente africano e particularmente da República da Guiné-Bissau. Foi imprimida uma reflexão acerca do processo histórico das relações bilaterais entre as duas repúblicas, de forma que o estudo permitiu uma abordagem sobre os investimentos diretos do Pequim na Guiné-Bissau. Além disso, também descreveu os impactos da cooperação chinesa no setor da infraestrutura para o desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau.

De modo geral, a relação bilateral entre a República Popular da China e o Continente Africano começou a partir da década de 1950 na conferência de Bandung na Indonésia em 1955, quando os países chamados de terceiro mundo resolveram se unir e estabelecerem estratégias visando contraporem-se ao domínio ocidental. No caso específico da República da Guiné-Bissau, a relação se deu a partir da década de 1960, altura em que o país africano se preparava para iniciar a luta pela independência contra o colonialismo português; portanto, a relação sino-guineense nessa época era mais política e diplomática do que econômica. Assim, a China contribuiu com os meios bélicos para ajudar a expulsar o exército português no território guineense.

Depois da independência em 1973, o país africano encontrava-se numa profunda necessidade de edifícios para o exercício das suas atividades políticas, administrativas e outras que facilitam a prossecução dos interesses públicos. Então, a falta de infraestrutura para sua administração permitiu que a cooperação fosse necessária com o Partido Comunista Chinês na área da construção de infraestruturas públicas guineenses. As relações mantidas entre a Guiné-Bissau e a China têm se ampliado e ganhado dinâmicas importantes para o desenvolvimento do país luso-africano.

As relações no setor da infraestrutura com a República Popular da China contribuem para o desenvolvimento econômico do Continente Africano e em especial da República da Guiné-Bissau. Todavia, observa-se os interesses do Partido Comunista nos recursos naturais, por exemplo, petróleo, madeira e no setor pesqueiro do continente, mas não só, a China também vê a África como um gigante mercado para sua

exportação. Portanto, nota-se que a Cooperação Sul-Sul no geral e no caso particular China-África funciona, porém não é desprovida de interesses, como defendida pela teoria realista clássica de Relações Internacionais, os interesses são fios condutores da política externa.

O trabalho contemplou uma abordagem qualitativa permitindo o uso de diversas referências epistemológicas, por conseguinte, como base utilizou-se do raciocínio hipotético-dedutivo como meio para alcançar a solução viável do problema. Em termos práticos utilizou-se resumos elaborados através de fichamentos como instrumento para coletar os dados. Os livros serviram como a base para maior relevância do estudo. Os resumos em modelo fichamento permitiram levantar informações importantes sobre o tema e serviram de fonte de dados para a revisão da literatura.

Tivemos algumas dificuldades durante o percurso da construção deste trabalho. A primeira foi de ordem financeira, por isso, não conseguimos viajar para realizar o trabalho de campo na Guiné-Bissau, a segunda está associada às dificuldades de acesso à internet na Guiné-Bissau, fato que impossibilitou o nosso estabelecimento de contato com algumas autoridades do país, além destas, a escassez de materiais bibliográficos sobre as relações da China e a Guiné-Bissau também constituíram uma das grandes dificuldades.

Este estudo, tendo em conta o seu interesse, fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, fazendo uso de uma abordagem interdisciplinar, recorrendo aos autores das áreas de Economia, Sociologia, Ciências Políticas, Relações Internacionais e História, também se incorporou da chamada pesquisa descritivo-exploratória, uma vez que se propõe a compreender vários aspectos sobre as relações econômicas e comerciais para o desenvolvimento entre a China e a Guiné-Bissau.

Dada à importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de trabalhos sobre relações China-África em vários âmbitos de cooperação e seus efeitos na vida de população, trazendo uma análise do conceito de democracia e dos direitos humanos.

Por outro lado, entendemos que seria indicado efetuar estudos de casos comparando a Guiné-Bissau com outros países africanos, de origens coloniais distintas, francófonos e outro anglófonos, com o propósito de analisar se as políticas de

cooperação com a China estabelecidas na Guiné-Bissau são as mesmas ou não àquelas instituídas nos outros países africanos cujos processos históricos de colonização são distintos aos da Guiné-Bissau.

Enfim, esperamos que este trabalho possa servir de guia e de provocações para futuras pesquisas em torno de relações entre a China e os países africanos em múltiplas áreas de cooperação. Para a classe política guineense, o estudo poderá permitir que os atores políticos nacionais passem a analisar em perspectivas mais críticas a cooperação bilateral com a República Popular da China.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEGUNRIN, O.; MANYERUKE, C. **China's Power in Africa: A New Global Order**. Cham: Springer International Publishing, 2020.
- AFRICAN UNION, OECD, DEVELOPMENT CENTRE. DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA VISÃO GERA: ALCANÇAR A TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA. 2019.
- ALDEN, C. China in Africa. **Survival**, 1 out. 2005. v. 47, n. 3, p. 147–164.
- ALVES, A. G. De M. P. Os Interesses econômicos da China na África. <http://www.ipea.gov.br>, mar. 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4751>>. Acesso em: 4 jan. 2021.
- ALVES, J. A. L. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: IBRI, 2001.
- AMADO, L. **Guineidade & Africanidade**. Lisboa: Edições Vieira da Silva, 2013.
- AXELROD, R.; KEOHANE, R. O. Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions. **World Politics**, out. 1985. v. 38, n. 1, p. 226–254.
- BAPTISTA, R. R. F. **Assimetrias globais no direito internacional contemporâneo**. Londrina/PR: Editora Thoth, 2019.
- BARBOSA, M. P. *et al.* NOVA ROTA DA SEDA E A ASCENSÃO PACÍFICA CHINESA. **NEARI EM REVISTA**, 29 dez. 2016. v. 2, n. 2. Disponível em: <<http://faculdedamas.edu.br/revistafd/index.php/neari/article/view/388>>. Acesso em: 29 nov. 2020.
- BARRETO, A.; BRITES, L. (ISCTE–IUL), CEA–IUL. **Cooperação e Educação: África e o Mundo**, 5 jul. 2012. p. 36.
- BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BRAUTIGAM, D. **The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa**. New York: OUP Oxford, 2009.

BRAZIL (Org.). **Repertório de política externa: posições do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

CALVOCORESSI, P. **Política Mundial**. São Paulo: Penso Editora, 2009.

CAMARÁ, S. EQUIPA MÉDICA CHINESA DESEMPENHA PAPEL IMPORTANTE NA GUINÉ-BISSAU. **O Democrata GB**, 2018. Disponível em: <<https://www.odemocratagb.com/?p=17801>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CAMBANCO, D. F. **Cooperação Sul-Sul e Suas Contradições: um estudo crítico sobre os acordos de cooperação no setor de pescas entre a República Popular da China e a República da Guiné-Bissau**. Salvador: Unersidade Federal da Bahia, 2018.

CANASTRA, F. OCDE, et al. (2013). **Perspectivas económicas em África**, 2013. **Transformação estrutural e recursos naturais em África**. Edições OCDE. 2015. Disponível em: <<http://reid.ucm.ac.mz/index.php/reid/article/viewFile/55/70>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CARDOSO, C. A transição democrática na Guiné-Bissau : um parto difícil. **Lusotopie**, 1995. v. 2, n. 1, p. 259–282.

CARDOSO, F. G. **Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paco Editorial, 2019.

COMMISSION, A. U.; OECD. **Dinâmicas do desenvolvimento em África 2019 Alcançar a transformação produtiva**. S.l.: OECD, 2020.

EMBAIXADA DA CHINA NA GUINÉ-BISSAU. **As Relações entre a China e a Guiné-Bissau**. 2011. Disponível em: <<http://gw.china-embassy.org/por/zjbgx/t891769.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FÁTIMA (COORD.), L. C., María Pilar ;. Rover, Aires José ;. Gaziero Cella, José Renato ;. Leite, Marcos ;. Ribeiro, Maria de. **Direito, governança, novas tecnologias e desenvolvimento econômico sustentável, globalização e transformações na ordem social e econômica**. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2019.

FERNANDES, S. D. **Europa (in)segura: União Europeia, Rússia, Aliança Atlântica : a institucionalização de uma relação estratégica**. 1. ed. Portugal: Principia, 2006.

FERNANDO, S. Chronology of China-Africa Relations. **China Report**, 1 jul. 2007. v. 43, n. 3, p. 363–373.

GRIMM, S.; KIM, Y.; ANTHONY, R. South African relations with China and Taiwan Economic realism and the “One-China” doctrine. fev. 2014. Disponível em: <<https://scholar.sun.ac.za:443/handle/10019.1/98937>>. Acesso em: 4 jan. 2021.

GUIMARÃES, M. H. **Economia política do comércio internacional: teorias e ilustrações**. São João de Estoril, Cascais: Principia, 2005.

HANAUER, L.; MORRIS, L. J. China in Africa: Implications of a Deepening Relationship | RAND. 2014a. Disponível em: <[https://www.rand.org/pubs/research\\_briefs/RB9760.html](https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RB9760.html)>. Acesso em: 29 nov. 2020.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. China in Africa: Implications of a Deepening Relationship. 12 mar. 2014b. Disponível em: <[https://www.rand.org/pubs/research\\_briefs/RB9760.html](https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RB9760.html)>. Acesso em: 29 nov. 2020.

INFANDE, B. Geopolítica africana na Guiné-Bissau: a presença de Angola e Nigéria na crise política de abril de 2012. 30 nov. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/653>>. Acesso em: 9 out. 2020.

JACINTO DUMAS TEIXEIRA, R. Sociedade civil e democratização na Guiné Bissau, 1994-2006. 31 jan. 2008. masterThesis. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9297>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

JARJU, A. A instabilidade crónica da Guiné-Bissau : do Golpe de Estado de 1980 a 2018. 28 jun. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/28133>>. Acesso em: 9 out. 2020.

JR, J. S. N. **Cooperação E Conflito Nas Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Gente Liv e Edit Ltd, 2009.

JÚNIOR, P. D. Da C. **O Poder Americano no Sistema Mundial Moderno: Colapso ou Mito do Colapso?** Curitiba: Appris Editora e Livraria Eireli - ME, 2019.

LARGE, D.; CHIEN, S.-S. CHINA RISING IN AFRICA: WHITHER TAIWAN? 2008. p. 18.

- LOPES, C. **Africa in Transformation: Economic Development in the Age of Doubt**. 1st ed. 2019 edição ed. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2018.
- MANTEGA, G.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros II: Paul Singer ... [et al.]**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MARTINGO, C. **O Corte dos Genitais Femininos em Portugal: O Caso das Guineenses: Estudo Exploratório**. Lisboa: Observatório da Imigração, ACIDI, I.P., 2009.
- MARTINS, J. R. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social: Revista-red de estudios sociales**, 2015. n. V, p. 95–108.
- MARU, M. T. Why Africa loves China. 2019. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/opinions/2019/1/6/why-africa-loves-china/>>. Acesso em: 29 nov. 2020.
- MATTOS, B. R. B. **A cooperação Sul-Sul e o Fórum de Diálogo IBAS**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
- MAZRUI, A.; WONDJI, C. História geral da África, VIII: África desde 1935. 12 abr. 2016. Livros. Disponível em: <<http://200.187.16.144:8080/jspui/handle/bv2julho/1022>>. Acesso em: 9 out. 2020.
- M'BUNDE, T. S. **As políticas externas brasileira e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.
- MILANI, C. R. S. **Solidariedade e Interesse:: Motivações e Estratégias na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2018.
- MILANI, L. P. E C. R. S. **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- MINGST, K.; MARQUES, A. S. **Principios de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2009.
- MONTEIRO, A. O. C. **Discurso Nacional e Etnicidade em África: O Caso da Guiné-Bissau (1959-1994)**. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2019.

NAKANO, Y.; FURQUIM, L. **Em busca do novo: o Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

NOGUEIRA, A. **HISTÓRIA POSTAL - GUINÉ-BISSAU**. São Paulo: Clube de Autores, 2018a.

\_\_\_\_\_. **MOEDAS DA GUINÉ-BISSAU**. 1. ed. São Paulo: Clube de Autores, 2018b.

PAUTASSO, D. O PAPEL DA ÁFRICA NA NOVA ROTA DA SEDA MARÍTIMA. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, 2016. v. 1, n. 2. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/rbea/article/view/67028>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

Protocolo de Acordo de Pesca entre o Governo da República da Guiné-Bissau e a China National Fisheries Corporation (CNFC). **FAO**, 2010. Disponível em: <<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/bi-140253.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2020.

RABELO, L. As Mídias Sociais e a Esfera Pública: Mudanças de Paradigma na Comunicação Contemporânea. 29 Mio. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0338-1.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2020.

REIS, M. A. D. **A Colonização, Descolonização E Movimentos De Independência Da África**. São Paulo: Clube de Autores (managed), 2018.

RICH, T. S. Status for Sale: Taiwan and the Competition for Diplomatic Recognition. 2009. p. 30.

ROJAS, C. A. A. **América Latina: História E Presente**. São Paulo: Papirus Editora, 2004.

RONALD, D. **Desenvolvimento moral na idade evolutiva**. São Paulo: Edicoes Loyola, 1994.

SEN, A. Chapter 1 The concept of development. **Handbook of Development Economics**. Amsterdam: Elsevier, 1988, V. 1, p. 9–26.

SHIVJI, I. G. Revisiting the debate on national autonomous development in Africa. **Handbook of Alternative Theories of Economic Development**, 28 out. 2016. Disponível em:

<<https://www.elgaronline.com/view/edcoll/9781782544661/9781782544661.00018.xml>

>. Acesso em: 29 nov. 2020.

SILVA, I. C. Da. **Congo, a Guerra Mundial Africana: Conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

\_\_\_\_\_. **Política Externa na África Austral: Guerra, Construção do Estado e Ordem Regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia).** Porto Alegre: Cebrafrica/ufrgs, 2017.

SILVA, J. B. Da *et al.* **Panorama da geografia brasileira.** São Paulo: Annablume, 2006.

STUENKEL, O. **O mundo pós-ocidental: Potências emergentes e a nova ordem global.** São Paulo: Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2018.

TEIXEIRA, C.; TAVARES, M. A. Guiné-Bissau: o presente lança luz sobre o passado. **Diálogos**, 2013. v. 17, n. 3, p. 869–908.

UNITED NATIONS. The Future We Want. 2012. Disponível em: <[https://www.un.org/disabilities/documents/rio20\\_outcome\\_document\\_complete.pdf](https://www.un.org/disabilities/documents/rio20_outcome_document_complete.pdf)>.

Acesso em: 29 nov. 2020.

VADELL, J. A.; LOPES, B.; CARDOSO, D. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. **Carta Internacional**, 25 jun. 2013. v. 8, n. 2, p. 81–99.

VAZ, A. C. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul.** Brasília: IBRI, 2002.

VENEY, C. R.; PAYNE, R. J. Taiwan and Africa: Taipei's Continuing Search for International Recognition. **Journal of Asian and African Studies**, 1 jan. 2001. v. 36, n. 4, p. 437–450.

VENTURA, D. De F. L. **As assimetrias entre o Mercosul e a União européia: os desafios de uma associação inter-regional.** São Paulo: Editora Manole Ltda, 2003.

VISENTINI, P. F. **A Relação Brasil-África: Prestígio, cooperação ou negócios?** Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2019.

WALLERSTEIN, I. **Impensar las ciencias sociales: límites de los paradigmas decimonónicos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1999.

\_\_\_\_\_. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. Berkeley and California: University of California Press, 2011.

WOOLLACOTT, J. A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. **Análise Social**, 1983. v. 19, n. 77/79, p. 1131–1155.

ZHENG, L. Neo-colonialism, ideology or just business?: China's perception of Africa - Liang Zheng, 2010. 2010. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1742766510384964?journalCode=gmca>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

ZHENMING, Z. China's Economic Aid to CLMV and Its Economic Cooperation with Them. 2009. p. 38.

## ANEXOS

## ANEXO A- Importações da África do mundo

<i>Ano</i>	<b>Valor em Dólar (US)</b>
2001	\$ 116.415.845,00
2002	\$ 121.099.970,00
2003	\$ 149.142.734,00
2004	\$ 176.175.201,00
2005	\$ 211.453.877,00
2006	\$ 262.912.274,00
2007	\$ 334.858.500,00
2008	\$ 426.252.151,00
2009	\$ 396.381.322,00
2010	\$ 465.875.175,00
2011	\$ 549.646.021,00
2012	\$ 571.460.779,00
2013	\$ 587.262.413,00
2014	\$ 585.682.198,00
2015	\$ 518.486.159,00
2016	\$ 497.694.481,00
2017	\$ 506.513.946,00
2018	\$ 570.997.739,00
2019	\$ 546.201.438,00
<b>Total:</b>	<b>\$7.594.315.284,00</b>

*Fonte: International Trade Centre-ITC*

## ANEXO B- Exportações da África para o mundo

<b>Ano</b>	<b>Valor em Dólar (US)</b>
2001	\$ 113.350.978,00
2002	\$ 113.444.983,00
2003	\$ 145.909.650,00
2004	\$ 154.028.800,00
2005	\$ 190.471.025,00
2006	\$ 284.094.642,00
2007	\$ 384.349.171,00
2008	\$ 459.624.642,00
2009	\$ 365.185.459,00
2010	\$ 491.949.894,00
2011	\$ 621.502.764,00
2012	\$ 662.673.935,00
2013	\$ 580.472.150,00
2014	\$ 543.063.663,00
2015	\$ 396.478.523,00
2016	\$ 357.092.324,00
2017	\$ 425.163.324,00
2018	\$ 493.691.843,00
2019	\$ 452.699.179,00
<b>Total:</b>	<b>\$7.235.246.949,00</b>

Fonte: *International Trade Centre-ITC*

#### **ANEXO C- Balança Comercial Mundial para África**

<b>Ano</b>	<b>Valor em Dólar (US)</b>
2001	-3.064.867,00
2002	-7.654.987,00
2003	-3.233.084,00

<b>2004</b>	<b>-22.146.401,00</b>
<b>2005</b>	<b>-20.982.852,00</b>
<b>2006</b>	<b>21.182.368,00</b>
<b>2007</b>	<b>49.490.671,00</b>
<b>2008</b>	<b>33.372.491,00</b>
<b>2009</b>	<b>-31.195.863,00</b>
<b>2010</b>	<b>26.074.719,00</b>
<b>2011</b>	<b>71.856.743,00</b>
<b>2012</b>	<b>91.213.156,00</b>
<b>2013</b>	<b>-6.790.263,00</b>
<b>2014</b>	<b>-42.618.535,00</b>
<b>2015</b>	<b>-122.007.636,00</b>
<b>2016</b>	<b>-140.602.157,00</b>
<b>2017</b>	<b>-81.350.622,00</b>
<b>2018</b>	<b>-77.305.896,00</b>
<b>2019</b>	<b>-93.502.259,00</b>
<b>Total:</b>	<b>-359.265.000,00</b>

Fonte: *International Trade Centre-ITC*

#### ANEXO D- Importações da Guiné-Bissau do mundo

Ano	Valor em Dólar (US)
2001	-----
2002	-----
2003	\$ 63.868,00
2004	\$ 57.147,00
2005	\$ 111.685,00
2006	-----
2007	-----
2008	-----
2009	-----
2010	-----
2011	-----
2012	-----
2013	-----
2014	-----
2015	-----
2016	-----
2017	\$ 176.914,00
2018	\$ 350.176,00
2019	\$ 321.981,00
<b>Total:</b>	<b>\$981.771,00</b>

Fonte: International Trade Centre-ITC

#### ANEXO E- Exportações da Guiné-Bissau para o mundo

Ano	Valor em Dólar (US)
2001	-----
2002	\$ 61.367,00
2003	\$ 989,00

<b>2004</b>	<b>\$ 54.125,00</b>
<b>2005</b>	<b>\$ 23.245,00</b>
<b>2006</b>	-----
<b>2007</b>	-----
<b>2008</b>	-----
<b>2009</b>	-----
<b>2010</b>	-----
<b>2011</b>	-----
<b>2012</b>	-----
<b>2013</b>	-----
<b>2014</b>	-----
<b>2015</b>	-----
<b>2016</b>	-----
<b>2017</b>	<b>\$ 189.269,00</b>
<b>2018</b>	<b>\$ 169.194,00</b>
<b>2019</b>	<b>\$ 239.168,00</b>
<b>Total:</b>	<b>737.357,00</b>

Fonte: *International Trade Centre-ITC*

#### **ANEXO F- Balança Comercial Mundial para Guiné-Bissau**

<b>Ano</b>	<b>Valor em Dólar (US)</b>
<b>2001</b>	
<b>2002</b>	
<b>2003</b>	<b>\$ -2.501,00</b>
<b>2004</b>	<b>\$ -3.022,00</b>
<b>2005</b>	<b>\$ -88.440,00</b>
<b>2006</b>	
<b>2007</b>	

<b>2008</b>	
<b>2009</b>	
<b>2010</b>	
<b>2011</b>	
<b>2012</b>	
<b>2013</b>	
<b>2014</b>	
<b>2015</b>	
<b>2016</b>	
<b>2017</b>	<b>\$ 12.355,00</b>
<b>2018</b>	<b>\$ -180.982,00</b>
<b>2019</b>	<b>\$ -82.813,00</b>
<b>Total:</b>	<b>-345.403,00</b>

*Fonte: International Trade Centre-ITC*

**APÊNDICES****Apêndice A:** Relação de pessoas entrevistadas online.

<b>Entrevistado</b>	<b>Ferramentas de entrevista</b>	<b>Data da entrevista</b>
Deuinalom Fernando Cambanco	ZOOM	17 de novembro de 2020
Miguel de Barros	E-MAIL	23 de novembro de 2020
Timóteo Saba M´Bunde	FACEBOOK	30 de novembro de 2020

**Apêndice B:** Roteiro de entrevistas semiestruturadas com pesquisadores/as sobre a China no continente africano.

**Entrevistados:** Prof. Dr. Timóteo Saba M´Bunde e mestre Deuinalom Fernando Cambanco.

1. Desde quando começou a China interessar em cooperar com o continente africano?
2. E com a Guiné-Bissau quando iniciou essa relação?
3. Sabe-se que a China interrompeu a relação diplomática de 1990 a 1998 quando a Guiné-Bissau começou a cooperar com o Taiwan. Mas porque a China decidiu cortar a relação?
4. Qual o significado do Taiwan na cooperação dum país com a China?
5. Quais os maiores interesses da China em cooperar com a Guiné-Bissau?
6. Quais os principais projetos de cooperação da China hoje na Guiné-Bissau?
7. Quais outros setores que a China quer ainda cooperar com a Guiné-Bissau?
8. Quais os maiores desafios da cooperação sino-guineense?
9. O que a Guiné-Bissau ganha cooperando com a China?
10. E o que a China ganha em troca?
11. Quais os impactos econômicos e sociais da cooperação chinesa na Guiné-Bissau?
12. O que acha que a China precisa melhorar na sua política de cooperação com a Guiné-Bissau?
13. A China é hoje a segunda maior economia mundial, mas continua se vendo como um país em desenvolvimento. Na sua opinião, tem sustentabilidade esta afirmação?
14. Sabe-se que as mídias e académicos principalmente ocidentais, caracterizam a China como um país neocolonialista, predatório e outros adjetivos pejorativos. O que pode falar sobre isso? São verdades ou apenas acusações sino-fóbicas?
15. Na sua opinião, o que pode se esperar da China em especialmente no continente africano durante estas acusações?

**Apêndice C:** Roteiro de entrevistas semiestruturadas com lideranças das organizações da sociedade civil.

**Entrevistado:** Sociólogo Miguel de Barros (coordenador da ONG TINIGUENA/Guiné-Bissau).

1. Existe algum projeto de cooperação do governo chinês com alguma organização da sociedade civil guineense? Qual?
2. Na sua opinião, acha necessário ter um projeto de cooperação entre sociedade civil e o governo do Pequim?
3. Que análise pode ser feita da relação entre o governo chinês e o governo da Guiné-Bissau?
  - a) Pontos positivos?
  - b) Pontos negativos?
4. Qual impacto da cooperação chinesa principalmente nos setores de educação e saúde (escolas, hospitais) na vida da população guineense em geral?
5. Na sua opinião qual deveria ser o modelo da cooperação sino-guineense?
6. Quais outros países que a cooperação seria melhor que a China para a Guiné-Bissau? Por quê?
7. O que quer falar sobre a cooperação sino-guineense que não perguntei?